



UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

ANIBAL MOUTINHO DA COSTA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS DE
PROTEÇÃO AMBIENTAL:
O CASO DO PRODESU – LITORAL NORTE DA BAHIA

Salvador
2009

ANIBAL MOUTINHO DA COSTA

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS DE
PROTEÇÃO AMBIENTAL:
O CASO DO PRODESU – LITORAL NORTE DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Análise Regional da Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Jorge Antonio Santos Silva.

Salvador
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS)

Costa, Aníbal Moutinho da

Desenvolvimento sustentável em áreas de proteção ambiental: o caso do Prodesu – Litoral Norte da Bahia / Aníbal Moutinho da Costa. - 2009.
193 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Salvador – UNIFACS. Curso de Mestrado em Análise Regional.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Antônio Santos Silva.

1. Proteção ambiental - Bahia. 2. Turismo - Bahia. 3. Desenvolvimento sustentável - Bahia. I. Silva, Jorge Antônio Santos, orient. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título.

CDD: 658.4095

TERMO DE APROVAÇÃO

ANÍBAL MOUTINHO DA COSTA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: O CASO DO PRODESU – LITORAL NORTE DA BAHIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Análise Regional, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Jorge Antonio Santos Silva – Orientador _____
Doutor em Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo (USP) – Brasil.
Universidade Salvador – UNIFACS.

Regina Celeste de Almeida Souza _____
Doutora em Geografia – Université de Rouen (UR) – França.
Universidade Salvador – UNIFACS.

Charles D’Almeida Santana _____
Doutor em História Social – Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo – Brasil.
Universidade Católica do Salvador – UCSAL.
Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

Salvador, ____ de _____ de 2009.

Dedico este trabalho a toda a minha família, exemplo de amor, de equilíbrio e união.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas graças recebidas e pelas tempestades por onde posso sentir a profundidade incomensurável do seu amor;

Ao Coordenador do Mestrado em Análise Regional Professor Doutor Alcides dos Santos Caldas pela condução talentosa dos serviços pedagógicos do curso, e sempre à disposição dos alunos, parabéns;

Ao Corpo Docente do Mestrado em Análise Regional - UNIFACS, pelo convívio harmonioso, pelos ensinamentos importantes, valiosos e pela preocupação constante que tiveram com o curso e, especialmente a 8ª turma, de 2006;

Ao Orientador Professor Doutor Jorge Antonio Santos Silva, magnífico lente da academia, pela orientação, pelas idéias, indicações e apoio presente em toda essa jornada;

À professora Doutora Regina Celeste, magnífica professora do Mestrado, por toda dedicação que tem pelos seus alunos;

Ao Prof.º Doutor Charles Santana, por fazer parte da Banca Examinadora;

A todos que fazem parte do quadro Administrativo do Mestrado, pela presteza e dedicação;

Aos colegas do curso, pelos momentos que passamos;

À minha Diretora escolar Tânia de Souza, o agradecimento pela colaboração durante os horários de trabalho;

Enfim, a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram efetivamente para a consecução desta dissertação.

“A suprema condição de quanto em nós se passa, é a alma; a suprema condição do que se passa em volta de nós é o universo; a condição última do universo da alma, é Deus; porque o finito supõe o infinito; e o relativo; o absoluto.”

Immanuel Kant (1724-1804, p. 435)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo conhecer melhor a natureza e as propostas de desenvolvimento sustentável apresentadas pela Agenda 21 principalmente nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), inclusive a APA do Litoral Norte da Bahia e as comunidades locais. O objeto deste estudo foi o Município de Mata de São João, em sua faixa litorânea, mais especificamente as áreas de Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Fazenda Sapiranga, no Litoral Norte da Bahia, durante o período de 1992 a 2007. Tem, também como foco as ações do PRODESU - Programa de Desenvolvimento Sustentável - implantadas pelo Governo do Estado da Bahia, quando da construção da BA-099, através do Decreto Estadual N° 1046/92, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, na qualidade de Administradora da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia. O método utilizado neste estudo dissertativo está inserido no aspecto empírico e qualitativo, além da aplicação de questionários, entrevistas e da observação participante. Um dos fatores fundamentais, face ao grande potencial turístico que a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA-LN) proporciona, é a demanda de turistas e de pessoas de outras localidades da região metropolitana de Salvador, que buscam esses espaços para o lazer, ou para a especulação imobiliária, comprometendo a APA-LN, que fica assim, bastante vulnerável a impactos de ordem ambiental. Este quadro pode ser revertido através de uma política pública eficaz, de desenvolvimento sustentável, tanto para o turismo, como para as pessoas locais.

Palavras-chave: Proteção Ambiental; Turismo; Desenvolvimento Sustentável; PRODESU; APA Litoral Norte; Bahia.

ABSTRACT

This dissertation presents the have as objective sustainable development the nature and the proposals presented By Agenda 21, mainly in the fields of Environmental Conservation APA's, including the APA's northern coastline of Bahia and local communities. The object of this study is the city of Mata de Sao Joao, in its coastal region, more specifically, the areas of Praia do Forte, Açu da Torre, Diogo and Fazenda Sapiranga on the northern coast of Bahia, during the period from 1992 to 2007. It also presents a focus on the actions of RODESU-Program for Sustainable Development established by the government of Bahia State, during the construction of the BA-099, by State Decree No. 1046/92, under the responsibility of Company Urban development the government of Bahia state - CONDER, as Administrator of the Environmental Protection Area of the Northern Coast of Bahia. The method used in this study is empirical and qualitative, applying questionnaires, interviews and participant observation. One of the key factors is to observe the great tourism potential that the Environmental Preservation Area of the Northern Coast of Bahia (APA-LN) provides, the demand of tourists and people from other towns in the metropolitan region of Salvador, wich seek these spaces for the laser, or for property speculation, affect the APA LN which turning it vulnerable to the impacts of environmental. This situation can be reversed through an effective public politic of sustainable development, applied for tourism and for local people.

Key words: Environmental Conservation; Tourism, Sustainable Development PRODESU; APA Northern coast; Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de Mata de São João – Bahia.....	88
Figura 2 – Poluição ambiental no Centro de Praia do Forte/BA	90
Figura 3 - Mapa das Unidades Ecológicas do município de Mata de São João e dos povoados: Açú da Torre, Açuzinho, Diogo e Fazenda Sapiranga, dentre outros	92
Figura 4 - Mapa das Unidades Sócio-Ambientais Homogêneas abrangendo todos os Municípios da APA Litoral Norte da Bahia	93
Figura 5 – Praia do Forte 1975.....	98
Figura 6 – Praia do Forte 2005.....	99
Figura 7 - Vista Geral do Castelo	102
Figura 8 – Artesanato Piaçava	104
Figura 9 – Culinária típica da área costeira APA-LN/BA	105
Figura 10 – Campo de pouso desativado de Praia do Forte	106
Figura 11 – Fauna da APA-LN/BA.....	107
Figura 12 – Flora da região APA – LN/BA.....	108
Figura 13 – Região com pouca vegetação APA-LN/BA	108
Figura 14 – Flora da região APA-LN/BA.....	109
Figura 15 – Fauna da APA-LN/BA.....	112
Figura 16 – Flora aquática – Lagoa Timeantube, Praia do Forte/BA.....	114
Figura 17 – Lagoa Timeantube, Praia do Forte/BA	115
Figura 18 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA-LN/BA	118
Figura 19 – Gráfico de investimentos em reais na rede municipal de educação de Mata de São João / 2004 – 2007	124
Figura 20 – Gráfico do número de alunos matriculados na rede municipal de Mata de São João – 2007	125
Figura 21 - Gráfico do aumento de investimentos realizados pela Secretaria de Saúde no município de Mata de São João / 2004 – 2007 (R\$).....	127

Figura 22 - Gráfico do aumento dos investimentos na área de infra-estrutura e urbanismo no município de Mata de São João / 2004 – 2007 (R\$).....	129
Figura 23 - Macrozoneamento da APA-LN/BA.....	131
Figura 24 – Foto aérea, Monitoramento do uso do solo – 1976	137
Figura 25 – Foto aérea, Monitoramento do uso do solo – 1989	138
Figura 26 – Foto aérea, Monitoramento do uso do solo – 1993	139
Figura 27 – Foto aérea, Monitoramento do uso do solo – 2002	140
Figura 28 – Foto de Praia do Forte – 1930.....	141
Figura 29 – Foto de Praia do Forte – 2006.....	142
Figura 30 – Foto aérea da evolução da ocupação da Vila Praia do Forte – 1976	143
Figura 31 – Foto aérea da evolução da ocupação da Vila Praia do Forte – 2002	144
Figura 32 – Fundação Baleia Jubarte em Praia do Forte/BA	149
Figura 33 – Gráfico da população de Mata de São João por situação de domicílio – 1991/2000	151
Figura 34 – Mapa Geral do Município de Mata de São João – IBGE	186
Figura 35 – Foto Aérea da fazenda Reserva Sapiroanga em Praia do Forte/BA	189
Figura 36 – Foto Aérea da construção civil do Hotel Iberostar Bahia em Praia do Forte/BA	190
Figura 37 – Foto Aérea da construção civil do Hotel Iberostar Bahia em Praia do Forte/BA	191
Figura 38 – Foto Aérea da construção civil do Hotel Iberostar Bahia em Praia do Forte/BA	192
Figura 39 – Mapa de Mata de São João / Plano de Desenvolvimento Urbano	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Zoneamento Ecológico-Econômico Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia – 1995.....	53
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Mata de São João por Situação de Domicílio, 1991/2000	151
Tabela 2 – População residente, por sexo e situação do domicílio em Mara de São João, 1991/2000	152
Tabela 3 – Indicadores de longevidade mortalidade e fecundidade, Mata de São João – Bahia, 1991 – 2000	154
Tabela 4 – Acesso a serviços básicos, município de Mata de São João – Bahia, 1991/2000	154
Tabela 5 – Acesso a bens de consumo, município de Mata de São João – Bahia, 1991/2000	155
Tabela 6 – Indicadores de vulnerabilidade familiar do município de Mata de São João – Bahia, 1991/2000	156
Tabela 7 – Segurança pública do município de Mata de São João/BA, 1991/2000	157
Tabela 8 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade do município de Mata de São João – Bahia, 1991/2000	157
Tabela 9 – Desenvolvimento Humano do município de Mata de São João – Bahia, 1991/2000	158
Tabela 10 – População residente de 2000 (Censo) a 2008 (estimativa) segundo os municípios.....	187
Tabela 11 – População residente, por grupos de idade, segundo as Mesorregiões, as Microrregiões, os Municípios, os Distritos, os Subdistritos, os Bairros e o sexo – Bahia	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA – Amigos da Mata Atlântica

ANAMA – Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente

APA – Área de Proteção Ambiental

BA – Bahia (Estado)

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia

CEA – Centro de Estudos Ambientais

CEPRAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado da Bahia

CIM – Consórcios Inter-municipais

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNTUR – Conselho Nacional do Turismo

CODEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional

CRA – Centro de Recursos Ambientais

ECOPLAM – Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

FOA – Fundação Onda Azul

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza

GAMBA – Grupo Ambientalista da Bahia

GERMEM – Grupo de Recomposição Ambiental

IBAM – Instituto Brasileiro da Ação Municipal

IBAMA – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICLEI – Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais locais

ISER – Instituto de Estudos da Religião

IUCN – International Union for Conservation of Nations

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PETROBRAS – Petróleo do Brasil S/A

PLANTUR – Plano Nacional de Turismo

PN – Patrimônio Nacional

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPOM – Plano Piloto da Orla Marítima(Camaçari).

PRODESU – Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte

PRODETUR / BA – Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RMS – Região Metropolitana de Salvador

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente do Estado da Bahia

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia

SINIMA – Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Brasil

SPC – Sistema de Produção de Cultivos

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SUDHEVEA – Superintendência do Desenvolvimento da Borracha

TAMAR – Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZAG – Zona de Agricultura

ZCA – Zona de Comprometimento Ambiental

ZCS – Zona de Comércio e Serviços

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

ZEP I, ZEP II e ZEP III – Zona Expansão 1, Zona de Expansão II, Zona de Expansão III

ZME – Zona de Manejo Especial

ZOM – Zona Operacional Marítima

ZOR e ZOR-E – Zona de Ocupação Rarefeita

ZPR – Zona de Proteção Rigorosa

ZPV – Zona de Proteção Visual

ZRE – Zona de Reserva Extrativista

ZT – Zona Turística

ZT-E – Zona Turística Especial

ZUD – Zona de Usos Diversificados

ZUP – Zona de Urbanização Prioritárias

ZUR – Zona de Urbanização Restrita

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	27
2.1. OS CONCEITOS DE MEIO AMBIENTE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EVOLUÇÃO E POLÊMICA	27
2.2. AGENDA 21 – HISTÓRICO	33
2.3. CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO	34
2.4. COMISSÃO BRUNDTLAND E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	42
2.5. RIO 92 E AGENDA 21	44
2.6. AGENDA 21 NO BRASIL.....	47
2.7. APA – DEFINIÇÃO	51
2.8. ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	56
2.9. PARQUES	58
3. TURISMO E MEIO AMBIENTE	61
3.1 CONCEITUAÇÃO DE TURISMO.....	61
3.2. TURISMO SUSTENTÁVEL?.....	65
3.3. GESTÃO AMBIENTAL.....	66
3.4. ADMINISTRAÇÃO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	70
3.4.1. PROGRAMAS.....	76
4. ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – LITORAL NORTE (APA-LN) E O PRODESU	79
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA APA LITORAL NORTE	79
4.2 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA.....	80
4.3 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	87
4.4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	95
4.5. A DIVERSIDADE AMBIENTAL: ECOSISTEMAS E QUALIDADE ECOLÓGICA.....	106
4.6. O QUE É O PRODESU?.....	116
4.7. ATUAÇÃO DA PREFEITURA LOCAL	122
4.8. A GESTÃO AMBIENTAL, TERRITORIAL E TURÍSTICA.....	129

5. PESQUISA DE CAMPO.....	147
5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO	147
5.2 ANÁLISE DE DADOS	150
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO 1	171
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2	182
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 3	184
ANEXO A – MAPA GERAL DO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO - IBGE	186
ANEXO B – TABELA DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 2000 (CENSO) A 2008 (ESTIMATIVA) SEGUNDO OS MUNICÍPIOS.....	187
ANEXO C – TABELA DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS DE IDADE SEGUNDO AS MESORREGIÕES, MUNICÍPIOS, OS DISTRITOS, OS BAIROS E O SEXO – BAHIA.	188
ANEXO D - FOTO AÉREA DA FAZENDA RESERVA SAPIRANGA EM PRAIA DO FORTE - BA	189
ANEXO E - FOTO AÉREA MOSTRANDO A AGRESSÃO AMBIENTAL NA APA-LN DA BAHIA	190
ANEXO F - FOTO AÉREA MOSTRANDO A AGRESSÃO AMBIENTAL NA APA-LN DA BAHIA	191
ANEXO G – FOTO AÉREA MOSTRANDO A AGRESSÃO AMBIENTAL NA APA-LN DA BAHIA	192
ANEXO H - MAPA DE MATA DE SÃO JOÃO / PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO.....	193

1 INTRODUÇÃO

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, foi de extrema importância como ponto de partida de uma nova etapa no estudo e na implantação do desenvolvimento sustentável. O principal documento resultante deste encontro foi a Agenda 21, definida por uma carta de intenções para ser debatida e aplicada pelas mais diversas e diferentes comunidades de todo o planeta, respeitando suas culturas, suas peculiaridades e, de modo especial, seus recursos naturais. O Brasil, sede da Conferência, escolheu seis dentre os 41 temas da Agenda 21, entre eles o de Cidades Sustentáveis.

Após, decorridos dezesseis anos da realização da Rio 92, faz-se necessário analisar e avaliar os avanços efetuados nesta área em todo território brasileiro na direção do desenvolvimento local sustentável e das demais propostas da carta de intenções. Assim, cabe também a todos aqueles países que participaram da Rio 92, fazerem as suas avaliações, para se reestruturarem, no sentido da melhoria do Desenvolvimento Sustentável.

O objeto de estudo desta dissertação, está voltado ao Desenvolvimento Sustentável e, no contexto da preservação ambiental, inserido nas iniciativas relacionadas à Gestão Ambiental por parte dos órgãos municipais, além de outros órgãos de hierarquia superior e uma análise crítica da abrangência dessas ações, principalmente no que tange aos conceitos e idéias de Cidades Sustentáveis, tomando como base, as propostas da Agenda 21. É necessário, salientar que este estudo refere-se ao Município de Mata de São João, como um todo, uma “*circunscrição administrativa autônoma do Estado*” (FERREIRA, 1999, p.1381), isto é, extrapolando os limites das cidades, normalmente suas sedes, e abrangendo também suas respectivas zonas rurais, quando houver. Esta dissertação pauta, fundamentalmente, as ações desenvolvidas pelo PRODESU - Programa de Desenvolvimento Sustentável, para a sustentabilidade ambiental e ecológica da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA – LN), na abrangência o Município de Mata de São João, durante o período de 1992 a 2007.

Para a realização desta dissertação se considerou alguns povoados da APA – LN - BA, pertencentes ao Município de Mata de São João, como: Praia do Forte; Açú da Torre; Diogo; Fazenda Sapiroanga. O rápido desenvolvimento econômico propiciado pela atividade turística interfere na sobrevivência das comunidades tradicionais que habitam regiões litorâneas.

O turismo pode ser considerado como uma “indústria”, dependente da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais (MENDONÇA, 1996). Além de gerar um processo de especulação imobiliária, propicia também, problemas de saneamento básico, principalmente em fins de semana prolongados e temporadas, destrói as culturas locais, impondo rapidamente novos padrões de vida e consumo. A ocupação desordenada principalmente por loteamentos com alta densidade demográfica e invasões, costumam devastar áreas de restingas e dunas, com a conseqüente desestruturação da fauna e flora locais. Após a construção da BA-099, Linha Verde, no Litoral Norte da Bahia, o turismo passou a representar uma força poderosa na mudança da economia regional. A expansão do turismo, e tudo o mais que esse processo provoca e influi, traz profundas mudanças às comunidades envolvidas e ao próprio ecossistema local. Neste sentido, esta dissertação volta-se ao estudo do PRODESU - Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA – LN da Bahia, criada através de Decreto Estadual – Lei N°1.046/92, quando da construção da Linha Verde, já prevendo os impactos ambientais dos deslocamentos para a região afetada.

O trabalho desenvolvido tem como objetivo principal investigar a efetividade dos programas de desenvolvimento sustentável na Área de Proteção Ambiental – APA – Litoral Norte (LN), tendo como referência as ações do PRODESU – Programa de Desenvolvimento Sustentável e de outros programas nesse sentido, adotados pelo município de Mata de São João nas regiões litorâneas, consideradas nesta dissertação as áreas de Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Fazenda Sapiroanga do Litoral Norte da Bahia, no período de 1992 a 2007.

Os objetivos específicos são:

- Realizar estudo detalhado sobre o PRODESU, identificando, sobretudo, seus princípios norteadores, assim como os objetivos e as metas;
- Realizar levantamento de dados secundários sobre a APA Litoral Norte da Bahia, nas regiões da Praia do Forte, Açú da Torre e Fazenda Sapiranga com ênfase nos aspectos econômicos, ambientais, turísticos e sociais;
- Comparar os dados secundários com a realidade através de pesquisa de campo;
- Avaliar a efetividade do PRODESU, através da comparação e análise de dados.

A razão que levou à escolha de algumas regiões litorâneas do município de Mata de São João, não se deu de forma aleatória. Justificou-se devido a serem áreas que estão inseridas na Área de Proteção Ambiental – APA Litoral Norte da Bahia, no qual vem se desencadeando diversas transformações de ordem socioambientais logo após a criação da BA-099, chamada de Linha Verde.

Atualmente a preservação ambiental, é uma das questões mais presentes do cotidiano, que tem envolvido todas as sociedades do planeta. Assim, conferências, seminários, debates, vêm ocorrendo constantemente, trazendo elementos importantes, a exemplo do evento seminário Agenda 21, ocorrido em Salvador em junho de 1999, que tratava do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental, que hoje, é desenvolvida de forma criteriosa nas escolas públicas e privadas, buscando com isto a preservação e a sustentabilidade com o meio e a relação homem-natureza.

Preservar o meio ambiente, é encontrar as melhores linhas mestras para um crescimento de forma equilibrada, que possibilite o bem-estar social e conviver com o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Sem dúvida que, esta intenção de alternativa para a sustentabilidade, vem trazendo no seu bojo uma discussão muito abrangente, tendo na preservação dos recursos naturais seu elo e ponto de partida.

É, neste contexto, que diversos órgãos têm participado de forma ativa a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representantes da sociedade civil, significativamente as organizações não governamentais – ONGs, ativamente as internacionais mais conhecidas como o Green Peace, WWF – Word Wildlife Fund e também o Grupo de Recomposição Ambiental - GÉRMEM. Além dos baianos – Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBÁ; os Amigos da Mata Atlântica – AMA e Fundação Onda Azul, que vêm desenvolvendo na sua trajetória ambiental, através de campanhas, debates, estudos e pesquisas, no sentido de alertar a sociedade para possíveis riscos e, perdas imediatas ou futuras, pela ausência de preservação de recursos naturais.

O Governo Federal, os governos Estaduais e Municipais, das diversas cidades do Brasil, vêm se fazendo presentes através dos seus órgãos, como o Centro de Recursos Ambientais (CRA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, ou através de legislação contra os crimes e agressões ambientais e a regulação do uso dos recursos naturais.

A Constituição Federal de 1988 deu ênfase à questão, aprimorando a legislação no que tange à preservação do meio ambiente - dando autonomia aos municípios, quanto à gestão fiscalizadora e ao controle dos seus recursos naturais, dentro dos seus limites geográficos.

A necessidade de intensificar discussões, inerentes à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, com respaldo na Agenda 21 e, também com o documento de intenções, fruto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Rio 92, fez com que os municípios se tornassem gestores dos seus recursos naturais, como também atuando no bem-estar social de suas populações, principalmente as camadas mais carentes.

Dos quarenta e um capítulos da Agenda 21, apresentados para serem trabalhados por diversos países do mundo, o Brasil escolheu seis capítulos, entre os quais o tema de cidades sustentáveis.

Este tema de cidades sustentáveis, busca uma malha de beneficiamento e sustentabilidade ao meio ambiente, na qual se aborda o reordenamento do uso do solo, o saneamento, a coleta de lixo e a expansão urbana das cidades do Brasil.

Todavia, os órgãos municipais têm a flexibilidade de revisar modelos de gestão municipal, direcionando-os para a sustentabilidade local como objetivo da integração de um desenvolvimento regional e global, ressaltando a importância da administração dos municípios para o crescimento integrado, especialmente falando do município de Mata de São João, que tem como linha poligonal territorial as localidades de Praia do Forte, Diogo, Açú da Torre e Fazenda de Sapiranga dentre outras.

O município de Mata de São João constitui-se no foco do estudo desta dissertação, que visa abordar a sustentabilidade local, as relações sociais, o desenvolvimento regional, a influência do turismo e a interferência da BA-099, além da atuação do PRODESU no decorrer destes últimos 15 anos (1992/2007).

O resultado obtido permite avaliar o desenvolvimento sustentável nas áreas de preservação ambiental do Litoral Norte do município de Mata de São João, como delimitação geográfica e, também, analisar as ações de gestão ambiental aplicadas neste município – pertencente à APA Litoral Norte.

O estudo desta dissertação traz como problema, o desenvolvimento dito sustentável, econômico e turístico, nas localidades da Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Fazenda Sapiranga, dentro da Área de Proteção Ambiental – APA – Litoral Norte, município de Mata de São João, tem como consequência os impactos sócio-ambientais causados na região.

A APA é uma categoria de unidade de conservação em que se conciliam os interesses econômicos e ambientais para a gestão de território com base nas suas características ambientais, a partir das quais se estabelecem normas de convívio entre os ecossistemas naturais e atividades antrópicas, coerentes com sua finalidade.

A prática do desenvolvimento econômico e turístico “sustentável” nas regiões requer a compreensão da questão ambiental por parte de toda a sociedade. Desta forma, destaca-se como questão-problema deste estudo:

- Diante da realidade vivenciada no território delimitado pela APA – LN, onde podem ser observados diversos impactos (sociais, ambientais e econômicos) causados pelo crescimento ocorrido, as ações desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável - PRODESU, aliado ao órgão municipal e, a órgãos não governamentais, têm efetivamente obtido sucesso no que diz respeito à conservação e sustentabilidade da região abordada como foco de análise desta dissertação?

Buscou-se como pressupostos no estudo, a prevalência da ótica globalizante capitalista, nos instrumentos econômicos e turísticos analisados na região da APA - LN, baseada na acumulação do capital e na concentração de renda, dificulta a efetividade de programas de desenvolvimento sustentável, que na sua essência ficam subordinados à dimensão econômica em detrimento das outras dimensões que compõem o conceito, fazendo com que as ações sejam reducionistas e/ou de baixo impacto social, a exemplo das ações do PRODESU.

A metodologia aplicada para a pesquisa realizada para fundamentar esta dissertação, se pauta nos aspectos empírico e qualitativo. O gênero empírico, segundo Campos (1998), centraliza-se na realidade concreta, apresentada de forma empírica, buscando a interlocução com a teoria.

Esta atividade, tem relação na análise qualitativa dos dados a serem obtidos através da pesquisa empírica, bem como, dos questionários aplicados, quando do levantamento exploratório, confrontando-os com às idéias que se apresenta no referencial teórico desta dissertação.

Coletou-se os dados para esta pesquisa, fundamentalmente por meio de dois estágios diferentes. O primeiro estágio trata-se do levantamento quantitativo da base de questionários objetivos (abertos) e enviados aos órgãos envolvidos da região – Prefeitura de Mata de São João, ONGs e ao Eco Resort Praia do Forte, “entidade-

chave” no Município de Mata de São João e, dentro do possível, outros órgãos principalmente os relacionados ao governo do estado da Bahia. Também foram aplicados questionários diretamente com a população local.

No segundo estágio, se trabalhou com a revisão da literatura – através de documentos como: jornais, revistas, publicações diversas, livros e outros documentos sobre o município de Mata de São João e adjacências, na área de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável.

O levantamento documental teve papel fundamental na coleta de dados, permitindo a análise e inclusão de informações confiáveis de fontes primárias e secundárias.

Utilizou-se as informações de publicações periódicas de circulação municipal, estadual, entrevistas, sites da internet, além de relatórios internos, legislação e de órgãos oficiais do governo do Estado como: da Secretaria de Planejamento (SEPLAN); do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR-BA); do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); do Centro de Recursos Ambientais (CRA); da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Analisou-se os dados coletados de forma sistemática, estudando-se as informações sobre o município de Mata de São João de forma quantitativa e descritiva e, depois, confrontando-as com os resultados obtidos através das ações desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável – PRODESU.

Na estrutura desta dissertação, buscou-se a relevância do estudo realizado, tendo como orientação básica fornecer elementos de pesquisa para todos aqueles envolvidos neste âmbito, que estudam o meio ambiente local na Bahia, sejam pessoas voltadas à academia ou pessoas engajadas ao planejamento governamental, que precisam de um olhar mais criterioso da realidade do Estado. Também devem conhecer a realidade da sustentabilidade de cada Município, que tem como interpretação, o subsídio para a criação de Agendas 21 tanto em nível Municipal como Estadual, para apresentação de novas propostas possíveis ao

desenvolvimento sustentável e, até mesmo com as adaptações que forem necessárias e pertinentes.

Para contribuir com tal intenção esta dissertação apresenta-se ordenada conforme segue:

1. Introdução
2. Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável
3. Turismo e Meio Ambiente
4. Área de Preservação Ambiental – Litoral Norte (APA LN) e o PRODESU
5. Pesquisa de Campo
6. Considerações Finais

Os itens acima citados, apresentam seus desdobramentos na forma de subitens, que darão uma explanação mais evidente e concreta a todo estudo de pesquisa proposta nesta dissertação.

2 MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 OS CONCEITOS DE MEIO AMBIENTE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EVOLUÇÃO E POLÊMICA

O ambientalismo surgiu como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupadas com o meio ambiente, principalmente na Europa. Viola (1991) afirma, no entanto, que, com a progressiva disseminação da preocupação pública com a deterioração ambiental, o movimento se transformou num diversificado movimento multisetorial, principalmente durante a última metade da década de 1980. Essa evolução é registrada pelo autor, segundo qual, no começo dos anos 1970 havia duas posições polarizadas.

A primeira posição expressa pelo relatório era minoria catastrofista. Os limites do crescimento elaborado pelo Clube de Roma, determinava que era necessário parar imediatamente o crescimento econômico e populacional.

A segunda posição, formulada pela declaração da Conferência de Estocolmo, em 1972, defendia a necessidade de se estabelecer imediatamente mecanismos de proteção ambiental que atuassem de forma corretiva sobre os danos causados pelo desenvolvimento econômico e reverter a dinâmica demográfica para alcançar a médio prazo uma população equilibrada.

O Clube de Roma representou um movimento que teve início no ano de 1968, nos países europeus e que se preocupava com os problemas ambientais nos seus territórios e no mundo como um todo. Os integrantes eram especialistas de diversas áreas do conhecimento humano que se encontravam em Roma para debaterem a crise do momento e, também, as crises futuras da humanidade.

No ano de 1972, o Clube de Roma publica um relatório com o título *The Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento), onde chama atenção para a necessidade de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então exercido, com base no consumo intenso e altamente concentrado em poucas nações (IBAMA, 2001).

No final da década de 1980, e precisamente às vésperas da conferência Rio 92, surge e ganha força uma nova consciência ambiental, oriunda das transformações culturais que aconteceram nas décadas de 1960 e 1970, ganhando dimensão e focando o assunto do meio ambiente como um dos princípios mais importantes do homem moderno. Na nova concepção da cultura, a liberação de gases e fumaça provenientes das grandes indústrias do planeta passou a receber um novo olhar, mais preocupado com o meio ambiente e não mais como forma e otimismo (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2000).

Segundo Viola (1991), existiam três pilares básicos no movimento ambientalista internacional.

Assim, uma minoria biocêntrica, expressa, por exemplo, pelo grupo Earth First, exigia uma severa revisão na dinâmica demográfica, incorporando mecanismos de ação enérgica que permitissem uma fecundidade abaixo dos níveis de reposição, e o afastamento da população humana de vários ecossistemas para proporcionar o contínuo processo evolutivo independentemente da ignorância humana. Outro grupo era formado por minoria revolucionária, expressa pelo Partido Verde Alemão, que afirmava ser essencial uma rápida e intensa disseminação de nova postura ecológica e uma ação enérgica na redistribuição do poder para realocar os recursos produtivos de forma que não existisse crescimento agregado do produto bruto mundial.

A redistribuição do poder e a satisfação das necessidades básicas dos mais carentes tinham um impacto direto na interrupção do crescimento populacional. O último grupo, uma maioria reformista, era definida, pelo relatório “Nosso futuro Comum”, da Comissão Brundtland, como os que achavam conveniente a adoção lenta de um novo paradigma de desenvolvimento que interiorizasse a sustentabilidade social e ambiental, criando mecanismos em nível nacional e internacional no sentido de permitir o repasse de recursos de sistemas produtivos predatórios para sistemas produtivos sustentáveis e promovesse um incentivo generalizado ao planejamento familiar (VIOLA, 1991).

O termo desenvolvimento sustentável foi definido pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Brundtland, que o considera como “o desenvolvimento que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991b, p. 21).

Observa-se, no entanto, uma contradição entre os conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade. Segundo o documento Cidades Sustentáveis, do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2000a), o conceito de sustentabilidade é resultado de movimento histórico questionador da sociedade industrial, enquanto desenvolvimento é o conceito síntese desta mesma sociedade, cujo modelo mostra seu esgotamento.

Uma outra corrente afirma que o conceito de sustentabilidade é originado da ecologia e que a sua operacionalidade nas comunidades humanas ainda está para ser provada.

Segundo Buarque (2001), Desenvolvimento Sustentável é “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”, ressaltando uma solidariedade necessária em cada sociedade e entre as gerações, de modo a configurar um novo paradigma de desenvolvimento.

Dentro do âmbito teórico, o desenvolvimento sustentável trata numa visão que transcende, a realidade complexa, abrangendo uma abordagem sistêmica da totalidade complexa.

O que se pode concluir, segundo o documento do Ministério do Meio Ambiente, é que o conceito de desenvolvimento sustentável está em processo de construção e ainda deve ser assunto de debates teóricos e políticos nos diversos países.

Essa concepção processual e gradativa da validação do conceito implica assumir que os princípios e as premissas que devem orientar a implementação da Agenda 21 não constituem um rol completo e acabado. Mais do que isso, torná-la realidade é, antes de tudo, “um processo social no qual os atores vão pactuando

paulatinamente novos consensos e montando uma Agenda possível rumo ao futuro que se deseja sustentável” (BRASIL, 2000b, p. 28)

Para os autores Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), os termos desenvolvimento e crescimento eram usados de forma indistinta. Com o decorrer dos debates, no entanto, houve a necessidade de distinguir os dois termos.

No momento, crescimento econômico é compreendido como o crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ao longo do tempo, enquanto desenvolvimento econômico representa não apenas o crescimento da produção nacional, mas também a forma como esta é distribuída social e setorialmente. (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2000)

O planeta passa por grandes transformações sociais, econômicas e ambientais. No passado, se pensava a preservação ambiental sob a ótica da intocabilidade.

O antigo conceito de preservação ambiental, baseado na intocabilidade dos recursos naturais, há algum tempo foi superado e substituído por outro que condiciona a preservação a um novo modelo de desenvolvimento da civilização, fundamentado no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar disponíveis às gerações que ainda virão. A este desenvolvimento, que não esgota mas conserva e realimenta sua fonte de recursos naturais, que não inviabiliza a sociedade mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados, que não é movido apenas por interesses, baseado no planejamento de sua trajetória e que, por estas razões, é capaz de manter-se no espaço e no tempo, é que damos o nome de desenvolvimento sustentável. (AGENDA 21, 2000, p.3)

O desenvolvimento sustentável deve harmonizar-se com a conservação ambiental e o crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população (BUARQUE, 2001).

Segundo o autor, é necessário, para tanto, a redefinição dos níveis de padrões de consumo, bem como a reestruturação do sistema produtivo, base tecnológica e a reorganização das relações sociais, de modo a construir um patamar de vida saudável e sustentável da sociedade em seus níveis local, regional e mundial. A questão maior do desafio do desenvolvimento sustentável reside na necessidade de

crescimento da economia e da renda da população num todo, para se reduzir as desigualdades e permitir a ampliação da renda e do trabalho, sem a degradação dos ecossistemas, principalmente nas áreas mais pobres e de absoluta fragilidade ambiental.

O desenvolvimento sustentável constitui uma proposta de construção de um estilo de desenvolvimento centrado na equidade social com conservação ambiental, baseado na eficiência e ampliação da base econômica.

Segundo a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - (CMMD, 1991, p. 53):

O desenvolvimento sustentável tem de lidar com o problema do grande número de pessoas que vivem na pobreza absoluta, isto é, que não conseguem realizar sequer as necessidades básicas. A condição de pobreza reduz a capacidade das pessoas para usar os recursos de modo sustentável, levando-as a desenvolver uma maior ação ao meio ambiente. A maioria dos pobres absolutos vive nos países em desenvolvimento; em muitos deles, essa pobreza foi agravada pela estagnação econômica dos anos 80. Uma condição necessária, mas não suficiente, para a eliminação da pobreza absoluta é o aumento relativamente rápido das rendas per capita no Terceiro Mundo. Portanto, é importante inverter as atuais tendências de estagnação ou declínio do crescimento.

Buarque (2001) assinala que a pobreza é, ao mesmo tempo, um sintoma e manifestação da poluição ambiental - poluição dos pobres - e uma das causas do agravamento dos problemas ambientais, gerando uma pressão própria e diferenciada sobre o meio ambiente (mesmo que não utilizem tecnologias de maior poder transformador da natureza). Viver de forma sustentável é buscar a harmonia com a natureza.

É necessário compartilhar o cuidado com a terra. A humanidade não pode retirar algo mais da natureza do que a própria natureza pode devolver. Para isso há necessidade de estabelecer paradigmas de vida e trajetórias de desenvolvimento que respeitem os limites naturais. Entende-se que isto é possível sem que se desprezem as vantagens trazidas pela tecnologia moderna, desde que a mesma

também se adeque dentro desses limites. A solidariedade é um princípio importante do desenvolvimento sustentável.

O verdadeiro objetivo do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida humana. Ser um processo que permita aos seres humanos realizar seu potencial plenamente e levar vidas dignas e satisfatórias. O crescimento econômico é uma parte importante do desenvolvimento, mas não pode ser um objetivo em si mesmo, nem pode continuar indefinidamente. O desenvolvimento só é real se torna nossas vidas melhores.

No entanto, a experiência mostrava que nem sempre é assim. A democracia e a participação cidadã são apenas ferramentas para encontrarmos o caminho para viver dentro dos limites do mundo físico, enquanto atendemos às necessidades e aspirações humanas, de forma justa e sustentável. É preciso criar situações nas quais as pessoas possam exercer as melhores opções ambientais sem sacrifícios, e aplicar os incentivos econômicos que tornam estas escolhas mais atraentes.

Em todo o documento da Agenda 21 há questionamentos ao modelo de desenvolvimento econômico, como injusto socialmente e extravagante na ótica ambiental. Contrário a este modelo, é proposta a alternativa da nova sociedade, justa e ecologicamente responsável, produtora e produto do desenvolvimento sustentável. No âmbito da política para a transformação é a democracia participativa na ação local, na gestão compartilhada dos recursos. (BRASIL, 2000b).

A Agenda 21 também convoca as empresas para uma participação forte na implementação de seus programas que levarão ao desenvolvimento sustentável. “Assim, para a Agenda 21, as políticas da indústria e do comércio, incluindo as empresas multinacionais, têm um papel importante na redução do impacto no meio ambiente e também no uso dos recursos naturais”. (LEIS, 1995, p.23)

2.2 AGENDA 21 – HISTÓRICO

A humanidade passa por um processo de transformação social, devido às enormes discrepâncias existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, fome, doenças, condições de higiene, educação, bem como a degradação constante, da natureza, da qual todos dependem.

Certas Nações do mundo, preocupadas com o bem-estar da humanidade e do ecossistema, buscaram formar uma Associação Mundial integrando os Governos a favor do Desenvolvimento Sustentável.

A Associação Mundial partiu do princípio da resolução 44/228 da Assembléia Geral de 22 de Dezembro de 1989, quando houve a Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Criou-se a Agenda 21, direcionada aos problemas constantes e com o intuito de preparar o mundo para os desafios dos próximos cem anos.

A busca do consenso em nível mundial traz uma visão de compromisso político ao nível mais alto no que tange ao desenvolvimento e à cooperação ambiental.

A Agenda 21 é um programa essencialmente empreendedor, possível de ser aplicado pelos diversos atores segundo as diferentes formas de situações, capacidades e prioridades dos países e áreas regionais com a plena observância de todos os princípios contidos na Declaração a Rio 92 sobre Meio Ambiente.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio 92, foi de extrema importância como pilar de uma nova fase no estudo e no incremento do desenvolvimento sustentável. O principal documento desenvolvido nesse encontro foi a Agenda 21, caracterizada como uma carta de intenções para ser discutida e aplicada pelos mais diversos e diferentes grupos sociais do planeta, respeitando as suas culturas, hábitos, costumes, crenças, etc. e, de modo geral, seus recursos naturais.

2.3 CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO

A primeira grande reunião internacional para se tratar de desenvolvimento econômico atrelado à preservação do meio ambiente foi a conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, capital da Suécia, em 1972, poucos meses depois da publicação do relatório do Clube de Roma.

No encontro foi produzido um documento intitulado “Declaração sobre o Ambiente Humano”, reconhecendo a educação ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a urgência de o homem reordenar suas prioridades, proclamando como forma ideal de planejamento ambiental aquela que associasse a prudência ecológica às ações em favor do desenvolvimento.

Na Conferência, os representantes das nações participantes concluíram que a solução da poluição não era diminuir o ritmo do desenvolvimento e, sim, orientá-lo para a preservação do meio ambiente e dos recursos renováveis.

Representantes de aproximadamente 113 nações participaram da conferência, 90% dos quais pertenciam ao grupo dos países em desenvolvimento. Nessa época, apenas 16 deles possuíam entidades de proteção ambiental. Os delegados dos países em desenvolvimento, liderados pela delegação brasileira, defendiam seu direito às oportunidades de crescimento econômico a qualquer custo. Esses países conseguiram aprovar a declaração de que o subdesenvolvimento é uma das mais freqüentes causas da poluição no mundo atual, devendo, portanto, o controle da poluição ambiental ser considerado um subprograma de desenvolvimento e a ação conjunta de todos os governos e organismos supranacionais convergir para a erradicação da miséria no mundo (IBAMA, 2001).

Foram aprovados na Conferência de Estocolmo (1991), 26 princípios fundamentais que orientam as ações internacionais na área ambiental, tais como a valorização do homem dentro do ambiente como ser que o transforma, mas que depende dele para sobreviver; e que o homem é o ser mais importante do mundo, pois promove o progresso social, cria riquezas e desenvolve a ciência e a tecnologia. Assim,

conforme a Comissão Brundtland (CMMAD, 1991a), os princípios expressam a convicção comum de que:

Princípio 1

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o *apartheid*, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

Princípio 2

Os recursos naturais da Terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Princípio 3

Deve-se manter, e sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.

Princípios 4

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Conseqüentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.

Princípio 5

Os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização.

Princípio 6

Deve-se por fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não se causem danos graves e irreparáveis aos ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.

Princípio 7

Os Estados deverão tomar todas as medidas possíveis para impedir a poluição dos mares por substâncias que possam por em perigo a saúde do homem, os recursos vivos e a vida marinha, menosprezar as possibilidades de derramamento ou impedir outras utilizações legítimas do mar.

Princípio 8

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na Terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.

Princípio 9

As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os

esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.

Princípio 10

Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a obtenção de ingressos adequados dos produtos básicos e de matérias-primas são elementos essenciais para o ordenamento do meio ambiente, já que há de se ter em conta os fatores econômicos e os processos ecológicos.

Princípio 11

As políticas ambientais de todos os Estados deveriam ser encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as conseqüências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional.

Princípio 12

Recursos deveriam ser destinados para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e gastos que pudessem originar a inclusão de medidas de conservação do meio ambiente em seus planos de desenvolvimento, bem como a necessidade de oferecer-lhes, quando solicitado, mais assistência técnica e financeira internacional com este fim.

Princípio 13

Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique

assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população.

Princípio 14

O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar as diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente.

Princípio 15

Deve-se aplicar o planejamento aos assentamento humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito devem-se abandonar os projetos destinados à dominação colonialista e racista.

Princípio 16

Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde, a baixa densidade de população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam ser aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.

Princípio 17

Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos Estados, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente.

Princípio 18

Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

Princípio 19

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.

Princípio 20

Devem-se fomentar em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científicos referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. Neste caso, o livre intercâmbio de informação científica atualizada e de experiência sobre a transferência deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais. As tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento de forma a favorecer sua ampla difusão, sem que constituam uma carga econômica para esses países.

Princípio 21

Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos

em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.

Princípio 22

Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem às zonas fora de sua jurisdição.

Princípio 23

Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevaletentes em cada país, e a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.

Princípio 24

Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os Estados.

Princípio 25

Os Estados devem assegurar-se de que as organizações internacionais realizem um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e no melhoramento do meio ambiente.

Princípio 26

É preciso livrar o homem e seu meio ambiente dos efeitos das armas nucleares e de todos os demais meios de destruição em massa. Os Estados devem se esforçar para chegar logo a um acordo – nos órgãos internacionais pertinentes- sobre a eliminação e a destruição completa de tais armas (Comissão Brundtland, 1991).

Estes princípios foram fundamentais para que os países poluidores pudessem preocupar-se mais com a vida do planeta. Buscou-se uma conscientização de toda a sociedade a nível mundial que desenvolvam ações norteadoras na proteção do meio biótico e abiótico.

Em 1983, a Organização das Nações Unidas implanta a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Após quatro anos, o relatório com o Título – “Nosso Futuro Comum”, torna-se um pilar, sinalizando que a sociedade deve mudar as formas de vida e de conduzir negócios ou então, o mundo suportaria patamares inaceitáveis de carência, sofrimento e danos ambientais.

A proteção ambiental constitui parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste. O meio ambiente e o desenvolvimento são duas faces da mesma moeda com nome próprio, desenvolvimento sustentável, o qual não se constitui num problema técnico, mas social e político. (GUIMARÃES, 1992, p. 100)

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável alerta que a economia Mundial deverá levar em consideração as necessidades, assim como, os interesses legítimos da população, e o crescimento não pode extrapolar aos limites do ecossistema do planeta.

Segundo Fontes (1994), a humanidade possui capacidade e talento de tornar o desenvolvimento sustentável e assegurar que ele atenda às necessidades do presente, mas sem colocar em risco a capacidade das futuras gerações de atender as suas necessidades próprias.

2.4 COMISSÃO BRUNDTLAND E SEUS DESDOBRAMENTOS

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamada de Comissão Brundtland, no seu relatório de 1987, cujo título Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991b.), dava ênfase à importância da proteção do meio ambiente na eficaz realização do desenvolvimento sustentável. No ano de 1982, quando se discutiam pela primeira vez os caminhos da Comissão, tratando das questões ambientais que dominavam os debates, percebeu-se que o assunto era muito mais sério do que se pensava. No decorrer de três anos de pesquisas e análises envolvendo muitos especialistas de quase todo o mundo foi se formando um cenário mundial do desenvolvimento e seu impacto nos recursos do planeta.

Desta forma a Comissão observou, no momento, que o meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas, e tentar defendê-lo sem levar em consideração os problemas humanos, deu à própria expressão meio ambiente, caráter de ingenuidade em diversos meios políticos. A palavra desenvolvimento foi utilizada por alguns, mas com um sentido muito limitado, como o que as nações pobres deveriam fazer para se tornarem ricas, e por isso passou a ser posto de lado no plano internacional.

Assuntos de desenvolvimento, segundo a Comissão Brundtland (1991) devem ser vistos e resolvidos de forma cuidadosa pelos líderes políticos que pensam que seus países já atingiram um patamar que outras nações ainda se debruçam para atingir. Assim, muitas das estratégias de desenvolvimento sustentável adotadas pelos países industrializados se tornam insustentáveis e, devido ao grande e maciço poder econômico e político desses países, suas decisões quanto ao desenvolvimento terão

um impacto forte sobre a possibilidade de todos os povos manterem o progresso humano para as gerações futuras.

É importante salientar então as colocações do relatório quando se observa, em pleno ano de 2002, as discussões em torno do Tratado de Kioto, cujo documento foi assinado no ano de 1997 por quase todos os países do planeta, tratando da redução gradativa da emissão de gases poluentes na atmosfera.

O presidente americano, George W. Bush, Presidente da nação mais rica e poluidora do mundo, os Estados Unidos da América, afirmou naquele momento, que a economia do seu país era mais importante que a preservação ambiental, o que gerou polêmica e descontentamento em todo o mundo, pois o tratado previa redução de 30% dos gases; os Estados Unidos da América, que haviam assinado o referido documento em 1997, propunham apenas 5%, o que se tornaria insignificante.

Outro ponto de suma importância do relatório, e que merece destaque, é a necessidade de soluções imediatas para os assuntos inerentes à pobreza, desigualdade e à degradação ambiental. O objetivo fundamental seria a busca de um desenvolvimento saudável e, ao mesmo tempo, com expectativas duradouras voltadas, principalmente ao meio social e ambiental.

Foi em 1987, através do relatório "Nosso Futuro Comum", que se passou a usar o conceito de desenvolvimento sustentável, posteriormente alavancado pela Comissão de Brundtland no processo preparatório para o Rio 92.

O termo dá ênfase total no aspecto de que é possível desenvolver sem destruir o meio ambiente e também propõe que todos os países interajam para evitar a degradação global crescente, não somente nas grandes cidades industriais, onde primeiro se fizeram sentir os efeitos da destruição ambiental, mas do ambiente global, como as florestas, os oceanos e atmosfera.

Foi a partir deste relatório que se trouxe a idéia da necessidade para um espaço comum e um nível planetário, para então se conseguir os caminhos do modelo de desenvolvimento econômico que se vinculou no cenário político, levando assim, os

programas de sustentabilidade a serem questões de primeira necessidade nas discussões da Rio 92.

2.5 RIO 92 E AGENDA 21

A idéia de desenvolvimento sustentável consolidou uma linha mestra para a mudança de rumos no desenvolvimento global, definido pelos cento e setenta países presentes à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992, sinalizando 26 anos da Conferência de Estocolmo, considerada um dos maiores e mais importantes acontecimentos diplomáticos já realizados¹ (AGENDA 21, 2000).

Neste evento, foi elaborado e aprovado pelos respectivos representantes oficiais dos países e demais organizações participantes, cinco documentos principais: Carta da Terra, rebatizada de Declaração do Rio; Convenção sobre Diversidade Biológica; Declaração sobre Florestas; Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas e a Agenda 21.

A Declaração do Rio visava estabelecer acordos em níveis internacionais que respeitassem os interesses de todos e protegessem a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento.

Por sua vez, a Agenda 21 apresentava uma gama enorme de compromissos acordados pelos países integrantes do evento, que abraçaram o desafio de incorporar às suas políticas públicas diretrizes que levariam a um desenvolvimento sustentável, a exemplo de problemas comuns como: recursos da terra, desertificação, biotecnologia, mudanças climáticas, meio ambiente marinho, oceanos, água potável, resíduos sólidos, resíduos tóxicos e rejeitos perigosos.

¹ As principais conferências realizadas pela ONU na década de 1990 foram: Infância, em Genebra (1990); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro (1992); População e Desenvolvimento, no Cairo (1994); Pobreza e Desenvolvimento Social, em Copenhague (1995); Assentamentos Humanos Habitat II, em Istambul (1996); Mulher, em Beijing (1997).

A conferência objetivava identificar estratégias regionais e globais para ações referentes aos principais problemas ambientais, examinar a situação ambiental do planeta e as respectivas mudanças ocorridas depois da conferência de Estocolmo, bem como examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável e de acabar com a pobreza nos países em desenvolvimento.

A Rio 92, no entanto, excedeu formal e materialmente, os objetivos da conferência oficial das Nações Unidas. A CNUMAD foi, basicamente, um encontro de governos, convocada por uma instituição subordinada a seus mandatos, a ONU, para tratar da crise ecológica dos bens comuns da humanidade, como recursos naturais, mares, etc.

Para Buarque, a Agenda 21 possui um enfoque sistêmico, partindo de uma abordagem multisetorial da realidade e analisando a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional (BUARQUE, 2001).

Andrade ressalta que a Agenda 21 apresenta um plano de ação, com o objetivo de pôr em práticas programas que restringissem o processo de degradação ambiental e, assim, transformar em realidade os princípios da Declaração Rio 92. Para que tais propostas, a partir do plano de ação, se torne realidade, no entanto, é importante a interação e a responsabilidade dos governos municipais, estaduais e federais, bem como a participação ativa e o debate da sociedade, levando em consideração os seus mais diversos atores.

Sobre a Agenda 21, Sarney Filho (2001) também considera:

É preciso esclarecer que Agenda 21 não é um documento que precisa ficar pronto e ser entregue a quem quer que seja. A Agenda 21 é um processo em que toda a sociedade avalia o presente e aponta os rumos para o futuro. Não é um documento de governo, mas sim, a instalação de um fórum permanente, em que a sociedade diagnostica seus problemas ambientais, econômicos e sociais, e manifesta sua opção pelo desenvolvimento sustentável, estabelecendo metas para a sua implementação. A Agenda 21 veio se antecipar como método de uma nova maneira de proceder à governança, na qual a sociedade civil toma parte ativamente e não apenas nos períodos eleitorais em que define o quadro de dirigentes para o país. Conforme já havia dito o próprio Presidente da

República, a sociedade amadureceu o suficiente para não mais aceitar as políticas dos diversos setores como um “prato feito” a ser engolido, mas quer participar da concepção e da avaliação permanente das decisões nacionais.

Segundo o ministro Sarney Filho, a Agenda 21 torna-se um instrumento de democracia participativa, sem a qual não será capaz de se construir o desenvolvimento sustentável, possível de reverter o quadro de destruição.

Lembra ainda, que a Agenda 21 pode ter como ponto de partida qualquer entidade organizada e com representação social.

Segundo Vieira (1995), a Rio 92 conseguiu fazer crescer um novo ritmo de negociações em todos os níveis, com o intuito de redefinir propostas capazes de ampliar mudanças que se fazem necessárias.

Um futuro mais equilibrado no plano sócio-ambiental irá depender da capacidade de organização e articulação política da sociedade civil planetária (VIEIRA, 1995). Essa sociedade civil, após anos de encontros e ações de organização de trabalhos, tem se subdividido no que Vieira (1995) chama de atores dos debates ambientais e são representados por:

- Organizações não-governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental, aproximadamente 15 mil em 1990, sendo que alguns deles atuam em escala internacional, como o Greenpeace, Friend of the Earth, Earth Island Institute e World Wildlife Fund (WWF);
- Agências estatais, tanto de âmbito federal, como estadual e municipal, encarregadas de proteger o ambiente. Em 1970, eram 12 agências ambientais nacionais e em 1990, mais de 140;
- Grupos e instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais, muitos deles com uma abordagem sistêmica, que estão impactando profundamente a dinâmica da comunidade científica;

- Um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseado na eficiência do uso dos materiais, na conservação de energia, na redução da poluição, na reciclagem de resíduos e no controle da qualidade;
- Um mercado consumidor verde que demanda, entre outras coisas, alimentos de uma agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes reutilizáveis, produtos que tenham sido produzidos usando tecnologias limpas e a partir de matérias-primas produzidas de modo sustentável;
- Agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais, tendo como exemplos o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, criado em 1972; o Protocolo de Montreal, de 1987, que visa banir as substâncias destruidoras da camada de ozônio; e o Protocolo de Kioto, de 1997, para reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera (LEIS, 1995).

A Agenda 21, em seu conteúdo, também determina as empresas a uma participação viva no desenvolvimento de seus programas que levarão ao desenvolvimento sustentável. “Para a Agenda 21, as políticas da indústria e do comércio, incluindo as multinacionais, têm um papel fundamental na redução do impacto no meio ambiente e no uso dos recursos naturais” (LEIS, 1995, p. 15).

2.6 AGENDA 21 NO BRASIL

Com a promulgação da última Constituição Federal² no Brasil, tem surgido de forma substancial abertura nas entidades ambientalistas para a polêmica do desenvolvimento sustentável, assim como, crescimentos das discussões

² A constituição de 1988, responsável pela declaração da Constituinte de 1988, teve o apoio expressivo do chamado bloco verde, inserindo na carta Maior diversos artigos de estreita relação à preservação ambiental e à participação do Estado e da sociedade (VIOLA, 1991, p. 10).

relacionadas ao assunto. Foi exatamente a nova Lei Suprema que oficializou o Brasil a sediar a Rio 92.

Segundo Boeira (2001), o Brasil tem o reconhecimento de um conjunto de leis ambientais dos mais destacados no mundo, principalmente após a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA, em 1981, e também após a Constituição Federal do ano 1988, que foi a única no mundo a portar um capítulo inteiro sobre o meio ambiente. O autor ressalta que se deve reconhecer, inclusive, que durante a década de 1990 houve grande avanço legislativo na área, com a aprovação de diversas leis, bem como, a de crimes ambientais (Lei 9.605/98) e a da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99).

O Brasil, nos últimos 15 anos, porém, passou por um enorme desafio no processo de regulamentação e de institucionalização do controle das atividades degradadoras, na tentativa de internalizar a proposta do desenvolvimento sustentável nos órgãos públicos e privados e no dia a dia das pessoas. Apesar de toda essa ação e de resultados já encontrados em cada um dos órgãos, ainda falta muito, dada a dificuldade natural de incorporação, pela sociedade, da inovação que representa construir agendas de responsabilidades de compromissos para a sustentabilidade.

O Brasil, como nação participante dos debates de desenvolvimento sustentável e da elaboração da Agenda 21, Rio 92, definiu seis assuntos a serem trabalhados no país, dos quarenta e um questionados pela Agenda 21 global. São eles:

- Agricultura;
- Cidades sustentáveis;
- Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável;
- Gestão dos recursos naturais;
- Infra-estrutura;
- Integração regional.

Para o processo de discussão dos temas apresentados, o Governo Federal determinou, por meio de decreto presidencial, a criação da Comissão de Política de

Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 – CPDS, que tem como principal atribuição coordenar todo o processo de elaboração e implementação da Agenda 21 brasileira. Os debates para esta finalidade, no entanto, como caracterizado na própria Agenda, excedem em muito a atuação do Estado, envolvendo em todo o país a participação da sociedade civil e do empresariado, por meio de seus representantes. Com esta finalidade, a comissão é presidida pelo Ministério do Orçamento e Gestão, pelo Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Ciência e Tecnologia, pela Câmara de Políticas Sociais e órgãos da sociedade civil, como o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de Brasília, a Fundação Onda Azul, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável etc. (BOEIRA, 2001).

Importante ressaltar que a Agenda 21 não é um documento concluído, mas sim, um conjunto de diversos diagnósticos, propostas de estratégias e também ações que norteiam o planejamento nacional, e subsidiam as iniciativas e elaborações de agendas locais. Segundo a CPDS (CONFERÊNCIA..., 2000, p. 9):

A sociedade brasileira não poderá avançar em direção ao desenvolvimento sustentável se não discutir, clara e corajosamente, seus problemas, para em seguida estabelecer os pactos necessários. Somente a sociedade tem legitimidade para mediar os conflitos e construir os indispensáveis consensos para a formulação da Agenda 21 brasileira.

Necessitando saber melhor o que a sociedade pensava a respeito do desenvolvimento sustentável, o Ministério do Meio Ambiente, assim como o Instituto de Estudos da Religião – ISER promoveram uma pesquisa nacional, em 1997, intitulada “O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade” (BRASIL, 2000b).

Pela análise dos resultados, chegou-se à conclusão de que há por parte dos brasileiros uma enorme empatia com respeito às questões da sustentabilidade e que existe uma gama multissetorial, constituída por pessoas como: acadêmicos, empresários, cientistas, parlamentares, líderes de movimentos sociais e

organizações civi-ambientalistas, que trabalham de forma normal a questão do conceito.

Essa gama de pessoas identifica quatro níveis no conceito de sustentabilidade.

- Dimensão ética – identifica que o equilíbrio ecológico extrapola a definição de um padrão duradouro de organização da sociedade e alcança assim, a questão da necessidade da sobrevivência das novas gerações e de outras espécies;
- Dimensão temporal – não se trata de uma questão de efeito imediato, mas de construção de planejamento longo prazo;
- Dimensão social – busca chegar ao consenso de que uma sociedade num todo é menos desigual, pode construir desenvolvimento sustentável;
- Dimensão prática – há necessidade de mudança de costumes e hábitos, como forma necessária às transformações de consumo e de comportamento.

Na verdade, observa-se que estas dimensões têm como características o efeito de complementarem a abordagem econômica mais citada nas discussões iniciais que derivam do relatório Brundtland.

O conceito de sustentabilidade aplicado ao meio ambiente, impôs-se de tal forma como novo paradigma que nos obriga a tomá-lo como referência obrigatória em todos os trabalhos relacionados com o desenvolvimento sustentável.

Cada vez mais esse conceito vai orientando a definição de diretrizes, inicialmente gerais, e, posteriormente, em cada segmento da economia. Atualmente, por exemplo, todos os segmentos da chamada “indústria turística”, criaram certificações localizadas, códigos de conduta, regulamentos e outros, todos na busca da preservação ambiental e da sustentabilidade.

2.7 APA - DEFINIÇÃO

A implantação de APAS no Brasil baseou-se em modelos de diversos países como Portugal, França, Inglaterra e Alemanha, com a finalidade de proteger a natureza para a preservação e recomposição do equilíbrio e ou dos recursos naturais abrangendo, também, as propriedades particulares.

Área de Proteção Ambiental – APA, é uma área normalmente extensa, com uma porcentagem de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, que e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e manter a sustentabilidade dos recursos naturais existentes.

Segundo Brito e Câmara (2002, p. 151):

[...] uma APA objetiva garantir a proteção da fauna, da flora, do solo e da qualidade da água, da conservação de expressivos remanescentes de matas (aluvial e ciliar) bem como melhorar as condições de sobrevivência das populações residentes na região ou melhoria da sua qualidade de vida.

Criada a APA, deve-se adotar instrumentos operacionais para disciplinar as atividades econômicas locais, fomentar o turismo ecológico – quando for o caso, promover a educação ambiental e a pesquisa científica – se possível preservando a cultura e a tradição das sociedades humanas ali residentes, bem como proteger espécies ameaçadas de extinção na região.

O trabalho, a ser desenvolvido dentro da APA criada, deverá ter em vista atender aos anseios regionais e locais, em consonância com a política ambiental, criando, assim, um instrumento que permita subsidiar as atividades econômicas que não apresentem interações danosas aos meios físicos e biológicos compatibilizando o desenvolvimento com a proteção, conservação e preservação ambiental. (BRITO; CÂMARA, 2002. p. 151)

O zoneamento ambiental é um importante instrumento de gestão de APA e, os primeiros estudos referentes ao zoneamento de APAs federais foi feito pela SEMA, empregando o conceito de zoneamento ecológico-econômico: "procura ordenar o território segundo suas características bióticas e abióticas básicas, através do agrupamento de áreas cujos conjuntos formam unidades de terra relativamente homogêneas, de modo a facilitar a análise integrada da paisagem.

O zoneamento é um instrumento pontual e regional, cuja finalidade é, justamente, dividir a porção territorial em zonas regionais de acordo com os padrões característicos do ambiente e sua aptidão de uso, devendo-se levar em conta os fatores ambientais existentes; e constitui um instrumento indispensável para se conciliar a necessidade do desenvolvimento econômico a importância de se proteger e melhorar as condições locais. (BRITO; CÂMARA, 2002. p. 255)

Através da Resolução nº 1.040, de 21 de Fevereiro de 1995 do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte do Estado da Bahia, e o que consta no processo CEPRAM Nº 940001243/8 tendo como objetivo, o desenvolvimento sustentável da área. Assim, de alguns Artigos da Resolução se aprova e, institui-se o Zoneamento Ecológico – Econômico, cujas plantas são parte integrante do Plano de Manejo da APA Litoral Norte do Estado da Bahia, em conformidade com as seguintes zonas:

ZPR - Zona de Proteção Rigorosa; ZME – Zona de Manejo Especial; ZOM – Zona de Orla Marítima; ZPV – Zona de Proteção Visual; ZOR e ZOR-E- Zona de Ocupação Rarefeita; Zona de Ocupação Rarefeita Especial; ZT e ZT-E - Zona Turística Especial; ZRE – Zona de Reserva Extrativista; ZUP – Zona de Urbanização Prioritárias; ZUR – Zona de Urbanização Restrita; ZEP I, ZEP II e ZEP III – Zona Expansão 1, Zona de Expansão II, Zona de Expansão III; ZAG – Zona de Agricultura; ZUD – Zona de Usos Diversificados; ZCA – Zona de Comprometimento Ambiental; ZCS – Zona de Comércio e Serviços; Faixas de Licenciamento Específico. (CONDER, 1995. p. 16)

Segundo a CONDER (1995), no Zoneamento Ecológico – Econômico da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia, são caracterizadas quatro áreas físicas como:

Preservação, Conservação; Uso e Conflito, nas quais estão inseridas as zonas. Estão caracterizadas conforme a Quadro 1, p. 53.

Áreas Físicas	Zoneamento
Preservação	ZPR
	ZME
	ZOM
	ZPV
Conservação	ZOR
	ZORE
	ZT
	ZRE
Uso	ZUR
	ZUP
	ZEP I
	ZEP II
	ZEP III
	ZAG
Conflito	ZUD
	ZCS
	ZCA

Quadro 1 - Zoneamento Ecológico-Econômico Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia - 1995

Fonte: Relatório Síntese do Plano de Manejo – (CONDER, 1995).

No zoneamento, são definidas as zonas possíveis de uso e se restringe outras, para garantir e assegurar a qualidade ambiental e a qualidade de vida da população. Neste sentido, a Constituição concede ao poder público o direito de classificar o bom uso da propriedade e o seu mau uso, dando um exemplo concreto de zoneamento ambiental ao determinar que “a lei regulará mediante levantamento ecológico, o aproveitamento agrícola de terras sujeitas a intempéries e calamidades. O mau uso de terra impedirá o proprietário de receber incentivos e auxílios do governo”. (BRITO, CÂMARA, 2002, p. 262)

As Áreas de Proteção Ambiental - APAS são um tipo de Unidade de Conservação de uso direto, tendo como instrumento de criação a Lei nº. 6.902, de 27 de abril de 1981, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, regulamentada pelo Decreto nº 88.351 de 01 de junho de 1983, que foi revogada

pelo Decreto Lei nº99.274, de 06 de junho de 1990. Segundo a Lei, as Unidades de Conservação de uso direto, na categoria Áreas de Proteção Ambiental (APAs), têm por finalidade proteger áreas de importância ecológica, em propriedades particulares, sem desapropriar, nem impedir o seu alcance social (BRASIL, 1981a).

A Lei 6.902, no seu art. 8º, estabelece que o Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais. O art. 9º estabelece normas gerais para a operacionalização de cada Área de Proteção Ambiental, no sentido de limitar ou proibir iniciativas que importem alterações ecológicas locais, assoreamento das coleções hídricas, etc.

A Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto Lei nº. 1.205, de 01 de agosto de 1994, traz importantes orientações e estabelece as Áreas de Proteção Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981b).

A Resolução (CONAMA) nº 10, de 14 de dezembro de 1988, define no seu art. 1º que as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), orientam a sua Administração: "são Unidades de Conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais. E estabelece, no seu art. 2º, que as APAs terão sempre um zoneamento ecológico econômico, que estabelecerá normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras".

Prevê-se no Decreto nº.99.274/90, no art.32, que as propriedades situadas nas APAS devem receber tratamento prioritário das instituições Federais de crédito e financiamento para pedidos encaminhados com o apoio do IBAMA. Destinados à melhoria do uso racional do solo e de suas condições sanitárias e habitacionais.

No art. n° 9 da lei 6.902/81, diz que em cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo:

- a) A implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água.
- b) Realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais.
- c) O exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas.
- d) O exercício de atividades que ameaçam extinguir, na área de protegida, as espécies raras da biota regional”.

Segundo Brito e Câmara (2002), as APAS são consideradas como a categoria de manejo mais moderno que existe em termos de áreas protegidas. Elas permitem que a população desenvolva atividade econômica nos espaços geográficos e suas criações não implicam em desapropriação de terra, condicionando que o uso da terra e o desenvolvimento estejam dentro de parâmetros de um planejamento ambiental.

As propriedades privadas podem ser determinadas através de normas e restrições, para manter a integridade do espaço. Nas áreas de cunho privado é de obrigação da pessoa responsável, podendo até ser o respectivo proprietário estabelecer condições para pesquisa, estudos, lazer, e visitação do público.

Esses espaços de proteção ambiental devem ser acompanhados por um conselho presidido por um setor responsável por sua administração e que agregue representantes das entidades públicas, de organizações da sociedade civil e, também, da população local.

Essa área de proteção ambiental e outras a citar no decorrer do estudo, fazem parte das unidades de uso sustentável. Tem como características e finalidade de conservação:

- Área de relevante interesse ecológico
- Floresta nacional
- Reserva extrativista
- Reserva de fauna
- Reserva de desenvolvimento sustentável
- Reserva particular de patrimônio natural

Segundo Dias (2003), esse conjunto de unidades de conservação oferece rica diversidade biológica e projeta uma boa perspectiva para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Cada uma dessas unidades apresenta atrativos únicos e exclusivos que poderão atrair apreciadores da natureza em grande número nos próximos anos, desde que sejam estabelecidas condições de acomodação e atendimento adequados às exigências desse público.

Estas reservas se encontram em diversos espaços do território brasileiro.

Todas elas independente da caracterização de cada uma, têm como objetivo manter ecossistemas naturais. Estas áreas estão protegidas e asseguradas como unidades de conservação através da lei nº 9.985, de 18 de julho, publicada no Diário Oficial em 19 de julho de 2000.

2.8 ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

O pensamento ecológico tem se colocado como uma das alternativas política e filosófica para a sociedade contemporânea.

As áreas naturais protegidas em todo o mundo vêm recebendo um fluxo cada vez maior de turistas, e a tendência é o aumento dessa procura. Alguns autores revelam temor em relação aos problemas, que possam trazer esse aumento da demanda.

[...] é preocupante a velocidade com que as unidades de conservação e as demais áreas protegidas estão sendo ocupadas pelos diversos empreendedores econômicos vinculados ao turismo e, ao mesmo tempo, incentivados pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais. (SEABRA, 2001. p. 32)

Em 1977, as áreas de interesse turístico foram definidas pelo Decreto Lei nº 6.513/77, que dispôs sobre as áreas especiais e locais de interesse turístico que assim foram consideradas e instituídas por lei, assim como os bens de valor cultural e natural, protegidos por legislação específica e, especialmente:

- Os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-históricos;
- As reservas e estações ecológicas;
- As áreas destinadas à proteção de recursos naturais renováveis;
- As manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorrem;
- As paisagens notáveis;
- As localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer;
- As fontes hidrominerais aproveitáveis;
- As localidades que apresentam condições climáticas especiais;
- Outros que venham a ser definidos;

Os tipos de unidades de conservação, detectam -se através da lei nº 9985 de 18 de julho de 2000. Como unidade de proteção tem-se o Parque Nacional, cujo objetivo

fundamental está em manter e preservar ecossistemas naturais que almejam relevância bastante significativa e beleza cênica, oportunizando a realização de estudos e pesquisas científicas, além do desenvolvimento de atividades de educação no sentido de interpretação do meio ambiente, de recreação em contato com a própria natureza e de turismo ecológico.

Segundo Kinker (2002, p. 41),

[...] a intenção positiva de criação das UCs, há várias críticas que são feitas por estarem baseadas no modelo norte-americano de “ilhas da natureza preservada”, de grande beleza única, para o usufruto dos visitantes, onde não deveria haver população residente.

O parque nacional é de posse de domínio público, mas a visitação se restringe a normas estabelecidas através do órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Este tipo de unidade de conservação, quando criada pelo município ou Estado é definida como Parque Natural Municipal ou Parque Estadual.

2.9 PARQUES

Atualmente o Planejamento e a Gestão do Meio Ambiente tornam-se questões de competência e de atitude, vontade que os governos municipal, estadual e federal têm na sua frente como desafio, no sentido de objetivarem e compatibilizarem os pressupostos de conservação ambiental, em áreas de elevado valor patrimonial em biodiversidade, com a operacionalização da idéia de desenvolvimento sustentável.

O relatório Planeta Vivo (WWF, 2008) afirma que, entre os anos de 1970 e 1995, no espaço de apenas uma geração, o mundo perdeu aproximadamente 30% de suas riquezas naturais, o que sugere um declínio equivalente em biodiversidade. A diminuição progressiva da cobertura de floresta natural também se consolida perdida durante esse período, uma diminuição de 10% da cobertura florestal do planeta. A vida marinha se torna ainda mais desastrosa, na faixa de 35% de perda. Fato este, é

que as principais causas dessa diminuição, se dão em consequência utilização excessiva dos recursos naturais e aos respectivos impactos na biosfera, resultantes do aumento da população e conseqüentemente, do consumo de alimentos, energia ou materiais, e daqueles decorrentes da poluição.

Isto revela que o impacto antrópico nas áreas naturais protegidas ou em estado de conservação se encontrou não apenas no âmbito da competição com fins nos recursos naturais, mas também, nas invasões e especulações imobiliárias, até mesmo no sentido do resgate da natureza e de valores meramente essenciais pelas populações urbanas, com conseqüências imediatas no uso de tal patrimônio para fins de recreação e lojas.

Segundo a IUCN³ (1991, p. 3), área protegida corresponde a “[...] uma área dedicada primariamente à proteção e usufruto do patrimônio natural ou cultural, ou manutenção da biodiversidade e ou serviços de apoio à manutenção da vida ecológica”.

A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estabelece a seguinte definição para unidade de conservação:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, Lei 9.985, Art. 2º, 2000c).

Com essa visão conceitual da lei é possível criar mecanismos para a conservação dos nossos ecossistemas naturais e, promover o turismo ecológico, e para tanto relaciona as unidades de conservação nas quais poderá ser desenvolvida a atividade turística.

³ A IUCN originou-se da iniciativa de conservacionistas suíços. A liga Suíça para a proteção da natureza promoveu duas conferências, uma em Brasília, em 1946 e outra em Brunnen, em 1947, que dão origem à Liga Internacional para a Conservação que seria retificada posteriormente em Fontainebleau. (TORMO, 1993, p. 100)

Um dos elementos principais da preservação ambiental é a criação de parques, reservas e outras categorias de manejo, que funcionassem como forma de garantir estrategicamente a conservação da natureza em países periféricos, com elevadas biodiversidades, como é o Brasil.

Segundo Brandon (1996), parques e áreas protegidas estão entre as principais formas de conservação da biodiversidade e 8.500 áreas protegidas cobrem aproximadamente 5,17% da superfície terrestre, num total de mais de 773 milhões á 80% das áreas protegidas do mundo estabelecidas desde 1962. Ainda assim, a autora menciona que a maioria dos parques está sob forte ameaça decorrente de causas distintas, entre as quais, estão a pressão da pobreza sem alternativas, os grandes projetos de agricultura e, principalmente, a falta de recursos financeiros, humanos e compromisso político para o gerenciamento de áreas protegidas.

Azevedo (2002) cita que a maioria dos parques está sob forte ameaça decorrente de causas distintas, entre as quais, estão a pressão da pobreza sem alternativas, os grandes projetos de agricultura e, principalmente, a falta de recursos financeiros e humanos, bem como, fundamentalmente a responsabilidade política para o gerenciamento das áreas de proteção ambiental.

O Congresso Mundial de Parques, realizado em 1982, e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabeleceram que idealmente 10% da superfície da terra deveriam ser transformadas em áreas de proteção. O projeto da lei nº 2.892/92 é o principal instrumento de normatização de planejamento e gestão de unidades de conservação.

3 TURISMO E MEIO AMBIENTE

3.1 CONCEITUAÇÃO DE TURISMO

A palavra turismo surgiu no século XIX, porém, a atividade estende suas raízes pela história. Certas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, mas foi a partir do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, que ele evoluiu, devido a aspectos voltados à produtividade empresarial e econômica, pela ação do poder de compra da população e ao bem-estar resultante da estabilização e da paz no mundo e do desenvolvimento tecnológico aplicado ao transporte de passageiros e às comunicações.

O turismo do momento apresenta-se sob as mais diversas modalidades. Devido à grande mobilidade de diversos tipos de meios de transporte, uma viagem pode resultar de alguns quilômetros até centenas e milhares deles, incluindo uma ou várias formas de transporte alternativo, implicando na permanência por alguns dias, semanas ou até mesmo por vários meses nos tipos de alojamento, em um ou mais lugares do mundo.

A experiência da viagem envolve a recreação ativa ou passiva, conferências e reuniões, passeios ou negócios, nas quais o turista utiliza uma enorme variedade de equipamentos e serviços criados já para sua utilização e para satisfação de suas necessidades.

Segundo Dias (2003), o turismo é o setor da economia que mais cresce na atualidade, já tendo atingido o status de principal atividade econômica no mundo. Superou setores tradicionais, como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera.

Dias (2003), cita que o turismo não é fácil. Cada área do conhecimento que tem relação com o turismo define-o de acordo com os seus interesses específicos, envolvendo aspectos sociais, econômicos, antropológicos, geográficos e outros.

Segundo Lopez (1994) entende-se que o turismo é um fenômeno social que pode definir-se com as seguintes características básicas:

- 1- seu desenvolvimento contemporâneo;
- 2- sua natureza diversa e,
- 3- sua estrutura completa.

As demais, atendem a composição e a dinâmica de seus componentes, o turismo se define e se interpreta como um sistema que compreenda quatro elementos: a demanda dos turistas como consumidores; a oferta (mecanismos públicos e privados que promovem os recursos turísticos convertidos em produtos); os operadores de mercado (particularmente, agências de viagens e sistemas de transportes, conexões e mobilidade de turistas) e finalmente, o destino turístico que como espaço o espaço geográfico constitui a base onde tem lugar a conjunção entre a oferta e demanda (VERA et. al., 1997, p. 400).

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT (SANCHO, 2001, p. 38),

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outra.

O turismo apresenta pontos positivos e negativos, que devem ser analisados periodicamente devido a sua forte dinâmica e capacidade de estar sempre em interação.

Assim, entende-se que um destino turístico pode ter um boom de procura de um momento para outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu. Tem-se que levar em conta que o turismo é bastante dependente do planejamento e do contínuo monitoramento do espaço geográfico onde se desenvolve a atividade.

O turismo é uma atividade econômica que se desenvolveu com as características atuais como fenômeno de massa – em decorrência do desenvolvimento propiciado pela Revolução Industrial, e seu início na Inglaterra no século XVIII. Essa revolução teve como característica ativa, introduzir na sociedade moderna um paradigma econômico que tem como seu objetivo fundamental a geração de renda, através da expropriação e exploração dos recursos naturais.

Podemos afirmar que o turismo moderno é filho legítimo da Revolução Industrial, desta herdou a racionalidade capitalista de consumir os recursos naturais para a obtenção de renda.

Segundo Ruschmann (2001, p. 110), o turismo de massa é “caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” e constitui-se num dos maiores agressores dos recursos naturais.

O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços – agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de cultura turística dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm o direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural. (RUSCHMANN, 2001, p. 110)

Devido ao crescimento ambiental e a conscientização ecológica das populações, a nível de países em desenvolvimento e os desenvolvidos, o turismo no final dos anos 80, vê surgir uma demanda por um novo tipo alternativo ao até então existente o de sol e praia.

No turismo alternativo predominam as atividades que buscam maior contato com a natureza, como agroturismo, ecoturismo, montanhismo, canoagem etc. Desta forma, o novo paradigma, resultado de uma mudança de valores e hábitos, em que a

sociedade busca numa nova melhoria de qualidade de vida, em ambientes saudáveis.

Para Magalhães (2002, p. 28),

O turismo alternativo foi desenvolvido na Europa com o intuito de satisfazer as necessidades de uma clientela com aspirações e motivações, de correntes de uma nova realidade contemporânea, bem como de tentar atender às exigências do meio ambiente. Talvez isso tenha sido, além de uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo tradicional), um resultado da emergência das questões ambientais que vêm ocupando gradativamente o centro do cenário político internacional.

O turismo tem como característica um grande consumidor de espaço físico, principalmente aqueles que apresentam enorme valor ambiental, e especialmente uma tendência marcante de concentrar-se no litoral, embora tenha crescido o fluxo para o interior.

Segundo Seabra (2001), o Brasil apresenta cerca de 9.000 quilômetros de costa, sendo quase a totalidade utilizável para fins turísticos. Ocorre que com a ocupação desordenada das áreas litorâneas torna-se prática comum sua desfiguração.

O impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável. O que se pretende é mantê-lo dentro de padrões aceitáveis, para que não provoque alterações ambientais de forma irreversível e não prejudique o prazer do visitante ao usar o lugar.

Tem-se que considerar que não é só o turismo que traz problemas ao meio ambiente, mas sim, existem outros processos econômicos que contribuem para as alterações ambientais nos locais turísticos, e que em muitos dos momentos deixam de ser considerados pela dificuldade em isolá-los do processo principal, que sem dúvida é a atividade turística.

3.2 TURISMO SUSTENTÁVEL?

O turismo, paralelamente ao crescimento da consciência ambiental, se desenvolveu de forma rápida e, na perspectiva das demais vertentes da economia, com a utilização intensiva dos recursos naturais e sem nenhuma preocupação com a preservação desses atrativos que formavam a base de sustentação da atividade.

Em 1982, a OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA divulgaram a Declaração sobre o Turismo e Meio Ambiente, em que expressavam a convicção de que as atividades de férias e tempo livre e uma saudável gestão do meio ambiente são dois fatores importantes e interdependentes de um maravilhoso processo de desenvolvimento, que deve beneficiar o homem. A declaração afirma ainda que a satisfação das exigências para o desenvolvimento do turismo não pode ser prejudicial aos interesses de ordem social e econômica das comunidades, do meio ambiente e, principalmente, dos recursos naturais pois são a atração do turismo.

Segundo a OMT (2004) o conceito de turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

O valor turístico é o conjunto da produção humana material e imaterial, individual e coletiva, fruto das relações sociais historicamente estabelecidas por uma comunidade em sua localidade, as quais são capazes de gerar um sistema organizado e aberto que agregue um composto de bens de serviços, tais como: informação, transporte, hospedagem, alimentação, eventos, entre outros.

O sistema econômico do turismo foi definido como a forma de organização da estrutura que reproduz e transforma o valor turístico e é composta por seus agentes

econômicos, incorporando o tipo de propriedade, a gestão dos recursos, o processo de circulação de mercadorias e renda, o consumo, níveis de desenvolvimento das tecnologias empregadas e da divisão do trabalho.

A sustentabilidade do turismo está intrinsecamente ligada a uma nova visão da economia. Uma visão que aceite o desafio de compreender as especificidades que o turismo reúne no seu processo produtivo, no consumo e em sua reprodução como sistema que pretende se desenvolver.

3.3 GESTÃO AMBIENTAL

Após toda uma história de desenvolvimento baseado na agressão ao meio ambiente, o homem do final do século XX e início do século XXI vem tomando consciência de sua dependência dos recursos naturais que o rodeia e de que estes não são inesgotáveis nem suportarão muito tempo de degradação.

Na história da humanidade, o permanente conflito entre o ser humano e o meio ambiente está no desequilíbrio dessa relação que é, muitas das vezes, trágica.

Todo o avanço tecnológico vivido pela humanidade, a partir dos anos 1950, gerou uma exploração muitas vezes maior de energia e recursos naturais mas, por outro lado, trouxe a conscientização da necessidade de se preservar o ambiente no qual todos estão inseridos em desenvolver buscando para manter o seu equilíbrio.

Essa preocupação vem alertando autoridades governamentais, empresas e organizações privadas para os graves problemas a serem enfrentados pela sociedade no futuro, quanto à exaustão dos recursos, como também pelos prejuízos causados através do desequilíbrio ambiental.

Leis, afirma “a crise ecológica global resulta da anarquia na exploração e gestão dos bens comuns da humanidade por parte de atores políticos e econômicos, orientados por uma racionalidade individualista e instrumental”. (LEIS, 1995, p. 26)

Baseado nessa crise ambiental global, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CMMAD (1991b, p. 29), considera :

As falhas que precisamos corrigir derivam da pobreza e do mundo equivocado com que temos frequentemente buscado a prosperidade. Muitas partes do mundo entraram numa espiral descendente viciosa: os povos pobres são obrigados a usar excessivamente seus recursos ambientais a fim de sobreviverem, e o fato de empobrecerem o seu meio ambiente os empobrece mais, tornando sua sobrevivência ainda mais difícil e incerta. A prosperidade conseguida em algumas partes do mundo é com frequência precária, pois foi obtida mediante práticas agrícolas, florestais e industriais que só trazem lucro e progresso a curto prazo.

O desgaste do meio ambiente foi conseqüência considerado o resultado da crescente demanda de recursos escassos e da poluição causada pela melhoria do padrão de vida dos relativamente ricos. Mas a própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver, os pobres e os famintos muitas das vezes destroem seu próprio meio ambiente, derrubando florestas, permitindo o pastoreio excessivo, exaurindo as terras marginais e ocorrendo em número cada vez maior para as cidades já congestionadas. O efeito cumulativo dessas mudanças chega a ponto de fazer da própria pobreza um dos maiores flagelos do mundo.

O conceito de gestão ambiental, segundo Andrade, Tachizawa e Carvalho, (2000) tem se ampliado, deixando de ser uma função exclusiva de proteção do meio ambiente, adquirindo um caráter sistêmico e, portanto, alcançando várias ciências das diversas áreas, como Sociologia, Economia, Finanças, Teoria de Estado, Direito, Teoria das Organizações, Psicologia e Urbanismo. Os autores consideram que a gestão ambiental tem se tornado uma função de gestão, tanto pública quanto privada, uma vez que vem sendo paulatinamente contemplada na estrutura organizacional e interferindo no planejamento estratégico.

Pode-se considerar a definição de gestão ambiental como sendo,

A condução de processos dinâmicos e interativos que se dão entre o sistema natural e o social, a partir de um padrão de modelo de conservação e desenvolvimento almejado, estabelecendo ações, recursos e mecanismos jurídicos e institucionais necessários à sua ativação. (IBAMA, 2001, p. 3)

A nova visão organizacional de preservação e gestão ambiental, no entanto, precisa ser acompanhada de uma mudança de valores, passando da idéia de expansão para a conservação, da quantidade para a qualidade, da dominação para a parceria. O novo pensamento e o novo sistema de valores, juntamente com as correspondentes percepções práticas novas, constituem uma visão sistêmica, um mundo integrado e não um conjunto de partes dissociadas (ANDRADE, TACHIZAWA; CARVALHO, 2000).

Segundo Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), o ambientalismo superficial tende a aceitar, por omissão, a ideologia do crescimento econômico ou a endossá-la abertamente.

A ecologia profunda substitui a ideologia do crescimento econômico pela idéia da sustentabilidade ecológica. Assim, a gestão ecológica, por sua vez, não questiona a ideologia do crescimento econômico, que é a principal força motriz das atuais políticas econômicas e também da destruição do ambiente global. Rejeitar esta ideologia, segundo os autores, não significa rejeitar a busca do crescimento econômico, entendida puramente em termos quantitativos como maximização dos lucros ou do Produto Nacional Bruto (PNB).

A gestão ecológica implica em reconhecimento de que o crescimento econômico ilimitado em um planeta finito só pode levar a um desastre. Assim, faz-se uma restrição ao conceito de crescimento, introduzindo-se a sustentabilidade ecológica como critério fundamental de todas as atividades de negócios.

Aproximadamente há três décadas esforços vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores e por comissões ambientalistas no sentido de alertar quanto aos efeitos devastadores do descuido e da despreocupação com os recursos ambientais. Uma parte da sociedade capitalista aborda o desenvolvimento como uma prática de geração de empregos e de arrecadações de tributos fiscais para os municípios, mas isso não se confirma em toda a sua plenitude.

Interesses são desenvolvidos com intuito de obter grandes riquezas, aproveitando as oportunidades e vantagens que os municípios oferecem. As empresas instalam-

se nos municípios com tecnologias ultrapassadas ignorando os males, e os incalculáveis prejuízos ambientais desenvolvidos para a região.

Assim, há emissão de resíduos tóxicos, gases no ar, outros nas águas dos rios, córregos, contaminando grandes áreas, afetando uma boa parte da população, atingindo, inclusive, os próprios trabalhadores e suas famílias.

Segundo Andrade, Tachizawa e Carvalho, (2000) o crescimento econômico das últimas décadas tem resultado em deterioração das condições de vida dos contingentes economicamente menores adotados da população.

Nos anos 1960, o governo brasileiro preocupou-se em participar de convenções e reuniões internacionais referentes a conservação e à preservação do meio ambiente, a exemplo, a Conferência Internacional promovida pela UNESCO, em 1968, focando a utilização racional e a conservação dos recursos da biosfera.

Na década de 1970, devido ao agravamento dos problemas ambientais, e, pela maior conscientização dos problemas da época em todo o planeta, foi debatido em Brasília, de 21 a 27 de agosto de 1971, o I Simpósio referente à Poluição Ambiental, partindo da Comissão Especial sobre Poluição Ambiental da Câmara dos Deputados, com objetivo de obter-se elementos necessários para um estudo a nível global da questão da poluição ambiental no Brasil. Nesse Simpósio participaram uma gama enorme de pesquisadores e técnicos do Brasil e do estrangeiro.

Após, a participação da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia, é que medidas de ação foram incrementadas com relação ao sistema do meio ambiente brasileiro. No ano de 1973, foi constituída a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), através do Decreto Lei nº. 73030, que propunha examinar junto à opinião pública o problema do meio ambiente, buscando mostrar à sociedade da necessidade de preocuparem-se mais com o meio ambiente e evitarem as ações predatórias. No ano de 1981, o Governo Federal, através da (SEMA) cria a Política Nacional do Meio Ambiente, pela qual foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e, também instituí o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa

Ambiental. Através desse Cadastro estabeleceram os instrumentos para a execução da Política Nacional e o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA). O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), foi criado, também com poderes regulamentadores e estabelece padrões de meio ambiente, vigente até hoje.

A SEMA, ainda, propôs o que seria de fato a primeira lei do Meio Ambiente do Brasil a Lei nº 6.902, de 198, destinada à preservação da natureza. Foi nesse ano que se estabeleceu o marco mais importante para a questão do meio ambiente na cúpula Estatal, pois marca a criação unidades de conservação pelo Governo Federal, como parques nacionais, reservas biológicas, áreas de preservação ambiental e locais de interesse ecológico. Quanto aos Estados e Municípios, estes preocuparam-se em convergirem as ações na preservação de mananciais e cinturões verdes em torno de áreas e parques industriais (a exemplo na Bahia o pólo Petroquímico de Camaçari).

Em 1989, o Governo Federal resolveu unificar a funções da (SEMA) com a de outros órgãos, a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criando um novo órgão, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O principal objetivo desta nova instituição Federal era de executar as políticas nacionais do Meio Ambiente no sentido da proteção e a recuperação da qualidade ambiental para as presentes e futuras gerações.

3.4 ADMINISTRAÇÃO, MEIO AMBIENTE E TURISMO

O conceito de gestão ambiental, segundo Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), vem apresentando uma dimensão maior, deixando de ser uma função exclusiva de proteção do meio ambiente, adquirindo um caráter sistêmico e, portanto, alcançando várias ciências das diversas áreas como a Sociologia, Economia, Direito, Urbanismo e outras.

Os autores consideram que a gestão ambiental tem se tornado uma função de Administração, tanto na organização pública como na organização privada, isto é, apresentando de forma paulatina o seu elo de inferência na estrutura organizacional e assim envolvendo-se no planejamento estratégico. Neste contexto, a inclusão da gestão ambiental nos objetivos da administração, tem um objetivo maior, de ampliar substancialmente todo o conceito de administração.

Os autores mostram que foram introduzidos em vários níveis organizacionais, assim como outras inovações e programas de reciclagem de resíduos pelo governo brasileiro, em 2001. Tais práticas espalharam-se de forma rápida nestes últimos anos, fazendo com que diversas organizações, desenvolvessem sistemas de administração, sustentados num fulcro ecológico, podendo ser destacados benefício como:

- Sobrevivência humana
- Consenso público
- Oportunidade de mercado
- Redução de risco
- Redução de custo
- Integridade pessoal

O novo paradigma organizacional de preservação e gestão ambiental ainda precisa ser acompanhado de uma mudança de valores, passando de idéia de expansão para a conservação da quantidade, para a qualidade. Os autores vêem que o novo pensamento e o novo sistema de valores, em conjunto com os correspondentes, percepções e novas práticas, constituem o novo paradigma, representando uma visão sistêmica, um mundo mais sólido e não um conjunto de partes dissociadas (ANDRADE, TACHIZAWA; CARVALHO, 2000).

Os mesmos autores citam que o ambientalismo superficial tende a aceitar, por omissão, ideologia do crescimento econômico ou a endossá-lo abertamente. A ecologia profunda substitui a ideologia do crescimento econômico pela idéia de sustentabilidade ecológica. A gestão ecológica, por sua vez, não questiona a

ideologia do crescimento econômico, que é a base fundamental de todo sistema motriz das atuais políticas econômicas e também da destruição do ambiente global.

Segundo os autores, rejeitar esta ideologia não significa rejeitar a busca cega do crescimento econômico de forma irrestrita, mas, deve ser entendido puramente em termos quantitativos como a maximização dos lucros ou do Produto Nacional Bruto (PNB).

A gestão ecológica incide em reconhecer que todo o crescimento econômico ilimitado no mundo só pode levar a uma catástrofe. Assim, faz-se uma restrição ao conceito de crescimento, introduzindo-se a sustentabilidade ecológica como critério fundamental de todas as atividades de negócios.

O turismo deve ser conciliável com propósitos em nível internacional, nacional, regional e local de desenvolvimento sustentável e conservação. Este deve ser planejado, administrado e empreendido de modo a evitar prejuízos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável.

O turismo é um fenômeno espacial, que diante da sua natureza econômica e da estreita relação com os espaços onde se insere, integra-se como parte do sistema territorial, em permanente interação com outras atividades. As atividades turísticas, pressupõem ações planejadas e executadas a partir da delimitação de um território.

Segundo Lopes e outros (2002), não se deve confundir as noções de espaço e região. O espaço, pode ser definido a partir de um conjunto de dados econômicos localizados, sendo que tais localizações podem ser dispersas, considerando que são características, e a natureza das relações de interdependência que dão unidade de espaço. Quanto à noção de região, esta precisa ser definida de uma forma mais restrita, não em função de fatores relacionados à dimensão, mas referidos a razões de contigüidade, ou seja, os elementos que compõem uma região têm de se localizar de forma contígua.

Lembrando que território deriva do latim terra e torium que significa terra pertencente a alguém. Ueda (2004, p. 15) afirma que: "o território é o espaço territorializado e

apropriado”, onde a passagem de espaço a território ocorre num processo de produção do espaço, na medida em que este é balizado, modificado, transformado por redes e fluxos (rodovias, circuitos comerciais e bancários, rotas...) que aí se instalam.

A autora define territorializada “como conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, pelo Estado, por diferentes grupos sociais e pelas empresas” (UEDA, 2004, p. 15)

Segundo, Silva (2006, p. 5),

a noção de território como um espaço socialmente construído e organizado deve ser o elemento-chave e norteador do processo de planejamento, buscando-se, desse modo, privilegiar os aspectos essenciais conducentes ao desenvolvimento turístico de base endógena: os recursos humanos, a capacidade empresarial e tecnológica, a estrutura produtiva- dotada de uma apropriada diversificação de atividades econômicas- encadeadas-, o capital- físico, institucional e social, enfim, o conjunto de recursos – localizados- que conformam o território no qual se efetiva a – consumo- turística.

O turismo na sua forma atual representa um sistema associado. Isto se deve principalmente a interdependência e à interação entre seus vários componentes, que, visando a uma indústria de turismo mais – saudável, devem funcionar concretamente. O turismo é um fenômeno que acarreta a transferência de capital de um país para outro através do movimento de turistas que vão a um certo produto turístico e o consomem.

Os turistas são considerados, os consumidores em potencial do complexo de bens e serviços que são oferecidos com um objetivo específico. O turismo, através dos seus aspectos de consumo e investimento, afeta diversos setores do sistema econômico de um determinado país, e acredita-se que seu efeito multiplicador seja mais alto do que o observado em outros setores da economia tais como a indústria, particularmente nos países em desenvolvimento onde se ativa uma gama maior de ciclos produtivos.

O turismo, como um campo de interação entre os povos através das fronteiras nacionais de vários estados, é um importante campo da ação estatal. É concebido mais como uma atividade humana categorizada e independente do que um simples instrumento sem sentido.

O turismo, contudo, é muito mais do que uma indústria de serviços, pois o produto turístico é a composição de uma base cultural com herança histórica, meio ambiente diverso, beleza natural, paisagens atraentes, boa hospitalidade, acomodações confortáveis e uma boa cozinha. Portanto, aí está a razão pela qual os países em desenvolvimento tratam o turismo como uma indústria merecedora de vários incentivos. Conseqüentemente, o turismo pode progredir e tomar o seu lugar no plano global de desenvolvimento econômico e social do país.

O turismo no Brasil serve como alternativa de desenvolvimento local.

No modelo de desenvolvimento turístico prevalecente no Brasil, focado na constituição de “pólos turísticos” regionalizados, considera-se que o papel do Estado no planejamento desse desenvolvimento tem deixado a desejar quando se considera o efetivo grau de endogeneização dos seus resultados. Ao privilegiar a função e implementar o processo a mercê de decisões e investimentos exógenos aos âmbitos local e regional, se relega o território e todos os elementos que o integram, particularmente os ambientais e sociais, a um plano secundário. Por conseqüência, acarreta-se uma diversidade de custos para a sociedade e o território, avaliando-se os impactos positivos e os benefícios socioeconômicos derivados do desenvolvimento turístico, pela não utilização, em escala otimizada, dos recursos de base local da região objeto do processo de planejamento. (SILVA, 2006, p. 23)

O turismo só pode hoje e no futuro ser concebido e praticado segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, onde a parceria entre os agentes públicos e privados é essencial para manter a continuidade da atividade, os meios básicos de satisfação do turista e a manutenção do patrimônio natural e cultural das regiões em interação. A sustentabilidade está num plano superior de melhoria do bem-estar do turista e da comunidade receptora, de proteção e valorização do patrimônio e de promoção do crescimento e competitividade das empresas.

Em 1966, foi promulgado o Decreto-Lei nº 55 de 18 de novembro, que estabeleceu diretrizes para a elaboração de uma política nacional de turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

A partir do Decreto Lei nº 55/66, o turismo passa no Brasil a ser valorizado e,

Reconhecido como uma atividade capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais que caracterizavam a nação. Isto está demonstrado pelo sistema de incentivos financeiros e fiscais criados em razão dessa atividade, que privilegiaram, sistematicamente, as regiões norte e nordeste. (CRUZ, 2001, p. 49)

O turismo sustentável implementará os custos de seu desenvolvimento, que se reverterão no aumento do preço das viagens para os turistas. A determinação da capacidade de carga dos espaços turísticos limitará o acesso de pessoas em determinadas áreas, o que gerará uma demanda maior que a oferta que, conseqüentemente, aumentará os preços para os visitantes. Por isso, o turista de massa não terá acesso a esses espaços e o turista de elite voltará a predominar nesse contexto.

Assim, a sobrevivência das empresas nesse mercado em transformação e em contínua mudança depende, essencialmente, da capacidade de inovação de cada uma delas isto é, não apenas no setor de marketing ou nos conceitos de viagem, mas também no planejamento, do qual dependem a organização, a elaboração do produto, a criação de pacotes e a administração da atividade.

Atualmente, a reflexão e a discussão sobre os impactos do turismo sobre as localidades receptoras já ocorrem em amplos segmentos envolvidos com viagens, turísticas e várias propostas têm surgido e sido levadas a efeito com relativo sucesso, no sentido de minimizar os impactos negativos, otimizar os positivos e enriquecer a experiência vida das pessoas que viajam em férias.

No Brasil, estudos sobre a avaliação dos impactos do turismo nas localidades turísticas não ocorrem sistematicamente, podendo-se citar um deles, que impediu a

construção de uma estrada turística, a Rodovia do Sol. que ligaria o planalto paulista à região do litoral norte do Estado, cujo projeto, após um Estudo dos Impactos Ambientais (EIA), resultou em um Relatório de Impacto Ambiental (Rima) que desaconselhou sua construção.

A avaliação é um processo que se inicia a partir de Estudos de Impactos Ambientais (EIA).

Esses estudos constituem-se em um conjunto de atividades técnicas e científicas que incluem o diagnóstico ambiental, que objetiva identificar, prevenir, medir e interpretar os impactos ambientais. Como consequência é elaborado o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), um documento que esclarece e sintetiza as conclusões dos estudos realizados. Desse modo, o RIMA torna-se um instrumento bastante importante para toda a política ambiental, pois avalia desde a proposta de um empreendimento até o exame sistemático dos impactos ambientais de determinada ação ou ações. (TAVARES JR., 1997, p. 80)

No turismo, o plano de desenvolvimento constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir sua evolução.

3.4.1 Programas

Os Programas de Desenvolvimento Sustentável; visam a redução das desigualdades sociais, com ênfase nas situações de maior pobreza, diversificar a base econômica da região, de modo a gerar maiores oportunidades de trabalho e renda; proteger e conservar os recursos naturais como pressuposto do desenvolvimento social e econômico e estabelecer mecanismos de participação social entre as esferas públicas, privadas e comunitárias, visando a gestão integrada e pactuada da região.

Segundo Dias (1993), a conservação ambiental constitui hoje um referencial teórico e político fundamental para a formulação das estratégias de desenvolvimento regional e local, o que faz supor que para cada projeto seja feito um planejamento ambiental do espaço territorial para se ter noção da dimensão socioambiental. E, a

partir, daí seja enfocada a educação ambiental para conscientizar a população e os empreendedores quanto aos limites, a importância, as potencialidades e as fragilidades dos ecossistemas associados.

Mas, esse é o principal desafio da educação ambiental, pois o processo educativo, tanto o formal quanto o informal, torna-se estratégico para estabelecer a sustentabilidade ambiental. No entanto, em que pese essa grande responsabilidade, deve-se ter sempre em mente que a ação educativa, por si só, não é suficiente para enfrentar o desafio ambiental. Conforme documento publicado pela Unesco que reflete as orientações da Conferência de Tbilisi:

Para contribuir com eficácia para melhorar o meio ambiente, a ação da educação deve vincular-se com a legislação, as políticas, as medidas de controle e as decisões que os governos adotem em relação com o meio ambiente (UNESCO, 1980, tradução nossa).

Os princípios que norteiam a prática da educação ambiental foram desenvolvidos ao longo do mesmo período histórico em que desenvolveu o processo de conscientização do homem a respeito dos problemas ambientais.

Os programas de Desenvolvimento Sustentável são caracterizados nos princípios da Educação Ambiental definidos pela Rio92 com uma metodologia participativa e uma abordagem sistêmica. Para que a Educação Ambiental torne-se eficaz, e são necessárias ações integradas entre as administrações do governo federal, estadual e municipal, incluindo as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, Polícias Florestal, Corpos de Bombeiros, as ONGs e demais entidades da sociedade civil organizada e a sociedade como um todo, com cursos de treinamentos específicos, palestras, seja de fiscalização e combate às queimadas e incêndios florestais, ou de plantios para florestamentos ou reflorestamentos, etc., com a finalidade de orientar e conscientizar a população local sobre as causas de danos ambientais.

Para o meio rural são prioritários programas de Educação Ambiental para conscientizar a população quanto aos riscos de queimadas das florestas e os danos que traz o fogo para a biodiversidade, resíduos rurais perigosos e tóxicos, promover

os níveis de reciclagem de resíduos no meio rural e combater aterros clandestinos, especialmente próximos a mananciais.

Um dos princípios da política nacional do meio ambiente no Art.2º, Lei 6.938/81, é a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. Cada vez mais são necessários programas de educação ambiental e ações específicas para correção das deposições e reciclagem de resíduos da construção civil e de minerações (terra e entulho). Outros aspectos importantes referem-se ao lixo e seu destino.

O IBAMA tem desenvolvido programas educativos no sentido de conscientização de toda a sociedade, como a distribuição de cartilhas, folhetos e cursos de preparação em escolas, bem como promovendo ações de coleta seletiva e reciclagem de lixo, o uso de ação de multas contra os infratores. Mas é preciso mais ações para promover o tratamento biológico de resíduos sólidos urbanos, e que as campanhas de educação ambiental sejam estendidas aos bares, às ruas, entre os motoristas de táxi e ônibus, usuários dos transportes coletivos para ajudar a mudar hábitos e comportamentos da população. Os programas educativos ambientais nas escolas, nas rodovias, nas rodoviárias e nos locais de maior concentração de pessoas e veículos têm um efeito multiplicador de fundamental importância. Pois, orienta não somente produtores rurais sobre os riscos de queimadas e matança de animais silvestres, mas também aos motoristas que trafegam nas estradas federais e estaduais e á população em geral, quanto a esses aspectos ambientais.

4 ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - LITORAL NORTE – APA-LN E O PRODESU

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA APA LITORAL NORTE

Na metade do século XX, a região litorânea, norte do estado da Bahia já apresentava grandes indícios de crescimento nas suas transformações socioeconômicas, ambientais e culturais.

Essas transformações se devem às descobertas do petróleo no Brasil, que alavancou a economia regional, no âmbito de novos empregos na área industrial. No entanto, seu desenvolvimento trouxe algumas diversidades na estrutura social da região, como: estruturas urbanas, construção civil entre outros.

Estabelece-se a atividade de reflorestamento na região, ao implemento da criação da área florestal do litoral norte, abrangendo a maioria dos municípios da região. Assim, as terras deixam, de ser uma terra de cultura de subsistência alimentar para a população local, tornando-se um espaço para o plantio de pinus eucaliptos.

Através desse novo paradigma, a população local deixou de ter esse meio de subsistência da pequena agricultura familiar e do extrativismo, passando a conviver sob a imposição do capital, que levou a população a mudar suas condições de vida, provocando assim alterações extremas na estrutura fundiária e produtiva da região. A partir dos anos 1970, o turismo passa a ser uma das possibilidades atraentes, e a região busca o desenvolvimento para assim, poder atrair os turistas, visitantes e, até mesmo alguns veranistas de municípios próximos.

O turismo e o meio ambiente passam a ser vistos como uma face da mesma moeda e a região começa então a ser preparada para a consolidação dessa atividade, por meio de três intervenções governamentais: a criação do programa de desenvolvimento do turismo (PRODETUR – BA), a criação da Área de Proteção Ambiental – APA Litoral Norte e a abertura da BA-099 ou Linha Verde (MATTEDI, 1999, p. 7).

As três medidas implantadas pelo Governo Estadual buscam o desenvolvimento do turismo em toda a Bahia, no entanto, as políticas públicas ligadas ao ramo do turismo fazem com que o desenvolvimento sustentável atinja níveis satisfatórios, sem que ocorram prejuízos resultantes dos impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos para a população. É preciso que o desenvolvimento sustentável esteja incorporado à implementação de políticas de uso e ordenamento do solo.

Segundo Stifelman (1997, p. 82):

[...] a construção da Linha Verde veio ampliar as possibilidades de desenvolvimento de toda a região, principalmente, no que se refere ao turismo. A estrada tornou-se um importante fator de transformação de uma área que se caracterizava pelo isolamento. Contudo, na época da construção da estrada não existiu nenhuma preocupação quanto à realização de análises sociológicas e antropológicas, propondo a elaboração de estudos sobre as comunidades que seriam, diretamente, atingidas pelo empreendimento.

Em todo este processo da construção da BA-099, tem-se como autora a Construtora Norberto Odebrecht.

4.2 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

A história do Litoral Norte da Bahia, se caracteriza a partir da metade do século XVI. Entre o início deste século e o XIX, todas as terras foram herdadas por diversas famílias, descendentes dos primeiros proprietários.

Segundo Moraes (2001), na ocupação dessas terras na Bahia, elas foram divididas em Casa da Ponte, Casa de Niza e Casa da Torre. O foco maior era para esta última, uma área que compreende desde a região de Itapuã até o Conde, e que tinha sido concedida por Thomé de Souza, quando aportou na Bahia – ao almoxarife Garcia D'Ávila.

O primeiro abalo viria mais tarde com as disposições da Lei de 06/10/1835, que considerou extinto o Instituto do Morgado, que assegurava a perenidade da conservação de seus bens de raiz, considerados como uma importante base de

unidade da família em torno dos mesmos que não se podiam alienar nem dividir.

Após uns quinze anos, foi promulgado a Lei Imperial nº 601, de 18/09/1850, normatizara e estabelecia critérios de avaliação das terras públicas e também as particulares do Império.

Na época os coqueirais ocupavam toda área litorânea do norte da Bahia, tornando a paisagem muito linda. As principais atividades econômicas da região eram as fazendas de coco e gado, que marcaram o desenvolvimento do homem nessa área costeira, e em articulação com a economia açucareira que se desenvolveria no recôncavo.

Àquela época, a principal atividade econômica estruturava-se, também, com base na agricultura e no extrativismo vegetal e animal, como a caça e a pesca. Essas atividades foram acompanhadas pela criação de povoados, litorâneos ou mais interiorizados, próximos aos rios e entre grandes áreas rurais.

Para o desenvolvimento econômico da região foram estabelecidas as plantações de sisal, da seringueira e do algodão. É de se destacar a atividade da pecuária para o consumo e venda na região.

Segundo Stifelman (1997), a economia extrativista continuou sendo a principal atividade econômica dos novos proprietários das terras. Informações nem sempre coincidentes nos seus detalhes, dão conta da venda das terras de Schindler, entre 1900 e 1920, seguindo para uma companhia inglesa de borracharia – *The British and Brazilian Rubber Planters and Manufactures Limited*. A companhia inglesa mais tarde faliu e o patrimônio foi passado ao Banco de Londres em 1940.

Quatro anos depois a Construtora Norberto Odebrecht, veio adquirir partes das terras, cuja área equivalente a 1.700 ha, entre o rio Santo Antônio, no município de Mata de São João, e o rio Sauípe, no município de Entre Rios, onde hoje se encontra implantado o complexo turístico Costa do Sauípe.

A outra parte das terras, compreende-se uma área com uma dimensão maior, já na

época, assunto de um verdadeiro problema no sentido de golpe estruturado e organizado por Rozendo Serapião de Souza que, exercia as funções jurídicas de um falso advogado, atuava na região de Entre Rios como advogado de cultura limitado, o qual advogava sem ter o diploma, que passou a dizer-se o dono das terras, requerendo-as ao Patrimônio da União.

Ao longo dos anos de 1930, a Companhia Inglesa, argüiu como nulos os títulos apresentados por Rozendo Serapião, e conseguiu decisão favorável ao parecer do procurador da República, Benício Gomes, no Processo de nº 5.542/32.

A partir da confirmação da falência pela Companhia Inglesa, diversos posseiros deslocaram-se para as áreas pretendidas por Rozendo Serapião, mesmo antes do seu falecimento.

No ano 1962, seu filho, Manoel Serapião de Souza, como inventariante e herdeiro legítimo, entrou com uma carta de adjudicação, na Comarca de Esplanada, requisitando as terras. Ele as descreveu como “Aldeia de Massarandupió e Sauípe”, no entanto sem dar especificações técnicas como: extensão das áreas, limites e confrontações.

O processo que os ingleses venceram desapareceu da Comarca de Entre Rios, que já tinha se emancipado de Inhambupe. Manoel Serapião conseguiu no Patrimônio da União a inscrição como ocupante das áreas litigiosas. Na década de 1970 passou proclamar-se dono, firmando o consórcio com Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários e, a empreiteira ligada ao Banco Econômico.

Com a ruína dessa instituição bancária no ano de 1995, a Barreto de Araújo também entrou em processo de falência após dois anos, sendo assim, as terras são adquiridas em 2001, por um grupo Português Pacab Brasil, por uma importância de R\$ 10 milhões, através de um processo de leilão não muito transparente e pela Empresa Klabin - Baccel.

Segundo Mattedi, (1999, p. 102):

Em 1922, o Coronel Otacílio Nunes de Souza comprou a Fazenda Praia do Forte de Régis Pacheco, ex-governador da Bahia e descendente dos D'Ávila, iniciando o cultivo do coco e desenvolvendo um programa de mudas associadas à pecuária extensiva. Em 1939, morre o Coronel Otacílio Nunes, tendo início um processo de decadência econômica da família, com conflitos entre muitos herdeiros causados por questões relacionadas às benfeitorias existentes, presença de posseiros dentre outros. Somente após 30 anos, a Fazenda Praia do Forte é vendida a um empresário paulista que, inicialmente tenta recompor a empresa agropecuária e depois desenvolve o primeiro grande projeto turístico do Litoral Norte da Bahia”.

Atualmente, algumas das grandes áreas do Litoral Norte da Bahia pertencem a um número pequeno de proprietários, os que se destacam: Odebrecht; Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários S/A e Klaus Piters este da Fazenda da Praia do Forte, no município de Mata de São João.

O Litoral Norte foi ocupado também pela exploração da pecuária extensiva, desde os primórdios da colonização portuguesa. Com o reflexo da pecuária e a decadência da agroindústria canavieira ao sul da região, a área conheceu a decadência e a estagnação.

Na primeira metade do século XX, a região permaneceu estagnada com uma economia extrativista e rural. Nos anos 1950/1960 a implantação dos campos de petróleo pela Petrobrás, trouxe significativos impactos para os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Pojuca, Itanagra e Cardeal da Silva, possibilitando a inserção de novos empregos, na nova atividade industrial e no conjunto da economia regional, o que originou o surgimento do movimento especulativo de terras para a pecuária como reserva de valor de terra rural.

Esses aspectos produziram uma completa desorganização do mercado de terras e da produção rural, comprometendo o abastecimento das comunidades urbanas da região. Ampliou as demandas por serviços, gerando mudanças na composição social e regional, pois novos serviços e bens são demandados, reforçando-se, assim, a precária estrutura urbana existente.

As indústrias do turismo, sobretudo na região do Nordeste, aproveitam o imenso

atrativo disponível de suas belezas naturais, clima privilegiado e sua cultura e arte características, para começar a assumir papel decisivo na economia brasileira.

Despontando como diretriz estratégica, na década de 1980, para alavancar o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões da Bahia, em que pese ser considerado pelos agentes público e privado um setor de rápido crescimento, forte gerador de empregos e multiplicador de outras atividades econômicas. Necessita de toda uma infra-estrutura pública que contribua, também, para a melhoria da qualidade de vida da população.

A falta de vias de acesso secundárias e a precariedade de serviços nos povoados da APA-LN mantiveram apenas um tipo de turismo ligado ao veraneio e às excursões de curta duração para uma clientela micro-regional ou regional.

A rodovia mais competitiva em relação a outros estados e, uma via expressa entre duas capitais nordestinas, foi construída há quinze anos a BA-099 (Linha Verde), que liga a Estrada do Coco, principal vetor de expansão urbana de Salvador, até a divisa de Sergipe e a delimitação da Área de Proteção Ambiental de Mangue Seco.

O Litoral Norte da Bahia apresenta um cordão de dunas próximo ao oceano Atlântico e, outras maiores mais internamente. Em seu ambiente privilegiado, há charcos e zonas de inundação de rios, indicando uma rede hídrica riquíssima à qual associam manguezais, restingas, manchas de mata atlântica e imensos coqueirais. Além da avifauna característica, são freqüentes as tartarugas marinhas.

Segundo a Conder (1995), a APA Litoral Norte do Estado da Bahia foi criada pelo Decreto Estadual nº 1046/92 tendo em vista que a implantação da BA-099 – Linha Verde, acarretaria relevantes impactos ambientais nos ecossistemas locais, e, por outro lado, provocaria modificações importantes no contexto sócio-econômico e cultural da região.

Considerado como um instrumento adequado para o ordenamento ecológico-econômico desta porção litorânea, este decreto delimita uma faixa de 10 km da linha preamar para o interior, perfazendo 1.348 km de área assim distribuída nos

seguintes municípios: Mata de São João (17,5%), Entre Rios (18,2%), Esplanada (13,98%), Conde (31,7%) e Jandaíra (18,5%) (BAHIA, 2005, p. 18).

A Lei nº 6.902 de 24 de abril de 1981, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, se constitui na base legal que dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e dá outras providências que se aplicam à União, aos estados e municípios. Seu artigo 8º dispõe:

O Poder Executivo, quando houver relevante interesse público poderá declarar determinadas áreas do território nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Segundo, Brasil (2000b, p.1), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei Nº 9985 de 18 de Julho de 2000, definiu unidade de conservação como:

É o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Gottmann (1973) apresenta uma análise pormenorizada sobre o significado do termo território. Ele baseia sua abordagem no processo de desenvolvimento histórico, político e cultural da sociedade humana, relacionando os eventos da formação dos territórios com a satisfação das necessidades de segurança, soberania nacional e prosperidade econômica, política, social e cultural dos povos. Gottmann concebe o território como sendo o substrato onde o Estado- Nação exerce sua soberania.

O conceito de território somente emergiu da condição de opção a partir da sistematização dos trabalhos de Ratzel (apud: MORAES, 1990), em fins do século XIX, e estritamente vinculado ao Estado – Nação que provê os meios de sua expansão e defesa, segundo sua potência.

Segundo Ratzel: “[...] uma determinada porção da superfície terrestre é apropriada por um grupo humano”. (RATZEL apud MORAES, 1990, p.23)

O conceito de território, embora geográfico, porque envolve acessibilidade e localização, não deve ser classificado como fenômeno físico, inanimado. Embora sua raiz latina, “terra” , a palavra território transmite a noção de uma área ao redor de um lugar; conota uma organização com elementos de centralidade, que deveria ser a autoridade que a soberania exerce sobre as pessoas que ocupam ou usam o lugar e o espaço em seu redor (GOTTMANN, 1973, p,5)

As Áreas de Proteção Ambiental tiveram sua base legal na lei nº 6902, e foram incluídas entre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

São porções territoriais delimitadas, que podem ser instituídas por lei ou decreto, pelos níveis federal, estadual e municipal, em espaços onde a existência de características biológicas, ecológicas e paisagísticas recomendam proteção, concomitantemente com condições de ocupação humana ou de utilização, que impossibilitem o estabelecimento de outra categoria de unidade de conservação mais restritiva.

Segundo os autores Brito e Câmara (2002), as APAs têm um perfil próprio, único no Brasil, objetivam a promoção da qualidade de vida da população, a acuidade social e a proteção ambiental nos espaços geográficos, a partir de um disciplinarmente do processo de ocupação para alcançar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, sem coibir as atividades econômicas do homem e sua dinâmica de vida.

O Plano de Manejo abrange a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Nenhum projeto de urbanização deve ser implantado em uma Área de Proteção Ambiental, sem a prévia autorização de sua entidade administradora.

Plano de Manejo da APA Litoral Norte da Bahia em 1995, estabelece diretrizes para uma ocupação compatível com a diversidade e fragilidade dos ecossistemas existentes na APA. Define padrões de ocupação e restrições ao uso do solo bastante peculiares, estipulados de acordo com o zoneamento ecológico-econômico- ZEE. (ANDRADE e outros, 2002, p.9).

Para melhor garantir o uso sustentável dos recursos ambientais, a APA disporá de um conselho, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.

Segundo Brito e Câmara (2002), o Conselho Gestor é uma referência de discussões sobre diversos aspectos ambientais que envolvem uma Área de Proteção Ambiental. É um canal de participação da sociedade na gestão de uma unidade de conservação que pode constituir em um instrumento da gestão democrática e adaptado à realidade socioambiental de cada APA.

4.3 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A Fazenda Praia do Forte assim como as áreas de Açú da Torre, Diogo Sapiranga entre outras, está situada no Município de Mata de São João, no Estado da Bahia. Localizada, aproximadamente a 12°35'00" de Latitude S, 38°00'00" de Longitude W, e limitada a Oeste pelo Rio Pojuca, a Norte e Nordeste, por outras propriedades particulares e ao Sul e Leste, pelo Oceano Atlântico (FUNATURA, 1987).

O município de Mata de São João, apresenta uma área geográfica composta por parte do interior do município e a parte litorânea. Tem como linha poligonal, limites com os municípios de Itanagra, Entre Rios, Pojuca, Dias D'Ávila e Camaçari. A parte litorânea é banhada pelo Oceano Atlântico. A parte interior do município tem uma economia voltada à agricultura e agropecuária, na parte litorânea o foco principal é o turismo (Ver figura 1 e Anexo A – figura 34).

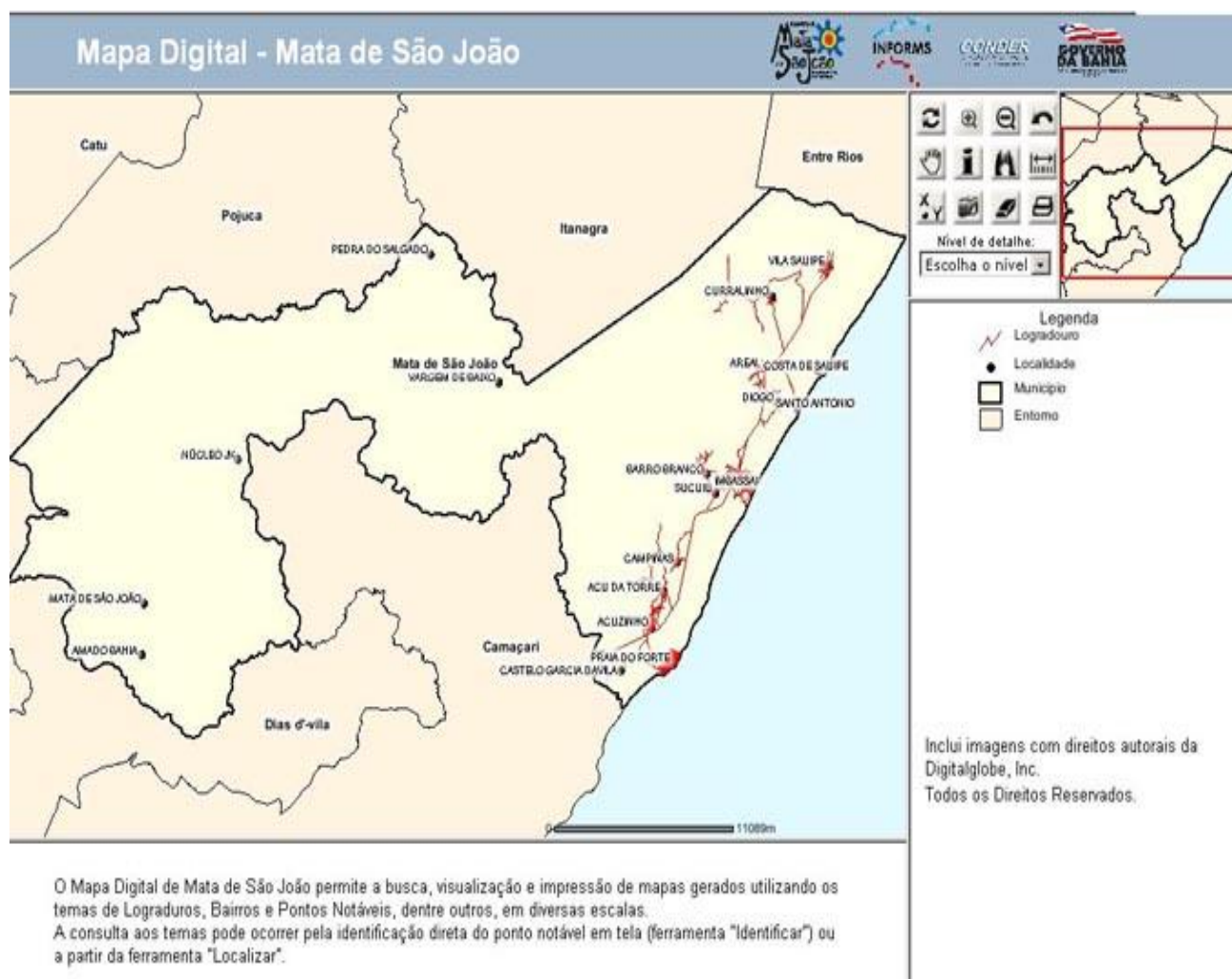


Figura 1 - Mapa do município de Mata de São João - Bahia.
Fonte: Conder, 2001.

O anexo A da figura 34, mostra o mapa geral do município de Mata de São João – Bahia. Apresenta em legenda: convenções cartográficas; convenções temáticas; divisão política administrativa; divisão administrativa e documentação cartográfica utilizada na elaboração; localização no estado; articulação das partes do mapa; aspectos físicos; cronologia e implementação.

A análise demográfica do município de Mata de São João e seus povoados, apresenta dois parâmetros bastante importantes, sendo um histórico e outro regional. Isto porque três momentos marcaram a região do Litoral Norte da Bahia, nos anos de 1950, 1970 e 1990. O primeiro momento está relacionado à chegada da empresa Petrobrás, o segundo momento pela vinda das empresas de exploração

florestal e o último marcado pela construção da “Linha Verde” e o incremento do turismo respectivamente (CONDER, 1995).

Assim, a estrada BA-099, foi uma alavanca fundamental para o crescimento demográfico do Município de Mata de São João bem como de toda a região da APA do LN da BAHIA, isto porque proporcionou oportunidades para novas atividades modernas a exemplo da hotelaria, da pesca, do desporto náutico e, fundamentalmente, do turismo.

O Município de Mata de São de João teve a sua instalação no ano de 1846; possui uma área territorial de 683,5 km², distante 54,1 km da cidade de Salvador, capital da Bahia; como Microrregião Catú e Mesorregião Metropolitana de Salvador, a sede está a uma altitude de 32 metros do nível do mar.

O Município de Mata de São João apresenta dentro dos seus limites territoriais os povoados: Diogo, Açuzinho, Açu da Torre, Malhadas, Praia do Forte, Vila do Sauípe, Santo António, Imbassaí, dentre outros. Alguns destes povoados estão localizados dentro da APA do Litoral Norte da Bahia, criada através de Decreto Estadual N°1046/92. A região litorânea tem como referência de área turística de Praia do Forte, Açu da Torre, Santo António, Imbassaí, Diogo, dentre outras, que lhe permite ser uma região privilegiada, através da influência do turismo.

Desse modo, entende-se o modelo territorialista e endógeno de desenvolvimento regional como sendo mais apropriado para efeito do planejamento do desenvolvimento turístico, com o território devendo prevalecer sobre a função, que a ele deve estar incorporada e, nessa dimensão, ser analisada.

Nesse contexto, deve se eleger a especialização produtiva – o turismo, como elemento representativo das explicações do desenvolvimento econômico de base local e regional, informadas por uma perspectiva funcional, sem negligenciar-se, no entanto, que o alcance e a sustentação do desenvolvimento resultam da interação entre a função e o território, atrelada ao nível de endogeneização dos benefícios sociais e econômicos propiciados pela atividade turística, o qual irá resultar da consideração prioritária e do aproveitamento em larga escala de recursos locais no processo de planejamento do desenvolvimento regional. (SILVA, 2006, p. 5-23)

A Vila de Praia do Forte, pertencente ao município de Mata de São João, se caracteriza por possuir um micro clima privilegiado, com temperatura máxima de 30°C e mínima de 22°C, com uma brisa constante oriunda do mar. Seu índice pluviométrico é de 1.300 mm/ano. Também o local é bastante propício por apresentar uma fauna e flora, bastante ricas para a região, contribuindo assim para uma procura das atividades de turismo e lazer, pelas quais a demanda de pessoas é grande para a região, trazendo uma certa apreensão e preocupação para as autoridades ambientais devido ao excesso de carga que possa vir a causar, levando ainda em consideração outros fatores que contribuem para a não conservação ambiental da região da APA-LN da Bahia, como exemplo: o desmatamento; a especulação imobiliária; a falta de cidadania; o excesso do lixo produzido na região; a falta dos princípios de educação ambiental por algumas pessoas externas ao meio e que se encontram em trânsito e outras da própria região. Na figura 2, visualiza-se, no centro da Vila de Praia do Forte, às margens da Lagoa Timeantube, grande espaço de lixo espesso, ignorando o cesto do lixo ali instalado. A insistência de uma política de educação ambiental e uma política de conscientização para a preservação do meio ambiente tem que ser constante e introduzida como disciplina nas grades curriculares do ensino básico, fundamental, médio e até mesmo superior.



Figura 2 – Poluição ambiental no Centro de Praia do Forte/BA

Fonte: Aníbal Moutinho da Costa / 2008.

O Município de Mata de São João tem como referência alguns povoados, “Vilas”, que foram citados anteriormente, que usufruem de uma infra-estrutura de qualidade de áreas de lazer, proporcionando espaços bastante agradáveis.

O grande desafio da APA-LN da Bahia, assenta-se na idéia de que, da mesma forma que não há possibilidade de pensarmos o meio ambiente dissociado do conceito de desenvolvimento, qualquer processo de transição para um padrão de desenvolvimento, dito sustentável, reside na conciliação entre a utilização econômica dos recursos naturais, de modo que ocorra simultaneamente o crescimento econômico sustentado e a conservação dos ecossistemas da diversidade biológica e cultural “equidade social e sustentabilidade ambiental”.

Perante este grande desafio, houve a necessidade imperiosa de se construir estratégias de desenvolvimento sustentado que implicariam, ainda, na conformação de novos recortes institucionais, englobando no caso específico, os cinco Municípios que têm áreas inseridas na APA do LN da Bahia.

Segundo Leroy e Acselrad (2000, p. 210):

A noção de sustentabilidade, entendida como preocupação ambiental em modelos de desenvolvimento, vem sofrendo modificações em seu conteúdo e significado. Essas modificações buscam traduzir projetos de mudança do paradigma dominante do desenvolvimento com base em princípios de justiça social ancorados no dinamismo dos atores sociais de construção democrática. A sustentabilidade dos processos decisórios, que tornarão a que tornarão a questão ambiental um momento estratégico do debate, as finalidades legítimas da apropriação do mundo material.

O desperdício de recursos naturais tem trazido grandes preocupações em nosso planeta, isso originado pelo descumprimento das normas ambientais, além da falta de ação política, de caráter municipal, estadual e federal que conduzam a utilização racional e proteção ambiental. Há a necessidade premente de manter e criar novas unidades ecológicas, para evitar a destruição dos ecossistemas.

A Figura 3 apresenta o mapa das unidades ecológicas, localidades e a BA-099 da APA Litoral Norte da Bahia. Tem como representação de seus limites geográficos, linhas poligonais (contornos) com as respectivas cores, para melhor identificação, conforme a legenda.

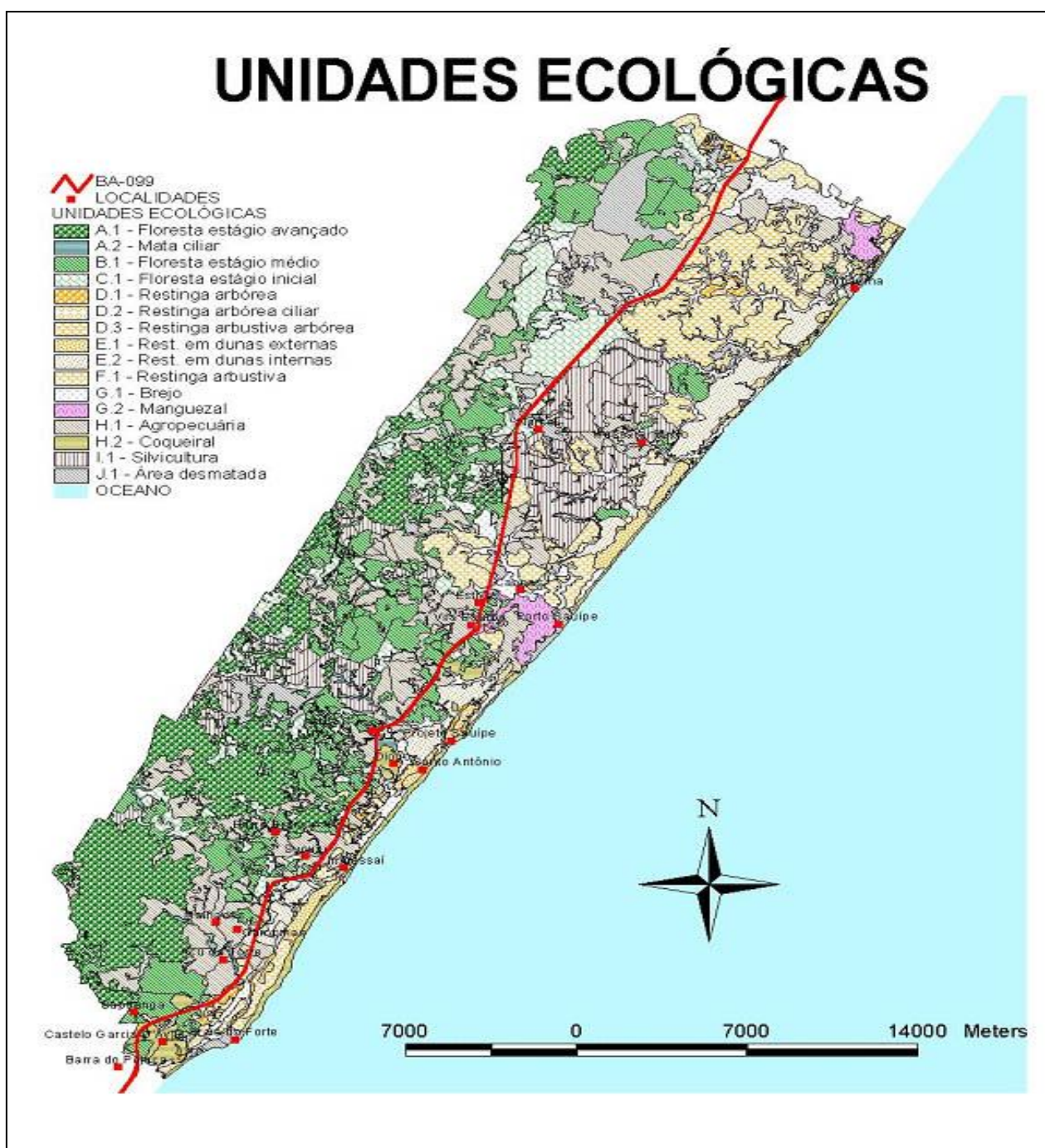


Figura 3 - Mapa das Unidades Ecológicas do município de Mata de São João e dos povoados: Açú da Torre, Açuzinho, Diogo e Fazenda Sapiroanga, dentre outros.
Fonte: Conder, 2001.

As unidades sócio-ambientais homogêneas da APA do Litoral Norte da Bahia – APA-LN/BA, estão representadas conforme indica a legenda do mapa da Figura 4.

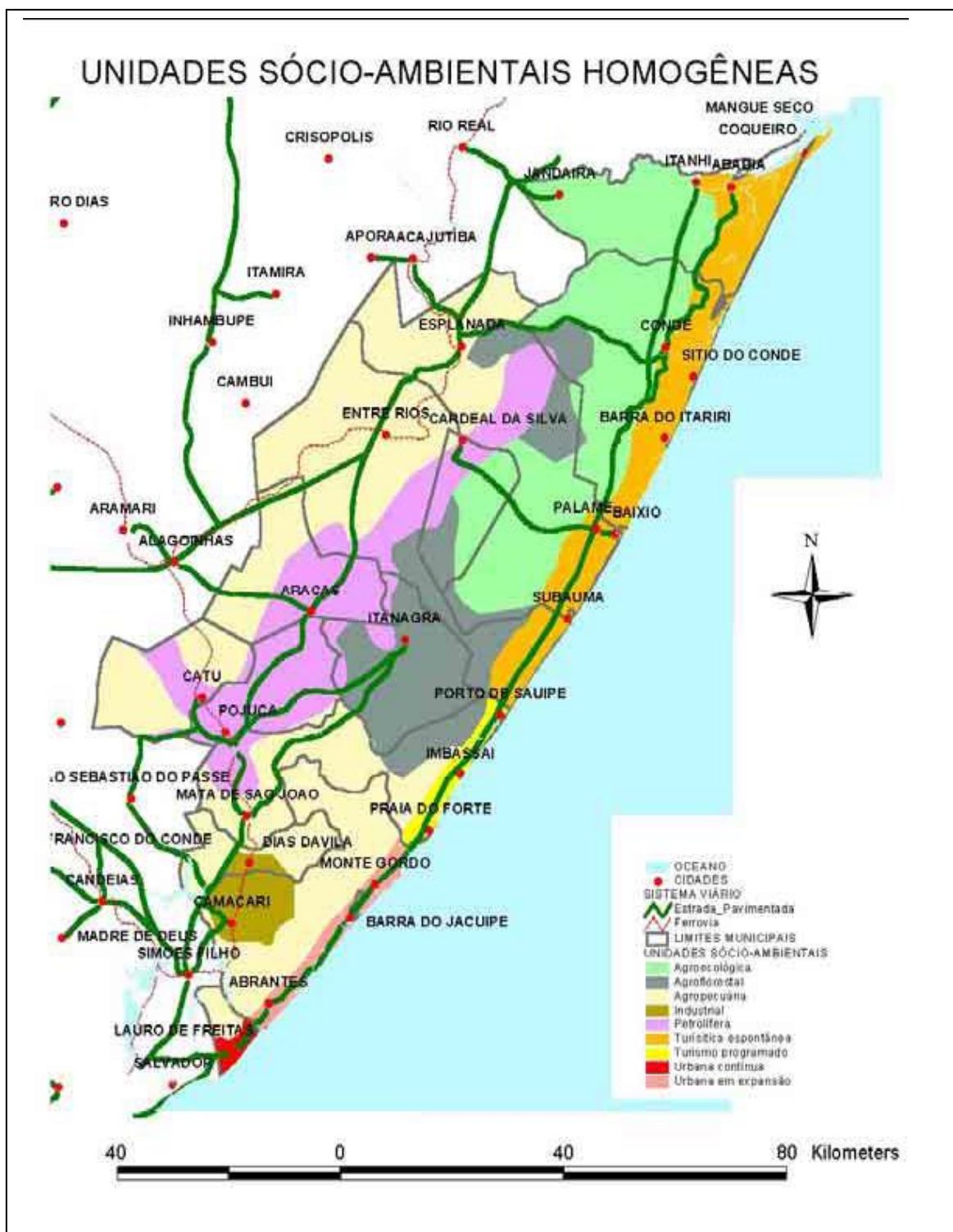


Figura 4 - Mapa das Unidades Sócio-Ambientais Homogêneas abrangendo todos os Municípios da APA Litoral Norte da Bahia

Fonte: Conder, 2001.

O mapa caracteriza ao sul a cidade de Salvador, ao norte Crisópolis, Rio Real e Mangue Seco, a oeste os municípios de Madre Deus, Candeias, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Alagoinhas, Inhambupe, Catu, Pojuca e a leste o

Oceano Atlântico. O mapa caracteriza a BA-099, chamada de Linha Verde.

O nome Praia do Forte prende-se à história da área, por ter existido aí nos séculos XVI e XVII e, talvez até, no século XVIII, uma fortificação, destinada a vigiar e defender a costa.

A fazenda era uma região, até os anos 1970, desprotegida de qualquer segurança ambiental, Fauna ou Flora e social. Ao longo dos quatrocentos anos após o descobrimento esse território foi explorado e intensamente degradado, é evidente que tal fato não podia continuar.

Havia uma preocupação por parte dos então proprietários, os irmãos Wilherm Hormann Klaus Peters e Detler Aindres Manfred Peters, com a proteção e conservação dos recursos naturais da Fazenda Praia do Forte, envolvendo as áreas de Açú da Torre, Diogo, fazenda Sapiranga e outras regiões adjacentes, o que levou os proprietários a procurarem o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, para transformar a área em Refúgio Particular de Animais Silvestres, pois, de acordo com a Portaria IBDF nº 327/1977, que regulamenta a existência desta categoria de unidade de conservação, um Refúgio Particular de Animais Silvestres é uma área de propriedade particular onde o exercício de qualquer atividade de caça é proibido por iniciativa do proprietário legalmente amparado, mediante ato específico do Poder Público.

Segundo Naina Teixeira Pinto⁴, na Fazenda Praia do Forte, esse Parque Ecológico abrange as terras situadas na margem esquerda do Rio Pojuca, incluindo sua foz, à margem esquerda do Rio do Açú – (Timeantube), também incluindo sua foz. Tomando-se o sentido do interior, engloba o Castelo Garcia D’Ávila, Açú da Torre e Açuzinho, este povoado muito próximo a BA-099.

⁴ Depoimento obtido em 2008 de Naíma Teixeira Pinto, bióloga e funcionária da Fundação Garcia D’Ávila – Praia do Forte.

4.4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Mata de São João foi até a década de 1950, assim como toda a região ao norte de Salvador, um município voltado para as atividades de subsistência, pesca no litoral e pequena agricultura e pecuária no interior.

Em 1950 iniciou-se aí, a exploração do petróleo, iniciando-se, concomitantemente, as atividades que, cada vez mais, acrescentam novos valores e nova estrutura econômica social à área. Este desenvolvimento industrial, ocorrendo, principalmente, a partir da implantação do Centro Industrial de Aratu e do Complexo Petroquímico de Camaçari, tem sido a mola propulsora que impulsiona a desordenada ocupação de toda a orla marítima ao norte de Salvador (FUNATURA, 1987. p. 33).

Oficialmente, Mata de São João situa-se fora da região metropolitana de Salvador (RMS), considerando-se como limite desta o rio Pojuca. Porém, várias situações vividas pelos municípios desta região metropolitana, ainda se fazem sentir em Mata de São João.

No ano de 1995, caracterizava-se esta região pela inexistência ou precariedade de serviços de abastecimento e de energia, de serviços médicos, escolares e de transportes. No entanto já se sentia um aumento considerável de turistas em busca de novas alternativas de lazer e, conseqüentemente, por ser uma área bastante agradável começa a crescer a demanda de ocupação em determinados pontos hoje considerados Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, com a proliferação dos loteamentos para classes de pessoas de renda média alta, apesar das deficiências dos serviços básicos.

Segundo Magalhães (2003, p. 94):

Estes loteamentos, em especial, são um reflexo da acelerado crescimento populacional gerado pelo processo de industrialização da RMS – Região Metropolitana de Salvador, com a instalação do COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari, que decorrente da demanda de bens e serviços gerados pelos novos salários, dinamiza o mercado imobiliário regional, expresso particularmente com a

implantação do primeiro trecho da BA-099, conhecido como “Estrada do Coco”.

Devido à proximidade de Salvador e, principalmente, à pavimentação da BA-099, o que se observa é o desenvolvimento desta região de forma geral como área de lazer, com a multiplicação das casas de campo, para final de semana e férias, e dos hotéis, com esta mesma vocação.

Com este avanço, as tradicionais populações que habitam a área como pequenos núcleos de pescadores e alguns agricultores, cada vez mais são desviadas de suas antigas formas de trabalho, voltando-se para as novas modalidades de ocupação que surgem com a multiplicação das casas e dos hotéis de veraneio. Estes antigos ocupantes vêem-se, assim, forçados a adaptar-se às novas circunstâncias, principalmente, porque os novos empregos trazem rendimentos imediatos e certos, seja no caso de pequeno comércio para atendimento aos novos habitantes, seja na construção destas habitações, seja na condição de assalariados diretos destes novos habitantes, como caseiros, jardineiros e empregados domésticos.

Segundo o Plano piloto da orla marítima de Camaçari (CAMAÇARI, 1985. p. 34):

No litoral, poucos pescadores, um comércio de barracas para atender aos freqüentadores de fins de semana, centenas de excursionistas vindos de caminhões e ônibus de aluguel. São os farofeiros, incômodos para os veranistas, por serem pessoas de baixa renda (que poluem as praias, física e auditivamente), e que chegam em grande número, criando uma outra ambiência no local, rebaixando-lhe o status.

Na Praia do Forte, há uma tradicional vila de pescadores, a vila da Praia do Forte, que a despeito dos esforços dos proprietários da fazenda em tentar manter vivas as tradições culturais e ocupacionais desta população, vem cada vez mais, sofrendo as mesmas transformações porque passam as outras vilas de pescadores desde da orla marítima até a região norte, impulsionadas, em última análise, pelo desenvolvimento industrial da região metropolitana de Salvador.

Na época, podia-se observar na vila bares bastante precários e, até mesmo, casas particulares onde se afixavam avisos de venda de bebidas geladas e venda de

peixes. Predominam as casas de taipa, com algumas poucas de alvenaria. Destas, a maior parte pertence a pessoas de fora, que obtiveram os lotes através da prefeitura de Mata de São João.

Segundo a Funatura (1987. p. 35), na ocasião, não existia um sistema de esgoto organizado, ainda que os dois hotéis, presentes construções destinadas a uso público de categoria superior, evidentemente, dispunham de um sistema adequado de fossas e sumidouros, do mesmo modo que as casas do loteamento. A eficiência do sistema de tratamento de esgotos, entretanto, ia decrescendo de acordo com a diminuição do nível educacional e aquisitivo da população, chegando até a inexistência total, no caso da população paupérrima, dispersa pelo interior da propriedade.

Quanto ao fornecimento de água, a população mais pobre retirava-a diretamente de cursos d'água mais próximos, como era o caso da utilização do rio do Açú pela população da vila, inclusive para a lavagem das roupas, diretamente dentro deste. Os hotéis, o loteamento, as instalações do Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas - Projeto TAMAR, aquelas remanescentes da marinha e o camping, dispunham de água encanada, retirada de cisternas e tratadas dentro da propriedade (FUNATURA, 1987. p. 35).

Dentro da fazenda existia também um pequeno e antigo cemitério, localizado próximo ao castelo Garcia D'Ávila, utilizado pelos moradores da vila.

Quanto às vilas de agricultores, não havia, na Praia do Forte, nenhum exemplo desse tipo. O que se encontrava eram algumas poucas casas de rendeiras, próximas umas das outras e localizadas à beira de alguma estrada, como uma que ia para Sapiroanga, região dentro dos limites da Praia do Forte, na época não era constituída, entretanto, numa vila característica, isto é, poderia, quando muito, ser considerada como núcleo de povoado.

A Figura 5, mostra a fotografia da estrada principal no centro da vila de moradores, na localidade Praia do Forte no ano de 1975, conforme depoimento da bióloga Pinto. Era a rua principal, com estrutura de chão de terra batida e dava o acesso a todas as

peças que ali moravam, principalmente pescadores. Não existia o turismo, e a maioria da população da Praia do Forte viviam da pesca e do cultivo do coco. Essa estrada dava acesso à Igreja local e circulavam carros, ônibus, carroças e bicicletas.



Figura 5 – Praia do Forte 1975

Fonte: Biólogo Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

A Figura 6, mostra a rua principal do centro de Praia do Forte em 2005. Serve para avaliar a transformação e o desenvolvimento no período de 30 anos. Atualmente a rua é calçada e não é permitido o acesso a viaturas e motos, por ter se transformado em um espaço comercial, com muitos restaurantes, lojas de artesanatos, bijuterias, e, fundamentalmente, em espaço de lazer. A mesma rua continua dando acesso à igreja, à Fundação TAMAR e à praia, sendo este local alvo dos turistas de todas as partes do Brasil e do meio internacional.



Figura 6 – Praia do Forte 2005

Fonte: Biólogo Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

Segundo o depoimento de um dos moradores mais antigos do povoado de Açú da Torre, senhor Domingos da Silva⁵, “a atividade rural dentro da fazenda, a agricultura, era desenvolvida de duas formas, sendo que a primeira era caracterizada por atividades voltadas aos coqueirais, tanto na plantação, quanto na retirada dos cocos”. Assim, a primeira maneira era: “Apoiado em um sistema de cordas e grossas correias de couro, que o sustenta pela cintura e por uma das pernas. Uma vez lá no alto, cortava os cocos e também as folhas velhas do coqueiro, deixando-as cair ao chão”.

Sobre a segunda maneira, o senhor Domingos da Silva, acrescenta:

[...] que a agricultura era constituída por atividades diversas, estas feitas por orientações da fazenda tal como a horta e o cultivo de plantas ornamentais, ou feitas, de certa maneira, à revelia da fazenda, tal como atividades de subsistência, principalmente as

⁵ Domingos da Silva. Morador antigo entrevistado do povoado de Açú da Torre do Município de Mata de São João – BA., 2008.

plantações de mandioca.

Através de informações obtidas com a pesquisa, nota-se que a propriedade não dispunha de pecuária, por não possuir instalações para o gado, como currais. Fica, assim, a pecuária localizada em outras fazendas dos mesmos proprietários, por exemplo, em Açú da Torre, Diogo, etc.

Segundo Funatura (1987), quanto ao uso do solo relativo às atividades do Projeto TAMAR, e do Farol da Marinha, o projeto TAMAR dispunha de instalações de escritório e residência do coordenador, além de outros locais com fins de visitação, como o cercado para a eclosão dos ovos e tanques para tartarugas.

No início da década de 1990, as pessoas que visitavam a Praia do Forte podiam depender de algum tempo ou até mesmo de mais de um dia. Outros visitantes instalavam-se no camping ou hospedavam-se nos hotéis e pousadas l  existentes. O comércio na época era fraco, porque as visitas à vila não eram constantes. Os comerciantes locais queixavam-se que as barracas da praia eram exploradas por pessoas de fora da região e que estas faturavam muito mais, diminuindo de certa forma as oportunidades de lucro.

As ruas da vila eram usadas, indistintamente, como estacionamento, o que, em certos momentos prejudicava o comércio devido à dificuldade que as pessoas tinham para acessar as lojas.

Com o passar do tempo os proprietários da fazenda buscaram uma soluço para que a praça da igreja não fosse usada como estacionamento: impedindo o acesso dos carros a esta rua, e também orientaram aos visitantes para que deixassem os ônibus, especialmente os de excursão, no estacionamento já preparado para este fim, próximo ao posto telef nico (FUNATURA, 1987).

Uma das características dessa praça era ser usada para jogo de futebol e para atividades como lanche e descanso daqueles turistas de finais de semana. Outro atrativo para os visitantes eram as instala es do Projeto TAMAR. A maior freq ncia dos visitantes ocorria nos finais de semana do verão. Existiam critérios

adotados pelo projeto TAMAR, evitando que alguns visitantes armassem barracas de camping na praia, trazendo problemas maiores aos trabalhos do projeto em época de desova, pois as luzes na praia trazia alguns riscos para as tartaruguinhas recém-nascidas segundo os biólogos.

O Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas (TAMAR) – ICMBIO, é um programa voltado para a pesquisa e conservação das tartarugas marinhas, que continuam ameaçadas de extinção no Brasil e no mundo. Através de várias ações socioambientais promove o desenvolvimento local nas comunidades onde atua, criando alternativas econômicas ecologicamente sustentáveis.

O Projeto TAMAR, foi criado em 1980 e está ligado institucionalmente ao ICMBIO/Ministério do Meio Ambiente. É co-administrado pela Fundação Pró-Tamar, organização não-governamental de utilidade pública federal, e tem a Petrobrás como patrocinador oficial.

O alvo dos estudos do Projeto TAMAR ICMBIO Brasil, na costa litoral da Bahia, foram os problemas relacionados com a captura das tartarugas. Em muitas comunidades, os animais eram uma fonte importante de renda para as famílias locais que fabricavam bijuterias, comercializavam subprodutos ou se alimentavam das tartarugas de seus ovos. Após essa fase inicial do projeto que durou dois anos, o TAMAR iniciou sua atividade de conservação das tartarugas e principalmente de conscientização das comunidades costeiras onde os animais realizavam a desova. (PROJETO..., 2008, p. 1)

Segundo a bióloga Náima Teixeira Pinto, da Fundação Garcia D'Ávila, era comum que os usuários de um dia, também visitassem as ruínas do castelo Garcia d'Ávila, principalmente as pessoas que tinham carro próprio (ver Figura 7).



Figura 7 - Vista Geral do Castelo

Fonte: Biólogo Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'ÁVILA, 2008).

A Área de Desenvolvimento Castelo Garcia D'Ávila, situa-se no cimo da colina mais alto da propriedade, ao lado do cemitério, muito visitado pelo público e, principalmente por acadêmicos para pesquisas científicas. Tendo como atividades: interpretação, educação, caminhada, fotografias, descanso, pesquisas arqueológicas e históricas, fiscalização. As suas instalações e equipamentos comportam-se de ruínas do castelo, estacionamento, sanitários, bancos para descanso, lixeiras, painéis interpretativos e placas de sinalização. O castelo Garcia D'Ávila representa um marco histórico cultural da região.

Na Praia do Forte, no início dos anos 1990, existiam dois hotéis que eram ligados aos proprietários, o Hotel Maritim e a Pousada da Praia do Forte, mas existiam outras pousadas e pensões que também recebiam visitantes. Os hotéis eram mais freqüentemente utilizados por pessoas de nível socioeconômico mais elevado.

Segundo a bióloga Naíma Teixeira Pinto, tanto o Hotel Maritim, como a Pousada Praia do Forte, eram alimentadas por energia elétrica da rede pública. Dispunham de água encanada em todas as instalações, proveniente de poços, de onde era bombeada para diversos reservatórios. A água era tratada à base de cloro. Os esgotos eram feitos em sistema de fossas sépticas.

O abastecimento de gêneros, em geral, podia ser feito em Salvador. O comércio na vila era bastante precário, atendia aos moradores especialmente em suas necessidades básicas. Os peixes e outros produtos do mar podiam ser encontrados após encomendas aos pescadores locais. Havia uma pequena horta para suprir as necessidades do maior hotel da vila.

O transporte era servido através de uma linha de ônibus regular que liga a vila com Salvador. A frequência de partidas e chegadas destes ônibus é aumentada durante os finais de semana, conforme informações recebidas do local. Na época os serviços de correios eram num espaço chamado de refúgio, entretanto este serviço, contava com o apoio do Hotel Maritim, que tinha os serviços de telex (FUNATURA, 1987).

A região que ainda cultua as tradicionais festas populares nordestinas do reisado e do bumba-meu-boi, é muito rica em artesanato, habilidades manuais como a fabricação dos implementos de pesca, os remos, barcos primitivos e utensílios domésticos como gamelas, cestos e colheres de pau, ventarolas e tapetes de folha de coqueiro e enfeites com conchas da praia, destinados à venda aos visitantes.

Uma outra modalidade de artesanato na região litorânea, é a piaçava muito mais acentuada na localidade de Porto Sauípe, distrito de Subaúma, no município de Entre Rios, é uma pequena vila debruçada sobre a orla Atlântica e sobre a margem esquerda do Rio Sauípe.

Segundo Mattedi (2002), a piaçava – *Attalea funifera*, também chamada de piassava ou piaçaba – é uma espécie de palmácea ocorrente em todo o litoral da Bahia, desde o extremo norte, e há 500 anos vem sendo explorada, comercialmente ou não, pelas populações locais. Na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal já apareciam referências ao uso dessa palmeira pela população indígena, na forma do palmito, para alimentação, ou na de cobertura de ocas. (SILVA, 2002, p.71-83). Trata-se de uma espécie nativa e endêmica na região litorânea da Bahia e, dentre as palmeiras que produzem fibras, é considerada como a de maior importância econômica, com mercado assegurado, inclusive internacionalmente. Além do mercado interno, que consome cerca de 95% da produção, registram-se vários países importadores, como: Portugal, Alemanha e Holanda, seguidos dos Estados

Unidos, Inglaterra e Bélgica, sendo estes os principais. (SILVA, 2002). (ver Figura 8).



Figura 8 – Artesanato Piaçava

Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2008.

A situação litorânea da Praia do Forte confere a esta área características especiais quanto à alimentação. Esta é constituída à base de peixe e frutos do mar. Nos hotéis, bares, pensões desta área, o prato forte é o peixe, que é preparado de diversas formas, principalmente acompanhado apenas por arroz (ver Figura 9)

Segundo a bióloga Naíma Teixeira Pinto, há outros tipos de comida que estão no cardápio da região como: bolinhos de peixe, lagosta, moquecas de peixes, mariscos e a água de coco está mais raramente na praia, nos finais de semana e feriados. A fazenda Praia do Forte é alcançada a partir de Salvador, onde chegam aviões principalmente helicópteros de qualquer parte do Brasil com turistas, para desfrutarem da beleza que a região pode oferecer.



Figura 09 – Culinária típica da área costeira APA-LN/BA.

Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2008.

Existe uma pequena pista de pouso dentro da fazenda, mas que se encontra desativada por ter sido vendida à Fundação Garcia D.Ávila, atualmente inoperante e, com muito mato. Essa pista que recebia pequenas aeronaves com turistas de Salvador e de outros pontos da Bahia, hoje dá suporte ao meio ambiente. Atualmente a Empresa Portomar, é uma das empresas que atua na Praia do Forte e, que oferece diversos tipos de esporte como: mergulho Snorkelling, mergulho Seascooter, Passeio de Lancha mais Seascooter, Vôo Parasail e, outros mais.

A empresa Portomar já comprou uma área com 1500 metros de extensão, para a construção de uma nova pista para pequenos aviões “avionetes” estando já, nos preparativos da construção a 10 km da Praia do Forte devido ao grande fluxo de pessoas que visitam a região, e preferem viajar de avião, passando assim, a oferecer uma alternativa de transporte mais rápido. Entretanto, os pousos e os levantamentos, estão sendo realizados em outros pontos da região. Para se manter um ambiente de equilíbrio da fauna, condições acústicas nas imediações da Vila da Praia do Forte, levou-se em consideração que a nova pista, deveria ser construída bem afastada do centro (ver Figura 10).



Figura 10 – Campo de pouso desativado de Praia do Forte

Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2008.

Segundo Funatura (1987), esta pista de pouso, situa-se próximo ao Hotel Maritim, que era atravessada pela estrada de terra que dava acesso à Vila Praia do Forte. A pista de pouso era de terra. Atualmente está desativada e com cercamento.

4.5 A DIVERSIDADE AMBIENTAL: ECOSSISTEMAS E QUALIDADE ECOLÓGICA

O Município de Mata de São João e as respectivas vilas inseridas neste estudo: Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Fazenda de Sapiranga, fazem parte da APA – LN- BA, protegida por Decreto Lei, e fiscalizada pelos órgãos do Conselho Regional e Meio Ambiente do Governo do Estado, IBAMA, Órgão Municipal e, principalmente, pela própria comunidade local, que está assumindo esse papel de fiscal, além de uma nova política adotada pelos Governos em todas as instâncias que é a educação ambiental já aplicada no campo educação.

Estes povoados ficam à direita e esquerda da rodovia BA 099 - Linha Verde, e têm

características semelhantes na Fauna, Flora e recursos Hídricos. É na proximidade do Oceano Atlântico que se apresenta uma extensão geográfica de dunas e, as maiores, ficam mais afastadas do mar. O tipo de vegetação predominante é a restinga. Identifica-se, além da restinga, ecossistemas típicos de zonas costeiras e interiores, manguezais, campos naturais e a passagem da restinga para a Mata Tropical densa.

Segundo a bióloga Naíma Teixeira Pinto, encontra-se restinga na área com aspectos morfológicos bastante variados, em função da profundidade do lençol freático, da proximidade do mar, do grau de intervenção humano, entre outros fatores ambientais. Existe ainda o coqueiral de coco-da-bahia, com diversas faixas de ordem variável, quase sempre em contato com a praia, e que é cultivado pela administração da fazenda.

A área tem uma grande diversidade de fauna e flora, característica da região: aves de diversos tipos, raposas, gatos do mato, cobras, lagartos e outras espécies de animais, bem como a frequência de tartarugas marinhas (Ver Figuras 11 e 12, p. 107 e 108).



Figura 11 – Fauna da APA-LN/BA.

Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2008.



Figura 12 – Flora da região APA-LN/BA.

Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2008.

Se analisou o espaço físico através da observação e detectou-se que a vegetação encontra-se bastante alterada, apresentando muitos espaços onde o substrato arenoso está quase totalmente descoberto, conforme Figura 13.



Figura 13 – Região com pouca vegetação APA-LN/BA.

Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2008.

A bióloga Naíma Teixeira Pinto explica que a restinga localizada junto à estrada velha, trata-se de uma capoeira em bom estado de conservação, com um número maior de árvores de médio porte representados por *Myrcia*, nome este, segundo depoimento de moradores antigos na região.



Figura 14 – Flora da região APA-LN/BA

Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2008.

Naíma Teixeira Pinto, é uma das pessoas integrantes da Reserva Sapiranga e da Reserva Camurujipe, localizadas acima da BA-099, sentido Praia do Forte/Salvador- distante cerca de 3 km da praia, onde encontra-se a mata de Sapiranga, denominação local, e Camurujipe (veja-se figura 36 - anexo D), atualmente reservas ecológicas respectivamente de 600 e 1400 hectares, ambas remanescentes da Mata Atlântica, situada a 80 Km da Cidade de Salvador, localizadas no Município de Mata de São João. Esta área está inserida na Área de Proteção Ambiental – APA-LN/BA, sendo uma zona de preservação rigorosa, através do Decreto Lei Estadual N° 1046 de 17 de Março de 1992 e, em 05 de Junho de 1996, passou a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN - com a finalidade de Proteção dos Recursos Ambientais da região, e com o amparo do Artigo N°03 do Decreto 1046. A região está disponível para ser utilizada para atividades ecológicas e estudos científicos, culturais, educacionais e lazer.

Na Fazenda Sapiroanga existe uma comunidade local de 150 moradores. Neste lugar, são desenvolvidos projetos de educação ambiental e valorização das culturas tradicionais. O projeto é acompanhado pelos dois biólogos, Naíma e Adriano Paiva, pertencentes à Fundação Garcia D'Ávila, com o objetivo de conciliar o desenvolvimento do turismo ecológico como preservação dos recursos naturais e culturais.

O turismo ecológico vem a ser mais um veículo "agente multiplicador" da ação conservacionista, preservacionista para a manutenção dos recursos naturais de qualquer região. O Turismo por ser reconhecido como a indústria da paz, proporcionando a auto-sustentabilidade para regiões que somam características tanto naturais quanto humanísticas ainda conservadas. A ação de nossa Instituição visa equilibrar a infraestrutura turística dando suporte aos visitantes que aqui chegam, unida ao conhecimento técnico e específico para a manutenção da natureza de uma forma mais clara e educativa. A partir de experiências passadas e tendo em vista os grandes investimentos turísticos e de infra-estrutura projetada pelo Governo como o Programa de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR o turismo é considerado o carro chefe para o Governo do Estado e Setor privado. É necessária uma ação preventiva e preparativa com planejamento adequado, antes que fatos indesejados possam influenciar negativamente nestes ambientes naturais ainda equilibrados e nos próprios investimentos feitos pela sociedade. (ECOREPORT, 2005, p.6)

A bióloga, acrescenta que, na Reserva Sapiroanga - remanescente da restinga Arbórea e na Reserva Camurujipe - Floresta Atlântica em estágio avançado de recuperação, é possível observar espécies vegetais como Sucupira, Embaúba e Gameleira. Espécies de Palmeiras como o licuri, dendê, piaçava. Também apresenta orquídeas e bromélias que convivem com centenas de seres vivos como fungos, algas e líquens.

A necessidade da preservação da Mata Atlântica não se resume a sua enorme diversidade, mas também aos principais ecossistemas litorâneos Brasileiros como as restingas e manguezais dependem da preservação.

A questão da preservação e da conservação ambiental ganha destaque no Brasil a partir da década de 70, com o surgimento de pequenos grupos que apontam a necessidade de incluir o tema do meio ambiente nas discussões da sociedade. Na década seguinte,

com a redemocratização do Brasil, cresce o número de organizações não governamentais ambientalistas e surgem novas propostas de preservação do meio ambiente. Algumas se transformam em políticas públicas, dando contornos mais definidos à legislação ambiental brasileira. Antes de 1988, o país já possuía leis que tratavam da questão ambiental. O Código Florestal, por exemplo, é de 1965 e previa diversas sanções penais para os crimes contra o meio ambiente, embora elas não fossem detalhadas. A constituição de 1988 consolida o processo legal e institucional. O capítulo que trata do meio ambiente enfatiza a necessidade de sua defesa e preservação e procura estabelecer mecanismos para que isso ocorra. Para os especialistas, o grande problema é conseguir que essa legislação saia do papel e seja efetivamente aplicada, já que muitas leis não foram sequer regulamentadas, como a que protegeria nossa biodiversidade, a mais rica do mundo. Outro destaque na defesa do meio ambiente é a criação, em 1989, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Entretanto, o avanço da legislação e a possibilidade de uma fiscalização mais rígida esbarram no ainda escasso volume de recursos destinados às questões ambientais e na falta de articulação entre os governos federal, estaduais e municipais, sociedade civil, e mesmo entre os vários órgãos federais, que freqüentemente se opõem a questões como o uso da terra ou dos recursos hídricos. (CONDER, 2001, p. 35)

A cobertura natural da vegetação nas Reservas impede que as chuvas provoquem erosão do solo, o que causaria o assoreamento dos estuários dos rios. A região apresenta uma fauna, com espécies de animais ameaçados de extinção como mico-estrela-de-tufas-brancos, quati, paca, tié- sangue, sofrê, sanhaço-azul, calanguinho, jibóia, jararaca, sapo-boi e outros tipos de cobras (Ver Figura 15).



Figura 15 – Fauna da APA-LN/BA.

Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2005.

Observou-se durante a pesquisa na Reserva Sapiranga que existem duas Guaritas Florestais e um Centro de Estudos Ambientais (CEA), onde os turistas podem receber informações contribuindo com uma taxa de manutenção no valor de R\$5,00, por pessoa. Este valor é utilizado para a valorização das comunidades tradicionais e manutenção da Reserva.

Assim, pretende-se reverter o lucro do turismo na manutenção da Reserva, como também a valorização das comunidades tradicionais.

Também, é possível ser conduzido por jovens guias locais, que levam os turistas, para a floresta e corredeiras do Rio Pojuca por trilhas autorizadas para prática do ecoturismo.

O ecoturismo é uma forma de turismo voltada para a apreciação de ecossistemas em seu estado natural, com sua vida selvagem e sua população nativa intactos. Embora o trânsito de pessoas e veículos

seja agressivo ao estado natural desses ecossistemas, os defensores de sua prática argumentam que, complementarmente, o ecoturismo contribui para a preservação dos mesmos e para o desenvolvimento sustentado das populações locais, melhorando a qualidade de vida das mesmas. (REIGOTA, 1999, p.41)

A restinga existente na área entre os rios Pojuca e Açú-Timeantube apresenta uma maior riqueza em espécies vegetais, já que se encontra numa área de maior diversificação ambiental, dada a influência destes dois rios. É possível identificar de forma mais visível, as mudanças antrópicas sofridas. Há em sua maior parte, outras áreas devastadas e um início de recomposição, entremeadas com espaços isolados de árvores e arbustos e o coqueiral.

Entre todas as árvores de restinga, o trecho mais exuberante e mais conservado é aquele existente à direita da BA-099- sentido Salvador/Praia do Forte, próximo ao rio Pojuca. De porte mais elevado e mais densa, esta requer proteção. Apesar da pequena extensão da profundidade, esta apresenta uma diversificação ambiental razoável, identificável a partir de uma análise grande escala.

Segundo a citada bióloga⁶, a lagoa do Timeantube – Praia do Forte, se caracteriza como um ambiente lântico, ou seja, de águas paradas. A limnologia define a lagoa como corpos d'água rasas, de água doce, salobra ou salgada, em que a radiação solar pode alcançar o sedimento, possibilitando conseqüentemente, o crescimento de macrófitas aquáticas isto é, vegetais superiores de água doce, em toda a sua extensão.

Segundo Adriano A. Paiva⁷, a Lagoa de Timeantube apresenta uma característica singular pela sua magnífica paisagem deslumbrante, banhando as margens da Vila da Praia do Forte, o que chama bastante atenção aos turistas que aí visitam (Ver Figura 16).

As plantas aquáticas submersas produzem oxigênio para a vida aquática, e

⁶ PINTO, NAÍMA Teixeira. Bióloga funcionária da Fundação Garcia D'Ávila – Praia do Forte (depoimento), 2008.

⁷ PAIVA, Adriano Adalson. Biólogo funcionário da Fundação Garcia D'Ávila – Praia do Forte, 2008.

absorvem o gás carbônico.



Figura 16 – Flora aquática – Lagoa Timeantube, Praia do Forte/BA
Fonte: Fundação Garcia D'Ávila, 2008.

Elas são abrigo para animais e, ainda servem de receptáculos dos ovos dos peixes e indicadores biológicos. A configuração da Lagoa que em alguns pontos se alarga formando ilhas, nas quais se encontram uma vegetação higrófila (afinidade com água) e com palmeiras, coqueiros e dendês respectivamente.



Figura 17 – Lagoa Timeantube, Praia do Forte/BA

Fonte: Aníbal Moutinho da Costa – 2008.

Este ambiente refugia uma fauna rica em moluscos e insetos que são polinizadores de macrófitas, servindo também de elemento para algumas espécies de aves e peixes. No grupo de peixes existentes na Lagoa de Timeantube, temos: Lambari; tucunaré; sucuri. Aves como Gavião; Caramujeiro; Assobiá-cachorro; Garça-branca; Quero-Quero; Irerê; Sócio-Boi e mamíferos como a Lontra; Cutia.

Naima Teixeira Pinto acrescenta que a Lagoa de Timeantube está em Zona de Preservação Ambiental – ZPR – Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia, sob Decreto Estadual 1046-17/03/92.

As Áreas de Proteção Ambiental estão relacionadas no código Florestal, Lei nº 4771/1965, nos termos dos artigos 2º e 3º, com redação alterada pela Lei Federal nº 7803/1989, as Reservas Ecológicas, conforme Lei nº 6938 de 31/08/1981 e Resolução nº 004/1986 CONAMA, por apresentarem relevante interesse ecológico em função do papel que desempenham como integrantes de sistema em elevados estágios de Conservação e os bolsões de desova de tartarugas marinhas, nos termos da Constituição, Art.215, inciso VIII, por constituírem áreas que abrigam

espécies ameaçadas de extinção.

4.6 O QUE É O PRODESU?

O Programa de Desenvolvimento Sustentável – PRODESU, é uma atualização e um detalhamento do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA do Litoral Norte da Bahia, criado através do Decreto Estadual nº 1.046/1992, aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado da Bahia - CEPRAM em 1995, devido ao projeto de implantação da linha verde, prolongamento da rodovia BA-099, desde a Praia do Forte em Mata de São João, até Cachoeira do Itanhí em Jandaíra.

Sua criação tem como finalidade disciplinar a ocupação da faixa costeira, cuja poligonal vai do rio Pojuca, ao Sul, a uma distância de 10 km da costa marinha, adentrando-se até cerca de 15 quilômetros mais a norte, nas margens do rio Real, divisa dos estados da Bahia com o Sergipe, onde a APA de Mangue Seco constitui seu limite mais setentrional⁸. Ela atravessa os municípios de Mata de São João, foco do estudo desta dissertação e Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

O PRODESU – Programa de Desenvolvimento Sustentável – APA-LN, apresenta um diagnóstico tecnicamente atualizado das condições sociais, econômicas e ambientais da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia, acompanhado de estratégias e projetos prioritários públicos e privados, de curto, médio e longo prazos, convergentes com os interesses de sustentabilidade.

Quando da criação do PRODESU, diversas variáveis foram consideradas com o intuito da proteção da região da APA-LN / BA, Assim, foi criado o plano de Manejo foi criado para esse atendimento. Esse plano foi feito em cima de pesquisas de campo e, também com a variável principal a Rodovia BA 099, que deu uma grande dinâmica à região.

⁸ A APA Mangue Seco foi criada através do Decreto Estadual nº 605 de 06/11/1991 e teve seu plano de manejo aprovado pela Resolução CEPRAM nº 983 em 23/09/1994.

O Plano de Manejo está pautado nas fragilidades e diversidades sócio-ambientais, deve levar em consideração o potencial existente para empreendimentos econômicos, diversificados e atividades extrativistas, a preservação dos elementos naturais, a necessidade de dotação de infraestrutura e de controle do uso do solo e a conservação do seu patrimônio.

Segundo Conder (1995b) o Plano de Manejo para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia, tem definidas algumas metas ambientais e programas de ação envolvendo:

- Controle e desenvolvimento – relativos às operações de licenciamento, manutenção, administração, execução de obras, fiscalização e monitoramento de atividades na área.
- Defesa – com relação a atividades direcionadas a recursos naturais sob legislação.
- Recuperação – referentes a áreas ambientalmente significativas, nas quais já se processam ações humanas, a exemplo dos cordões dunas.
- Conservação – referentes a áreas com elevado valor paisagístico.
- Educação ambiental – relativos às atividades educacionais com ênfase às fragilidades e potencialidades socioambientais, visando ao desenvolvimento sustentado da APA-LN/BA.

A Figura 18 apresenta o mapa de Zoneamento Ecológico – Econômico da APA – LN/BA, por municípios, através das suas categorias de zoneamento regional e, tendo como foco a realidade ecológica e econômica.

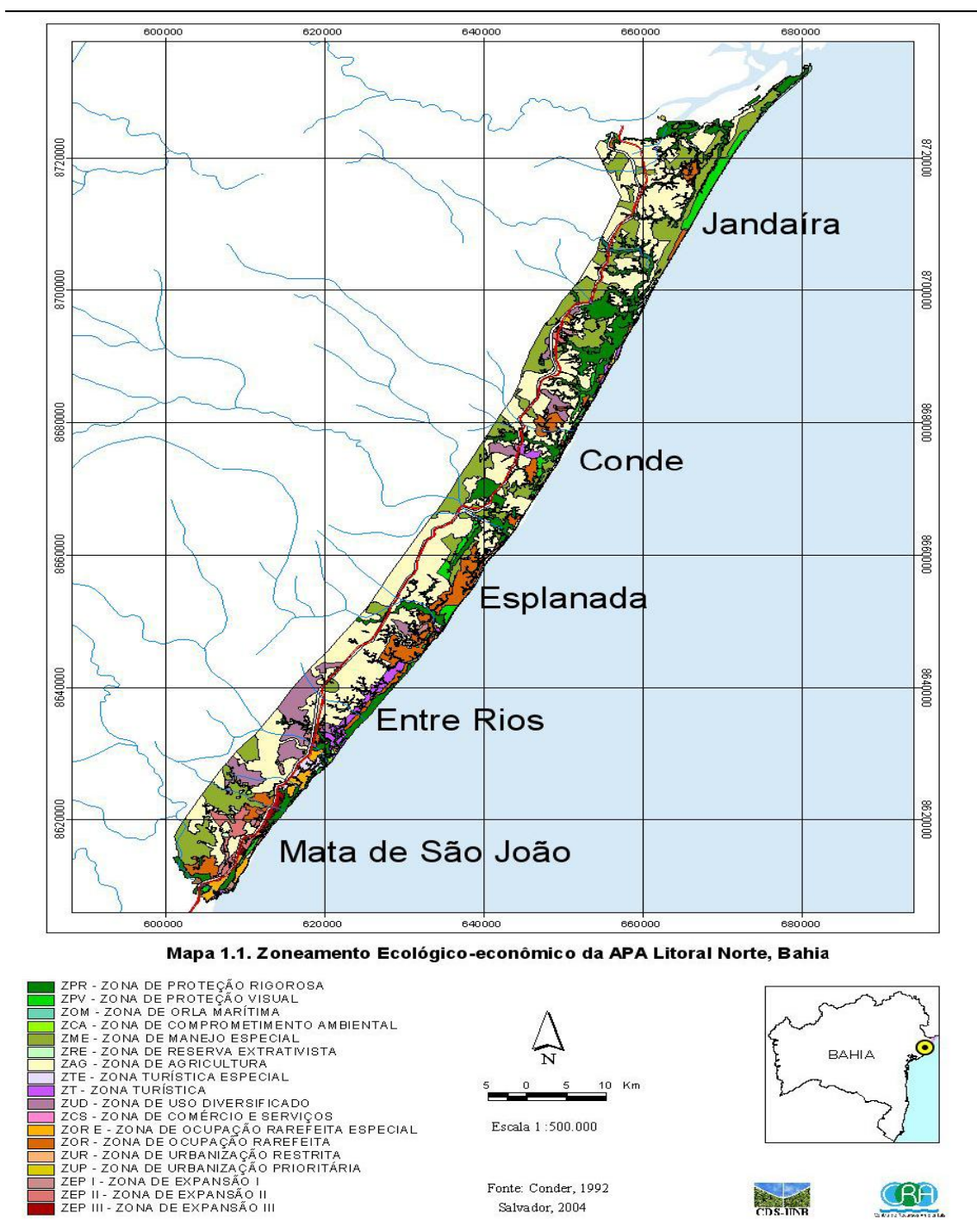


Figura 18 - Zoneamento Ecológico-Econômico da APA-LN/BA
Fonte: Conder, 2001

Uma proposta de atualização do zoneamento ecológico-econômico é apresentada, também, como referência para o uso do solo em um horizonte de 15 anos. Estudos sobre a matéria foram realizados recentemente para um melhor conhecimento científico das praias e da faixa do mar, tendo como finalidade o papel interativo com os diversos ecossistemas terrestres.

O Zoneamento Ecológico é um instrumento estratégico de gestão territorial que pode contribuir para a implementação de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável na APA LITORAL Norte e ser extremamente importante para coibir o avanço da destruição na região. Para as grandes extensões de terras públicas sem definição de uso na APA LN, o zoneamento se torna essencial e urgente. No entanto, para que atinja o objetivo de promover o desenvolvimento racional sustentável, não-predatório, conciliado à conservação, é necessário que o processo de zoneamento seja amplamente participativo e contemple em seu escopo a criação de unidades de conservação em grandes remanescentes representativos dos ecossistemas da região. Definindo de antemão o destino e o uso das terras, medidas mais efetivas no combate à destruição ambiental podem ser tomadas. (CONDER, 1995b, p. 37)

Transley (1935) considerou o conceito de ecossistema, a unidade fundamental da organização ecológica. Sinalizou as componentes biológicas e físicas da natureza juntas, unificadas pela dependência dos animais e das plantas em seus ambientes físicos e por suas contribuições para a manutenção das condições e composição do mundo físico.

Em 1942, Raymond Lindeman, popularizou a idéia “do ecossistema como um sistema transformador de energia”.

Ecossistema é todo o complexo de organismos e ambientes físicos que eles habitam. É também uma máquina termodinâmica gigante que dissipa energia continuamente na forma de calor. É o conjunto dos relacionamentos que a fauna, flora, microorganismos e o ambiente, composto pelos elementos solo, água e atmosfera mantém entre si. Todos os elementos que compõem o ecossistema se relacionam com equilíbrio e harmonia e estão ligados entre si. A alteração de um único elemento causa modificações em todo o sistema podendo ocorrer a perda do equilíbrio existente. Se por exemplo, uma grande área com mata nativa de determinada região for substituída pelo cultivo de um único tipo de vegetal, pode-se comprometer a cadeia alimentar dos animais que se alimentam de plantas, bem como daqueles que se alimentam destes animais. (LINDEMAN apud RICKLEFS; NAVEH; TURNER, 2003, p. 229).

A intensificação de seu uso face aos múltiplos e crescentes processos de

urbanização na faixa costeira do Litoral Norte – BA.

Urbanização é o deslocamento de um grande contingente de pessoas que saem da área rural para os centros urbanos (as cidades). Para que um país seja considerado urbanizado, a quantidade de pessoas que vivem nas cidades deve ser superior a quantidade que vive do campo. As cidades podem ser classificadas de acordo com seu tamanho, atividade econômica, importância regional entre outras características. (LOUREIRO e outros, 2002, p,23),

Experiências ligadas ao segmento de turismo na Bahia têm destacado que certos estudos experimentais apresentam uma estratégia voltada a infra-estruturação, e de ordenamento de uso do solo em áreas potencialmente turísticas, seja por estímulo dos seus agentes financeiros, seja pela crescente consciência da vinculação intrínseca entre os recursos naturais, paisagens e produto turístico, a exemplo do PRODETUR.

Face à necessidade, põe-se em relevo a importância da formulação e implementação de um Programa de Desenvolvimento Sustentável – PRODESU, para a APA do Litoral Norte da Bahia, nos quais objetivos e estratégias de ação, bem como, projetos vinculados a desenvolvimento sustentável estejam especificados. O principal objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer às necessidades e aspirações humanas, e que em sua essência ele:

É um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1991b, p.49)

O programa procurou desenvolver uma visão de futuro para as APAs Litoral Norte da Bahia, criando o PRODESU – Programa de Desenvolvimento Sustentável – L.N. (BA), na busca centrada da sustentabilidade e melhoria contínua da qualidade de vida de seus habitantes.

Medidas relativas aos estudos desenvolvidos na região objetivaram a assegurar o desenvolvimento sustentável para a faixa correspondente a APA, o PRODESU, caracteriza-se com a indicação das principais estratégias acordadas entre os

diversos agentes sociais envolvidos:

- Redução das desigualdades sociais, com ênfase nas situações de maior pobreza;
- Diversificação da base econômica da região como pressuposto do desenvolvimento;
- Proteção e conservação dos recursos naturais como pressuposto do desenvolvimento sócio-econômico;
- Estabelecimento de mecanismos de participação social entre as esferas públicas, privadas e comunitárias visando a gestão integrada e pactuada da região.

É um processo e deve ser de responsabilidade da alta administração. Entretanto, deve ser compartilhado com outros níveis de gerência, quando houver, buscando o envolvimento e comprometimento de todos para o planejar, o gerenciar, o executar, o acompanhar e o de corrigir rumos quando necessário. É um processo macro e essencial para a condução de um negócio marcado nos dias de hoje pela necessidade de mudanças muitas vezes radicais, inúmeras turbulências, etc. A gestão estratégica pode ser implementada, considerando-se as proporções e necessidades, em grandes, médias e também pequenas empresas. Ao pensar em adotá-la, faz-se necessário em primeira instância, a vontade e a disposição. A partir do momento em que se decide realmente pela gestão estratégica do negócio, o passo seguinte é a elaboração do plano. Vale lembrar que se trata de atividade que necessita de investimento em tempo e em dinheiro. Faço essa lembrança por já ter visto planos “engavetados” ou mal implementados. Não é uma tarefa “do outro mundo” mas também não é simples. Exige, entre outras coisas, informações consistentes, coerentes, relevantes e em sintonia com o mercado, conhecimento teórico-prático da área de planejamento estratégico, postura, firmeza de propósitos, seriedade e liderança. (MENDES, 2003, p.65)

O objetivo estratégico deste Programa de Desenvolvimento Sustentável – PRODESU, é compatibilizar crescimento econômico com a conservação da qualidade do ambiente e a melhoria das condições de vida das populações locais.

O turismo tem-se revelado um grande consumidor de espaço, especialmente aqueles que apresentam elevado valor ambiental, e particularmente apresenta uma tendência marcante de concentrar-se no litoral, embora tenha crescido o fluxo para o interior. O Brasil apresenta cerca de 9.000 quilômetros de costa, sendo quase a

totalidade utilizável para fins turísticos. Ocorre que com a ocupação desordenada das áreas litorâneas torna-se prática comum sua desfiguração. (SEABRA, 2001, p.42).

Para este programa, o turismo é a alavanca do crescimento econômico e a sustentabilidade é definida considerando o sistema ser humano – meio ambiente.

Segundo Sasaki (2005, p. 121),

[...] enfim, foi a perspectiva da sustentabilidade que o PRODESU objetivou, estrategicamente, compatibilizar o crescimento econômico com a conservação da qualidade do meio ambiente e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida das populações residentes na APA Litoral Norte da Bahia, tendo o turismo como o principal e inevitável vetor de desenvolvimento local. Assim, foi sob as bases de uma proposta de desenvolvimento sustentável, que a Associação de Artesãos de Porto de Sauípe se estruturou e se consolidou como um exemplo e modelo a ser seguido.

Torna-se relevante a importância de formulação e implementação de um programa de desenvolvimento sustentável para a APA-LN/BA, a exemplo da PRODESU, objetivando estratégias de ação e projetos vinculados ao desenvolvimento sustentável e ambientalmente especificado.

4.7 ATUAÇÃO DA PREFEITURA LOCAL

A Prefeitura de Mata de São João é um dos Municípios que apresenta, uma área regional de seu território, inserido na APA do Litoral Norte da Bahia, aproveitando-se de alguns privilégios da própria natureza. Por ser uma região de veraneio, onde o turismo se faz presente o ano todo e, uma área de preservação ambiental, faz-se necessário que o poder público esteja atuante no desenvolvimento sustentável, na fiscalização pública, ambiental, urbanística, zoneamentos considerados de preservação – conservação – uso e conflito. Também é de responsabilidade do poder público municipal implantar saneamento básico nos bairros, cidade, educação, saúde, segurança, coleta do lixo, abastecimento de água e energia dentre outros.

Segundo a Coordenadora Pedagógica professora Maristela Silva Oliveira dos Anjos⁹, a Prefeitura Municipal de Mata de São João tem proporcionando e direcionando as suas atividades de serviços de forma eqüitativa. A Secretaria da Educação da atual administração, enfatiza que o investimento nesta área dobrou, apresentando um crescimento de 114% se comparado ao ano de 2004. O projeto da Administração Municipal para a educação se inicia pela oferta universal de vagas no ensino infantil e fundamental, adolescentes, jovens e adultos, propondo-se a construir uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social. Segundo uma coordenadora da secretaria da educação de Mata de São João (sede), O compromisso Secretaria Municipal de Educação é implantar políticas indutoras de transformações significativas na sociedade através da reorganização dos tempos e espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar e desenvolver o currículo, e trabalhar com o conhecimento, respeitando as singularidades de cada etapa do desenvolvimento humano.

Segundo as estatísticas municipais, em 2007, (REVISTA..., 2008) a rede municipal de ensino atendeu a 10.887 alunos, sendo 1.453 alunos no ensino infantil e creches, 7.232 alunos no ensino fundamental regular de nove anos e 2.202 alunos no segmento de educação de jovens e adultos. A rede municipal de ensino de Mata de São João, incluindo a sede e seus povoados, vem sendo reconstruída a partir da recuperação física das escolas, da implantação de um projeto político – pedagógico sintonizado com as peculiaridades locais e com uma ênfase especial na formação de professores e gestores escolares.

A Figura 19, mostra o gráfico que caracteriza o aumento dos investimentos, em reais, no período de 2004 a 2007, na rede municipal de educação.

⁹ ANJOS, Maristela S. O. dos. Coordenadora Pedagógica da Secretaria da Educação e Cultura do Município de Mata de São João – BA., 2008.

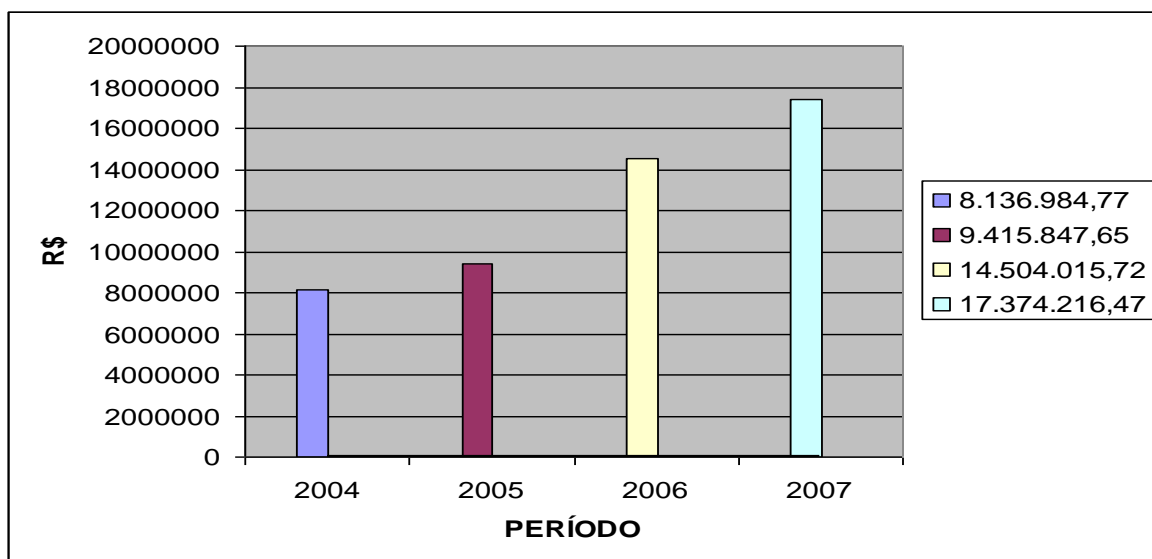


Figura 19 – Gráfico de investimentos em reais na rede municipal de educação de Mata de São João - 2004 – 2007.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (REVISTA..., 2008)

Constata-se que em 2004, 2005, 2006 e 2007, os investimentos situaram-se em: R\$ 8.136.984,77; R\$ 9.415.847,65; R\$ 14.504.015,72; R\$ 17.374.216,47, respectivamente, mostrando que houve uma ascensão gradativa na aplicação de recursos para a melhoria da educação escolar – crescimento de 113,52% no período (REVISTA..., 2008).

Durante a pesquisa de campo, observou-se a construção e reformas de diversas escolas, nos diversos povoados do município de Mata de São João/BA.

A Figura 20 mostra o gráfico do número de alunos matriculados na rede municipal, em 2007, de Mata de São João.

Foram matriculados no ano letivo de 2007, 1.453 alunos na creche/Infantil, 2.202 alunos/Jovem e Adulto e 7.232 alunos no Fundamental Regular, representando, respectivamente 13%; 20% e 67% do total.

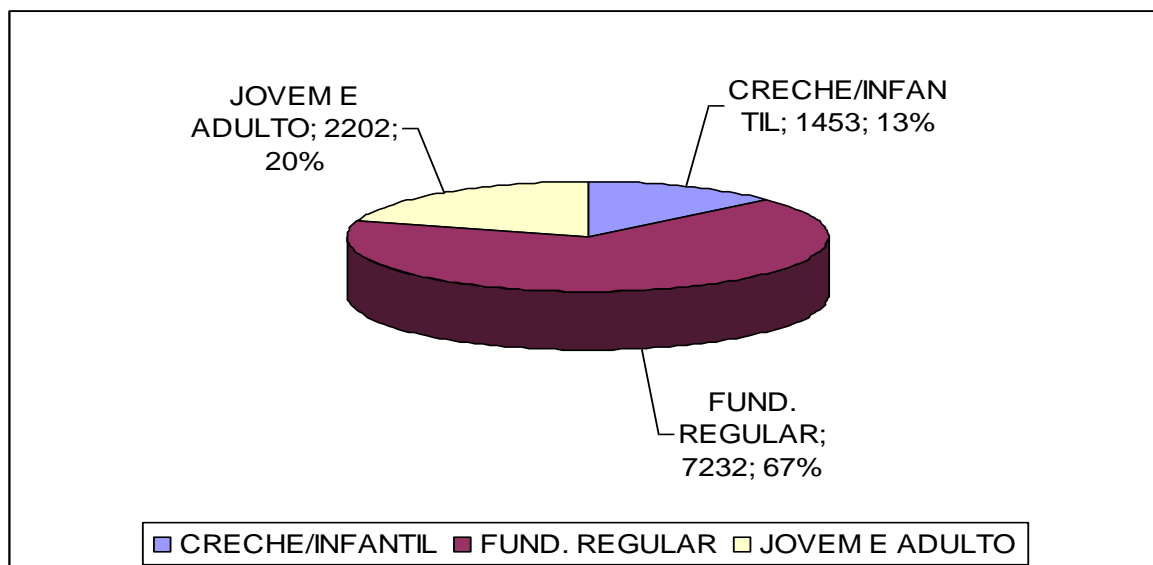


Figura 20 – Gráfico do número de alunos matriculados na rede municipal de Mata de São João – 2007.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (REVISTA..., 2008)

A Secretaria de Educação e Cultura do município de Mata de São João, oferece às suas comunidades, nos diversos povoados, escolas equipadas com biblioteca, salas de aulas, computadores, quadros, carteiras, wc, merenda escolar, professores graduados. As aulas são ministradas nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

Segundo a coordenadora professora Maristela¹⁰, da Secretaria de Educação e Cultura do município de Mata de São João, todos os anos existe uma demanda maior na busca do ensino público.

A Secretaria da Educação e Cultura do Município de Mata de São João, vem desenvolvendo diversos programas e, reestruturando na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. Assim, melhorou, na estrutura das escolas, no fardamento, que muitas pessoas não tinham condições de comprar, na qualificação profissional do professor.

Segundo Rosana Araújo Almeida¹¹, moradora do Município de Mata de São João, uma das moradoras entrevistadas, “O que eu acho de mais positivo na educação de

¹⁰ ANJOS, Maristela S. O. dos. Coordenadora Pedagógica da Secretaria da Educação e Cultura do Município de Mata de São João – BA., 2008.

¹¹ ALMEIDA, Rosana Araújo de. Moradora entrevistada de Mata de São João, 2008.

Mata é o esforço em fazer com que os professores se atualizem. O professor está tendo a oportunidade de se qualificar e melhorar em sala de aula com seus alunos “.

Outros programas já desenvolvidos, estão em prática não só na sede do município, mas, em toda a região, isto é, nos povoados e vilas da APA do Litoral Norte da Bahia, como:

- Formação continuada – Projeto de qualificação dos professores e diretores;
- Livros Didáticos para o EJA – Livros especializados foram adquiridos para o programa especial de Ensino a Jovens e Adultos que estão retomando os estudos.
- Livros Didáticos para a Educação Infantil – Livros especializados, fornecidos gratuitamente pela Prefeitura, beneficiando 1.453 alunos da educação infantil.
- Kit Escola – Fardamento completo e material didático para os 10.887 alunos da rede municipal de Mata de São João.
- Infocentro – Dois infocentros funcionam no município: na Sede e no Litoral, em Praia do Forte. Um projeto em parceria com o Governo de Estado que pretende promover a inclusão digital, possibilitando a descoberta do mundo virtual e o aprendizado das ferramentas tecnológicas.
- Qualificação da Merenda Escolar – Desde o ano de 2005 ao presente momento, a merenda escolar é elaborada por uma nutricionista, que, diariamente, determina o cardápio para os alunos. O Município de Mata de São João são uns dos poucos que cumprem regularmente as determinações do Ministério da Educação.
- Transporte Escolar – Tem-se 2.441 alunos das redes estadual e municipal que dispõem de transporte escolar, atendendo nos três turnos das aulas, atendendo à sede, ao Litoral e à zona Rural do município.

Na saúde, a Prefeitura Municipal de Mata de São tem se preocupado bastante em proporcionar um atendimento de qualidade em todos os postos de atendimento, no sentido proporciona uma qualidade de saúde.

Ao longo destes cinco anos, a secretaria de Saúde já investiu consideravelmente, conforme a Figura 21, p. 126.

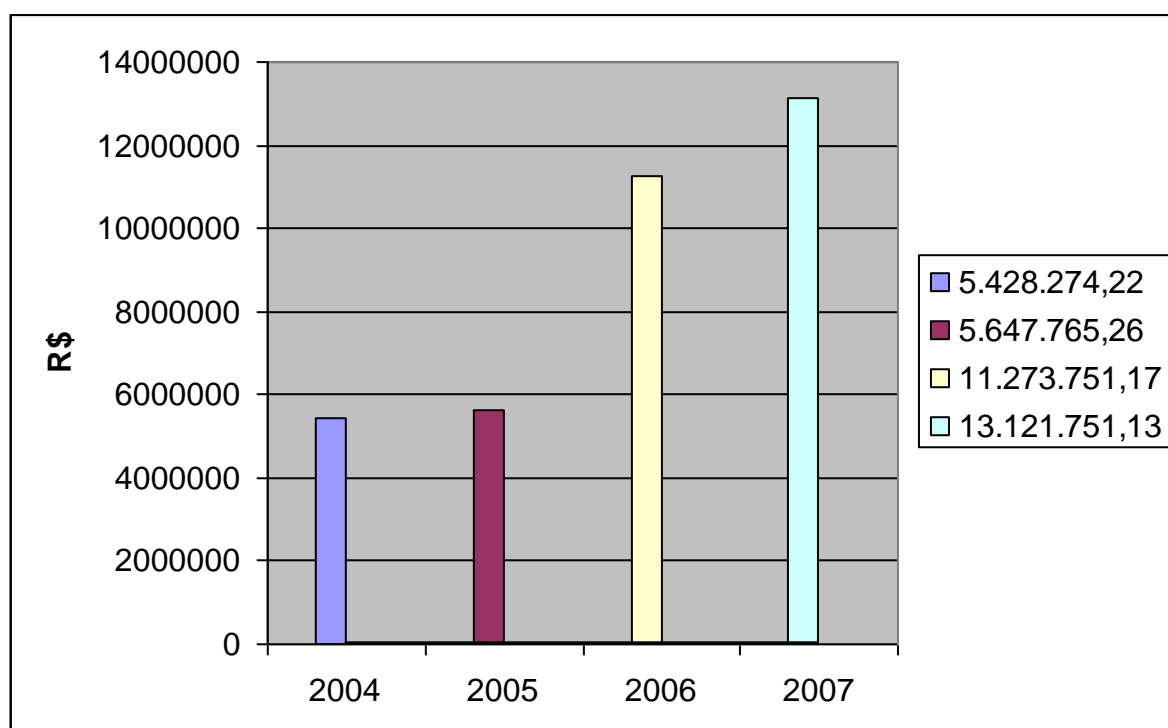


Figura 21 - Gráfico do aumento de investimentos em reais de 2004 a 2007 pela Secretaria de Saúde no município de Mata de São João / 2004 – 2007 (R\$)

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (REVISTA..., 2008)

O gráfico da figura 21 apresenta os resultados em reais dos investimentos realizados pela Secretaria de Saúde no Município de Mata de São João, entre os anos de 2004 e 2007, na sede e povoados do município.

Nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, foram investidos, respectivamente, R\$ 5.428.274,22; R\$ 5.647.765,26; R\$ 11.273.751,17; R\$ 13.121.751,13 – com um crescimento de 141,73% no período.

Segundo a Prefeitura de Mata de São João (REVISTA..., 2008), o Sistema Público de Saúde foi totalmente reestruturado. Nos últimos três anos os investimentos quase

triplicaram. A revista acrescenta que houve um crescimento de 142% se comparado com 2007 e o ano de 2004. A gestão Pública Matense criou um programa de saúde, assegurando que todo individuo matense tem o direito à assistência médica, o que chama bastante atenção, demonstrando, por parte das autoridades locais, todo o interesse no bem-estar da população do município, o que foi comprovado pela pesquisa realizada, *in loco* sobre as atividades que estão sendo desenvolvidas em todo o Município de Mata de São João.

Também em toda a região principalmente nas áreas litorâneas como Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Santo António, dentre os outros povoados da APA do Litoral Norte da Bahia, onde há maior concentração de pessoas devido à grande demanda de turismo, a Prefeitura vem investindo muito em postos de saúde, energia elétrica, água potável encanada, pavimentação de ruas, construção de praças e, principalmente, saneamento básico, o que coloca o município numa situação bastante privilegiada, tendo em vista que apenas 30% das cidades brasileiras possuem sistema de esgotamento sanitário (IBGE, 2000).

Construção de mais escolas, devido a novos moradores que estão vindo de outros povoados e das RMS, com o intuito de novas perspectivas de vida, resultantes dos empregos dos grandes e megas empreendimentos que se estão instalando ao longo da APA do Litoral Norte de Bahia.

Assim, a Prefeitura de Mata de São João preocupada com o crescimento na região litorânea, vem desde 2005 investindo em Infra-estrutura Básica. De 2004 para 2007 houve um crescimento superior a 20%. Aos poucos a Secretaria de planejamento de obras e infra - estrutura, vem mudando todo o cenário da cidade (sede), bem como toda a região litorânea e, os povoados que se encontram mais distantes do mar.

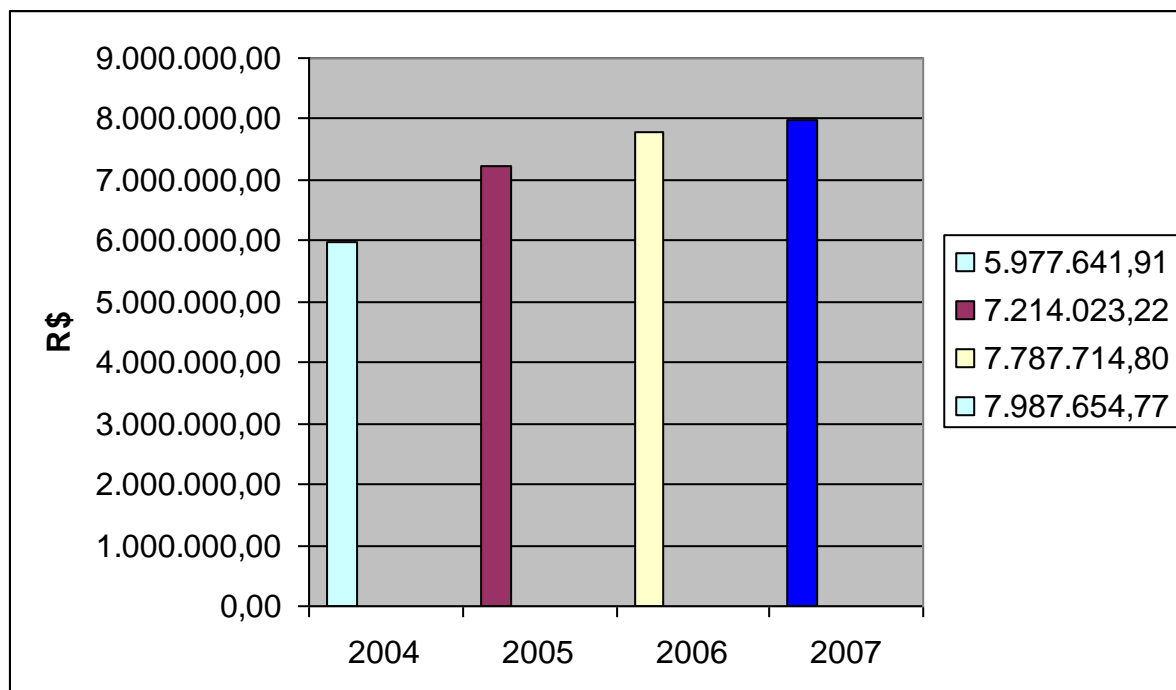


Figura 22 - Gráfico do aumento dos investimentos na área de infra-estrutura e urbanismo no município de Mata de São João / 2004 – 2007 (R\$)

Fonte: Mata de São João, 2008.

A Figura 22 apresenta o gráfico do aumento dos investimentos na área de infra-estrutura e urbanismo no município de Mata de São João, durante os anos de 2004 a 2007. Foram investidos em 2004, R\$ 5.977.601,91; 2005, R\$ 7.214.023,22; 2006, R\$ 7.787.714,80 e 2007, R\$ 7.987.654,77 – incremento de 33,63 % no período. A maior parte dos investimentos, foram aplicados nos povoados do município, principalmente naqueles localizados geograficamente na APA-LN da Bahia.

4.8 A GESTÃO AMBIENTAL, TERRITORIAL E TURÍSTICA

O Projeto Orla, em 2007, encontrava-se implementado em ao menos cinquenta e oito municípios costeiros, no entanto embora na Bahia tenha sido implementado apenas no município de Conde, na APA Litoral Norte suas proposições e sugestões não só inspiraram, mas foram adotadas no “Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações Litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia” (BRASIL, 2005).

Com o objetivo de assegurar um desenvolvimento sustentável para a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do governo da Bahia elaborou um Programa de Desenvolvimento Sustentável - PRODESU, com a meta de reduzir as desigualdades sociais, conservar os recursos naturais; estabelecer canais de participação social na perspectiva de alcançar uma gestão integrada da região (BAHIA, 2001a). Todavia, o PRODESU contribuiu para mostrar que embora se estabeleçam interações entre distintos atores e agentes sociais em empreendimentos formais e informais na Costa dos Coqueiros e haja uma significativa geração de empregos, a população local não tende a se beneficiar.

A Figura 23, p. 130, apresenta o mapa Macrozoneamento da APA-LN, que caracteriza o zoneamento da Área de Preservação Ambiental do Litoral Norte da Bahia – APA-LN/BA, abrangendo toda área litorânea e a do interior, entre os limites sul a cidade de Salvador, a norte Mangue Seco, a leste o Oceano Atlântico e a oeste o interior, Camaçari, Pojuca, Alagoinhas, Catu, Esplanada, dentre outros. Para melhor análise e interpretação do zoneamento a legenda está distribuída em cores.

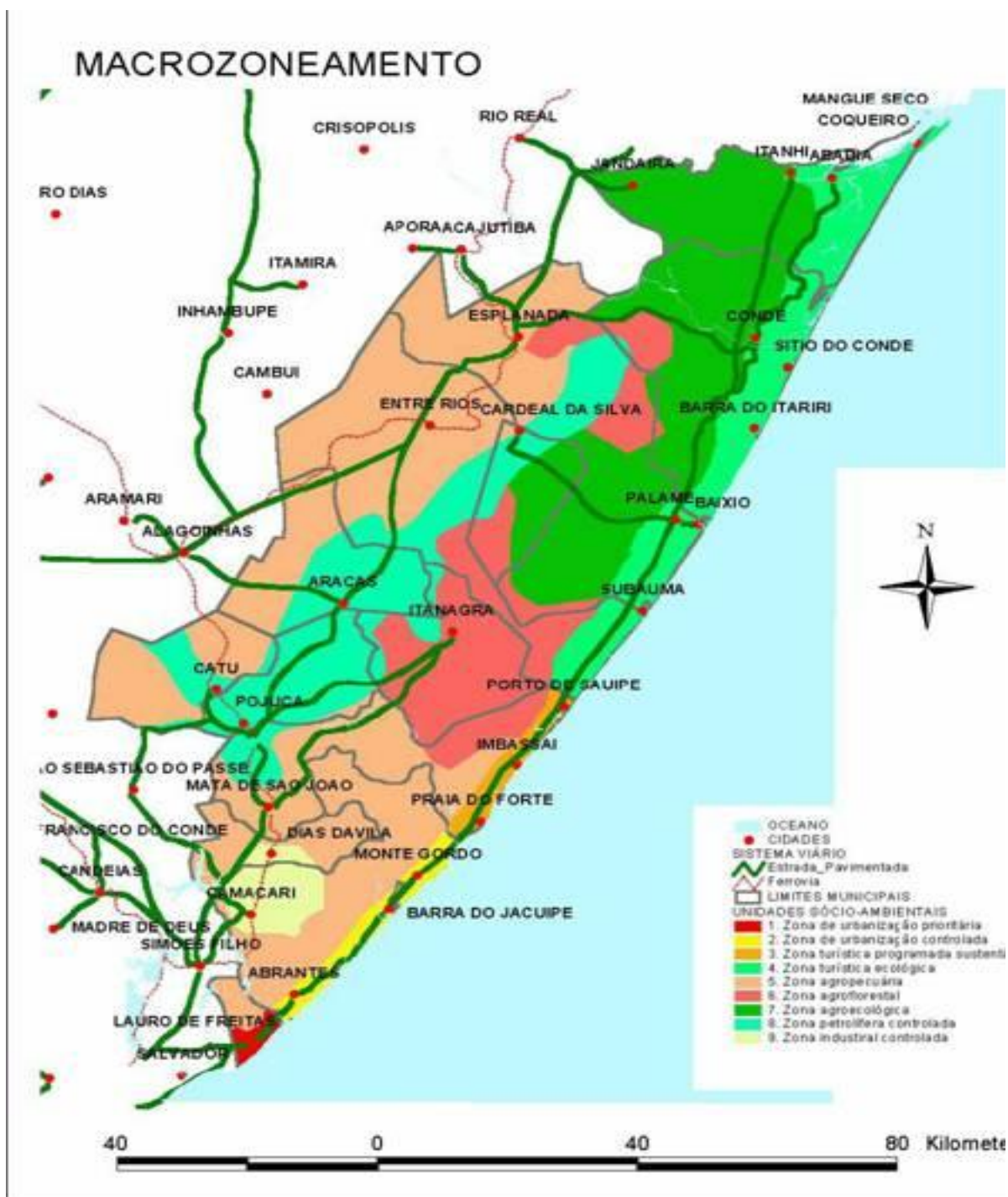


Figura 23 - Macrozoneamento da APA Litoral Norte

Fonte: Conder, 2001.

O Turismo na região da APA- Litoral Norte da Bahia, principalmente Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Fazenda Sapiroanga entre outras, são áreas estratégicas, nas quais os turistas podem usufruir de conforto, de lazer, que própria natureza propícia,

como também de um apoio logístico de restaurantes, hotéis, supermercados, bancos, entre outros.

O turismo é um elemento importante da vida social e econômica da comunidade regional. Reflete as finanças legítimas das pessoas no sentido de desfrutar de novos lugares, assimilar culturas diferentes, beneficiar-se da atividade ou descansar longe do local habitual de residência ou de trabalho. [...] o turismo representa um bom exemplo da relação fundamental existente entre o desenvolvimento econômico e o ambiente, com todos os benefícios, tensões e conflitos potenciais associados. (BENI, 2001, p. 168-169).

O Turismo nestas regiões já se transformou numa das maiores indústrias do Estado da Bahia e com tendência a crescer ainda muito mais. O empreendimento do Complexo Turístico da Praia do Forte, localizado no Município de Mata de São João, tem o grupo Truson da Espanha que já investiu em mais de R\$620 milhões; O IBEROSTAR BAHIA, localizado no Município de Mata de São João- Praia do Forte- Proprietário incorporador Iberostar, que investiu R\$184 milhões; Reserva Imbassaí- Mata de São João investiu R\$150 milhões, Proprietário Reta Atlântico; Costa de Imbassaí da Itália, Proprietário Incorporador - Orissio Investimentos.

O desenvolvimento do turismo sustentável implica a tomada de decisões políticas que podem ser serviços e requerem uma visão a longo prazo, principalmente na hora de efetivar o processo de planejamento. (SANCHO, 2001, p. 246)

Somente com esses novos investimentos e outros na região da APA-LN/BA, cerca de 41.000 empregos diretos estão sendo gerados.

Portugal e Espanha são os grandes destaques na região, financiando dez dos quinze maiores projetos em andamento. A região apresenta diversas modalidades de empregos, a exemplo de: construção civil muito procurada; guias turísticos; transportes a base de moto – triciclo; garçons e garçonetes de bar; cozinheiros(as); camareiras; recepcionistas e outros serviços de logística, bem como muitas outras funções comumente usadas nas redes de hotelaria e turismo.

No entanto, uma das maiores dificuldades desses grandes empreendimentos como, novos hotéis, dentre outros é a falta de mão de obra especializada, para atender o

turista nacional e o internacional. A oferta de emprego é satisfatória, mas a grande maioria das pessoas locais não tem experiência profissional e, outros nem são completamente alfabetizados.

Segundo o IBGE (2000), 30% do pessoal trabalhador da área de turismo na região possui mais de dez anos de escolaridade. Têm-se outras empresas também investindo na mão de obra especializada preparando os seus funcionários para o aprimoramento e a qualidade nos serviços.

Essa ação de serviços de qualificação de mão de obra já está sendo feita no local, para baratear custos, evitando deslocamento de pessoas principalmente da Praia do Forte e Sauípe para a cidade de Salvador.

O Praia do Forte Eco Resort, que pertence atualmente ao grupo português Espírito Santo passou a chamar-se a partir de 1º de janeiro de 2009, Hotel Tivoli Collection. Este grupo português tem hotéis, agências de turismo, empresas de transporte, terrestre e aéreo, dentre outros, em todas as partes do mundo. O grupo investe bastante na área de turismo e hotelaria, sendo mais de US\$500 mil ao ano, apenas em projetos de formação de empregados e, devido a isso, nos últimos seis anos recebeu nota 9,5, em média, numa escala de 0 a 10 pontos, na avaliação de satisfação feita junto aos seus hóspedes.

Devido ao enorme crescimento da região do Litoral Norte da Bahia, consequência da rodovia estadual BA-099, que liga a cidade de Salvador ao estado de Sergipe, ocorreu nestes últimos anos, um grande crescimento na exploração geográfica desse território e na qualidade de vida para o ser humano, fugindo este, da grande cidade de Salvador, devido à grande magnitude do trânsito, bem como algo mais significativo que é a violência que assola a cidade e as regiões circunvizinhas. Desta forma o turismo também se expande em grande escala nessa região, acompanhando assim, a evolução do turismo no Brasil.

A institucionalização do Turismo no Brasil é marcada também pela criação do Conselho Nacional do Turismo - CNTUR, e pela Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, como meio redutor da economia Brasileira. (ANDRADE, 2000, p.206).

A criação da EMBRATUR, em 1996, tem papel fundamental na condução das políticas nacionais do turismo. Com a criação desse órgão, consolida-se, inicialmente, o turismo interno, para que depois, possa captar-se a demanda internacional, por meio de intensas campanhas de propaganda e de marketing no exterior, o que ainda hoje se configura, onde a EMBRATUR instala as suas agências. O Governo fortalece o turismo, porque é uma das alternativas básicas para a economia local e também para a economia do Estado.

Segundo Rodrigues (2001), iniciativas isoladas dos Governos Estaduais, tornam-se um significativo aumento dos fluxos, tanto da demanda interna, como da demanda externa. Começam a se tornar fundamental os capitais estrangeiros aplicados no setor turístico, na forma de hotéis e resorts, a fim de aplicar e ampliar moldes de grande centros turísticos.

Praia do Forte e o Complexo de Sauípe, da Apa Litoral Norte da Bahia, já estão sendo beneficiados pelo capital estrangeiro aplicado. Devido a essa expansão de novos empreendimentos na região de Preservação Ambiental, a Prefeitura de Mata de São João buscou empenhar as suas ações políticas.

Os empreendimentos turísticos viabilizados por essas políticas se de algum modo beneficiam as comunidades locais que relativamente passam a ter acesso a novos objetos de infraestrutura básica, esgotos, estradas iluminação pública, escolas, transportes, postes de saúde, supermercados, dentre outros, permitidos pelos investimentos nesses locais, de outro, essa dinâmica local ou regional, se houver uma perfeita interação entre os de conciliar investidores e a população local e a forma de participação dos poderes públicos nesse processo. (ROCHA, 2002 apud CRUZ, 2001, p.83)

A relação da questão ambiental e turismo se iniciam nos anos de 1980, quando é estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei nº 6938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõe a questão do Meio Ambiente, dando maiores condições de comando e controle.

A Lei faculta instrumentos, para estabelecer uma política que define diretrizes capazes de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental,

zoneamento, avaliação de impacto, licenciamento de atividades altamente poluidoras, o desenvolvimento de unidades de conservação, sistemas de informações ambientais, cadastro técnico de atividades e mecanismos de defesa ambiental, usando, também, se necessário, penalidades disciplinares ou compensatórias estabelecidas em Lei.

O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, integrado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, também foi criado pela mesma Lei N°6938, de 31 de Agosto de 1981, constituído por um colegiado composto, por integrantes de diversos ministérios, órgãos de vários setores das administrações Federal, Estaduais, Municipais, Organizações não Governamentais e entidades de Classe.

A Política Nacional de Turismo evoluiu e criou-se o Plano Nacional de Turismo – PLANTUR, em Julho de 1992, visto ser como um mecanismo de desenvolvimento regional, no sentido de disciplinar o turismo, direcionado as entidades privadas, como também para o Órgão Público (RODRIGUES, 2001).

O PLANTUR incorpora elementos já formulados pela EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo, tendo como vertente principal o setor público. Prevê a diversificação na oferta de produtos turísticos, desenvolvimento de empregos, melhor distribuição de renda regional, captação de dívidas, e incorpora a preocupação com o meio ambiente e com o patrimônio histórico e cultural.

Em 1991, é criado o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR-BA, com a finalidade de implantar e/ou aprimorar a infra-estrutura básica e de transportes, afim de associar o turismo, a cultura e a ecologia, questões importantes e significativas no mercado internacional, afim de observar eventos nacionais e internacionais, mediante estratégia de uma política forte.

O PRODETUR- BA, seguindo o modelo proposto em 1992 destina verba para a Costa dos Coqueiros, cuja finalidade do recurso seria utilizado pelo Governo do Estado para investir em melhorias da infra-estrutura básica da região, em contrapartida às inversões privadas.

A região da Costa dos Coqueiros tem aproximadamente 240 km de extensão, compreende a estrada Ba-099, chamada Linha Verde e também o Litoral do Oceano Atlântico. Esta região é caracterizada a muito tempo, como área de grande magnitude para a exploração turística, apresentando uma grande riqueza de recursos naturais, seja pela proximidade de vias de comunicação, tais como o aeroporto, BA-099 e outras estradas adjacentes que possibilitam o acesso a Região do Litoral Norte da Bahia.

No âmbito de expansão da APA do Litoral Norte da Bahia, devido aos novos empreendimentos, a Prefeitura de Mata de São João, buscou empenhar as suas ações políticas, ainda mais, na análise de novos projetos para a região devido ao grande avanço de forma desordenada na APA.

Segundo Engenheiro Marcus Azevedo, Gerente da Secretaria do Meio Ambiente da Extensão da Prefeitura de Mata de São João em Praia do Forte, somente nessa secretaria existe ele e dois técnicos, tornando-se inviável uma fiscalização ativa na APA.

Observa-se um grande comércio nas casas de construções de materiais, devido a construção civil que vem se desenvolvendo naquela área nos últimos anos.

As fotos aéreas, traduzem a dimensão desastrosa do avanço da construção civil, adentrando na APA-LN/BA., afetando todo o sistema ecológico e a própria sobrevivência da região litorânea (Figuras 24 e 27)

A Figura 24, mostra uma foto aérea do ano de 1976, de uma área de plena vegetação nativa, no interior dos contornos do rio Pojuca e Lagoa Timeantube. O rio deságua no Oceano Atlântico. Esta região geográfica está localizada na Praia do Forte, a poucas centenas de metros do centro da vila. A seta indica o ponto no início das obras de construção do então Praia do Forte Resort Hotel.



Figura 24 – Foto aérea, Monitoramento do uso do solo - 1976
Fonte: Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

A Figura 25, do ano 1989, mostra através da indicação das setas de cor vermelha a primeira etapa da construção civil do Praia do Forte Resort Hotel, sendo visível a degradação de vegetação da mata atlântica.



Figura 25 – Foto aérea, Monitoramento do uso do solo - 1989
Fonte: Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

A Figura 26, mostra a foto do ano de 1993, das obras do Praia do Forte Eco Resort, já na conclusão da 2ª etapa, expandindo-se cada vez mais para o interior da mata virgem da região. Observa-se que era uma área bastante rica em vegetação e, agora, totalmente comprometida como destacado de forma visível pelas estruturas de concreto no meio da mata. Embora seja um empreendimento necessário economicamente e, bastante favorável para os turistas, não deixa de criar um impacto ambiental decorrente de atitudes humanas, em um contexto de exploração dos recursos, de orientação dos investimentos econômicos, de ambiência ecológica e na própria mudança política institucional, que não estão em conformidade com os interesses e necessidades das gerações atuais e futuras.

Segundo a CMMAD (1991b, p. 10),

O desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança na qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Sabemos que este não é um processo fácil, sem tropeços. Escolhas difíceis terão que ser feitas. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável depende de um empenho político.



Figura 26 – Foto aérea, Monitoramento do uso do solo - 1993
Fonte: Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

A Figura 27 mostra a foto aérea do ano de 2002, na conclusão da obra do Praia do Forte Eco Resort, nota-se que todo o espaço tornou-se bastante empobrecido em sua vegetação.



Figura 27 – Foto aérea, Monitoramento do uso do solo - 2002

Fonte: Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

Preocupados com o grande avanço desordenado nas áreas de preservação ambiental, o Governo do Estado da Bahia e Prefeitura de Mata de São João, o Governo decreta a LEI N° 10.431 de 20 de Dezembro de 2006, a Política Estadual de Meio Ambiente e a Proteção à Biodiversidade, bem como o Município de Mata de São João que também Decreta a LEI N° 181/2003, de 01 de Agosto de 2003, sobre a Área Urbana do Litoral do Município de Mata de São João. A Lei 185/03 de 05 de setembro de 2003, sobre a proposta de criação do Distrito Turístico e Ecológico da Orla do Município de Mata de São João e o seu respectivo zoneamento territorial e urbano.

A Figura 28 mostra foto aérea do ano de 1930 da Fazenda da Praia do Forte. Essa região é caracterizada atualmente como a Vila da Praia do Forte, como se pode observar, a foto tem abaixo o farol da marinha (1), do lado direito a igreja (2), um pouco acima da igreja a casa da sede da fazenda (3) e as restantes casas de pescadores. A população local, que na época era reduzida, desfrutava da pesca, da caça, milho, mandioca, coco, frutas, abóbora entre outros, como meio de subsistência, apresentando ainda hábitos e costumes coloniais.



Figura 28 – Foto de Praia do Forte - 1930

Fonte: Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

A Figura 29 mostra foto aérea do ano de 2006, do mesmo espaço geográfico da foto do ano de 1930. Mas, atualmente, a região apresenta uma outra paisagem, com muitas residências de veraneio, comércio e restaurantes. Preservou-se uma boa parte da vegetação proveniente da mata atlântica, porém houve um impacto ambiental considerável.



Figura 29 – Foto de Praia do Forte - 2006

Fonte: Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

Atualmente, se encontra preservada a igreja, o farol da marinha dentre outras estruturas históricas que não são visualizadas na foto. O espaço é bastante explorado pelo turismo, devido à grande significância da região por proporcionar tranquilidade e lazer. Observa-se que as construções de veraneio e comércio ocuparam os espaços de quase todo o verde existente.

A Figura 30, mostra em foto aérea do ano de 1976, como a região era rica em flora, a esquerda da atual rua principal da Vila Praia do Forte, “Fazenda dos Coqueiros”. À direita da estrada dava-se início a construção dos loteamentos de forma desordenada, na costa litorânea banhada pelo Oceano Atlântico. Não havia nenhuma participação em termos de fiscalização, dos órgãos públicos municipais e estaduais, no controle e no planejamento regional e urbano.



Figura 30 – Foto aérea da evolução da ocupação da Vila Praia do Forte – 1976

Fonte: Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

A Figura 31, mostra foto aérea de 2002, vinte e seis anos após, na qual visualiza-se que quase toda região foi ocupada por loteamentos, casas de veraneio, comércio, entre outros negócios.



Figura 31 – Foto aérea da evolução da ocupação da Vila Praia do Forte – 2002

Fonte: Adriano Paiva (FUNDAÇÃO GARCIA D'AVILA, 2008).

Ao se observar a Figura 30, do ano de 1976 em comparação com a Figura 31, do ano de 2002, chega-se à conclusão que dificilmente haverá condições de se recuperar e manter a sustentabilidade ambiental na região.

Segundo Alban (2006, p. 13),

Tomando-se por base o referencial da Nova Economia Institucional – NEI, fica relativamente fácil compreender a insustentabilidade da estratégia turística seguida nos últimos anos. De fato, se belas praias desertas são tomadas acessíveis por modernas infra-estruturas de transportes, o mais natural é que se gere imediatamente a pressão por um boom de empreendimentos turísticos e imobiliários. Como isso, via de regra, ocorre em pequenos municípios, de baixa ou nenhuma capacidade administrativa, o boom se realiza sem nenhum planejamento e o bem público, que é a praia, rapidamente se satura e se degrada.

Em razão de tal constatação a Prefeitura Municipal de Mata de São João, mantenedora de uma parte da região da APA do Litoral Norte da Bahia, teve que decretar duas leis municipais, a 1ª lei criando a área urbana do litoral do Município de Mata de São João, e a 2ª lei propondo a criação do Distrito Turístico e Ecológico, afim de poder criar-se instrumentos de nível jurídico cabíveis para o controle, estabelecendo o espaço Municipal de sua região, através dos limites:

Tem início na foz do rio Imbassáí [...], desse ponto em linha reta até encontrar a estrada de Barro Branco [...] e daí, contornando as vilas e povoados sempre pelo Sul, até um ponto distante 10.000 metros na perpendicular do Oceano Atlântico [...]. Desse ponto fazendo um ângulo de 90° deflete para a direita em linha reta até um ponto distante de 10.000 metros na perpendicular ao Oceano Atlântico sobre a margem esquerda do rio Sauípe [...] e daí por esta margem até a foz [...] e desta segue à direita pelo Oceano Atlântico até o Ponto [...] (MATA DE SÃO JOÃO, 2003, p. 1).

Essas duas leis de números 181/2003 e 183/2003, respectivamente, foram de suma importância para a normatização da política do desenvolvimento sustentado do Distrito Turístico e Ecológico, o ordenamento, o parcelamento, e o uso e a ocupação do solo, objetivando orientar a ação do poder público e balizar as atividades do setor privado, no sentido de melhorar a qualidade da vida humana através da adequada utilização dos recursos naturais, mediante:

- Garantia da atividade cultural das comunidades pesqueiras, extrativistas e agrícolas remanescentes;
- Incentivo do desenvolvimento do turismo e suas atividades correlatas;

- Conservação dos ecossistemas, especialmente:
 - as remanescentes do bioma da Mata Atlântica;
 - os bancos genéticos importantes;
 - os pontos de identificação de tartarugas;
 - os mananciais vulneráveis;
 - a flora e a fauna (ver Anexo G / Figura 39, p.198)

A figura 39 do anexo G, refere-se ao mapa do município de Mata de São João, do atual plano de desenvolvimento urbano da região, matriz estratégica espacial da sede, interior e orla.

Apresenta características fundamentais no que tange a referências topográficas, como sede e povoado, povoados do interior, povoados da orla, sede urbana regional, turismo histórico, pólo cultural, histórico industrial, ecoturismo, agricultura orgânica, turismo e lazer dentre outros fatores que servirão para uma melhor interpretação, análise da pesquisa de campo para o estudo desta dissertação.

5 PESQUISA DE CAMPO

5.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA DE CAMPO

A abordagem utilizada na presente pesquisa foi predominantemente qualitativa, que requer uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais. Os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno complexo em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Assim, a presente pesquisa caracterizou-se, segundo os objetivos, como exploratória e os procedimentos de coleta através das formas de estudo de caso e pesquisa documental. (SANTOS, 1999)

Para haver uma maior coerência nos dados obtidos em todo processo de pesquisa utilizou-se ainda a pesquisa bibliográfica.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados para se obter as informações dos grupos sociais e órgãos públicos constituíram-se de questionários e, com o apoio da bióloga Naíma Teixeira Pinto da Fundação Garcia D'Ávila, na Praia do Forte.

A pesquisa exploratória, é uma primeira aproximação que permite uma visão mais ampla do fenômeno estudado, informando a real importância do problema, do estágio em que se encontra as informações já disponíveis, e até mesmo revelar ao pesquisador novas fontes de informação. (SANTOS, 1999)

Estudo de caso, é caracterizado pelo estudo profundo de um ou poucos objetos, permitindo assim, seu amplo e detalhado conhecimento. Devido a sua flexibilidade, é particularmente recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, sendo de maior utilidade, conseqüentemente, para as pesquisas exploratórias. (GIL, 1991)

Pesquisa bibliográfica, tem por finalidade conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre determinado assunto e assume o caráter de rotina, tanto para o pesquisador quanto para o profissional que necessita de atualização (TRUJILLO FERRARI, 1982)

A sua utilização nesta dissertação justifica-se por permitir encontrar as fontes, os livros e os materiais científicos, que são pertinentes para a realização do trabalho científico.

Pesquisa documental é um tipo de pesquisa que trabalha fontes de informações quando não receberam da organização, tratamento analítico e publicação, como por exemplo: tabelas estatísticas, relatórios e documentos informativos arquivados em repartições públicas e outras organizações (SANTOS, 1999)

Justifica-se a utilização de pesquisa documental nesta dissertação, devido ao grande número de informações sobre o tema provenientes de documentos oficiais.

O Questionário normalmente é utilizado para descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. Permite obter informações de um grande número de pessoas simultaneamente, em um tempo relativamente curto, tabular dados com maior facilidade e rapidez (SANTOS, 1999).

Utilizou-se o instrumento do questionário, pela necessidade de abranger uma área geográfica ampla e um grande número de pessoas.

Por se tratar de alguns povoados do município de Mata de São João – Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Fazenda Sapiranga buscou-se contatar com diretores de escola; representantes da Fundação Baleia Jubarte; da Fundação Garcia D'Ávila; biólogos Naíma Teixeira Pinto e Adriano Paiva, do Projeto TAMAR, e a população, aos quais foram aplicados os questionários.



Figura 32 - Fundação Baleia Jubarte em Praia do Forte/BA

Fonte: Aníbal Moutinho da Costa - 2008

Se aplicou dezessete (17) questionários, correspondendo a 53 respondentes. O período de coleta dos dados compreendeu os meses de abril, maio e junho de 2008. Foram apresentados três tipos de questionários (Apêndice A, B e C, p. 171 a 185). Os questionários foram individuais, aplicados pelo método de contato direto do pesquisador com a população e órgãos públicos.

As respostas aos questionários, em diversos momentos foram fornecidas com o auxílio de duas a quatro pessoas da mesma família, e, em outros momentos, por uma só pessoa, então, justificam-se os 53 respondentes.

Durante a pesquisa, buscou-se ter um quadro comparativo mais próximo da realidade, entre a população e a pesquisa de campo efetuada pelo autor desta dissertação.

Através da pesquisa de campo coletou-se um número de informações de caráter socioeconômico essenciais e, principalmente, informações de caráter pessoal, quando buscou-se basicamente:

- Identificar o perfil dos entrevistados;
- Identificar os conhecimentos de cada um em relação à Área de Preservação Ambiental – APA – Litoral Norte – LN, na qual situam-se os povoados abrangidos pelo estudo, inseridos no Plano de Manejo do meio ambiente e no Zoneamento Ecológico-Econômico delimitados pelo município de Mata de São João.

Os pontos básicos tratados durante o período das entrevistas se fundamentaram na percepção, no conhecimento, nos sentimentos, nas expectativas e propostas de cada um em relação à sustentabilidade física ambiental e ecológica como pressuposto dos pontos positivos e negativos relativos à APA-LN/BA.

Os entrevistados tiveram a liberdade de se expressarem como quisessem, buscando-se oferecer uma certa flexibilidade de tempo. Devido ao nível de escolaridade ser baixo, optou-se por ler as perguntas e anotar as respostas dadas, enquanto que, outros responderam diretamente no questionário, sob supervisão do autor desta dissertação.

Não se poderia deixar de mencionar que durante a trajetória da pesquisa de campo, surgiram diversas dificuldades para a obtenção de alguns dados que eram fundamentais, pois algumas pessoas não se dispunham a passar informações, especialmente os representantes dos órgãos públicos.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

Por meio da pesquisa em pontos secundários, se obteve resultados do Censo do IBGE (2000), referentes ao município de Mata de São João, para uma melhor interpretação e clareza no desenvolvimento desta dissertação, os quais constituem o quadro demográfico do município.

Assim, os dados correspondentes aos anos de 1991 e 2000, foram obtidos das estatísticas do Censo do IBGE (2000), ressaltando, de modo mais concreto, a sua evolução no período, com referência ao município de Mata de São João.

Segundo o Censo do IBGE (2000), durante os anos de 1991 – 2000, a população de Mata de São João cresceu a uma taxa média anual de 0,75%, passando de 30.535 em 1991 para 32.568 em 2000 (ver tabela 1).

TABELA 1 - População de Mata de São João por Situação de Domicílio, 1991 / 2000

	1991	2000	VAR. % 2000/1991
População Total	30.535	32.568	6,66
Urbana	24.143	24.969	3,42
Rural	6.392	7.599	18,88
Taxa de Urbanização	79,07%	76,67%	-2,40 pts.%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

A taxa de urbanização diminuiu 3,03%, passando de 79,07 % em 1991 para 76,67% em 2000.

Em 2000, a população do Município representava 0,02% da população do País.

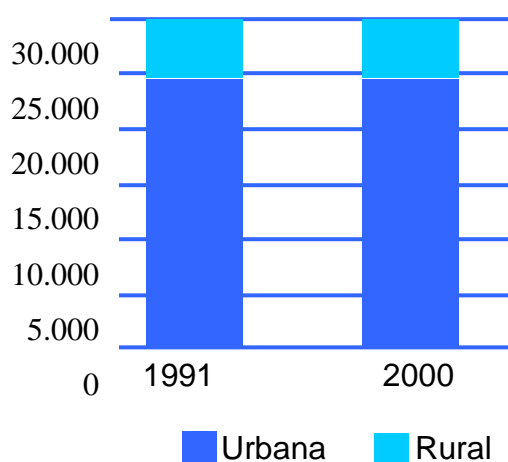


Figura 33 - Gráfico da População de Mata de São João por Situação de Domicílio – 1991/2000.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000.

A Figura 33, apresenta o Gráfico da População de Mata de São João por Situação de Domicílio – 1991/2000, Nos anos de 1991 e 2000, possibilitando uma visualização dos dados da Tabela 1, página 150.

Na Tabela 2, tem-se os resultados da distribuição da população residente, por sexo e situação do domicílio em Mata de São João (sede) e o povoado Açu da Torre.

TABELA 2 - População residente por sexo e situação do domicílio em Mata de São João – 1991/2000

Município e Distrito	Sexo	Situação do domicílio	Ano		VAR. % 2000/1991
			1991	2000	
Mata de São João – BA (Sede)	Total	Total	30.535	32.568	6,66
		Urbana	24.143	24.969	3,42
		Rural	6.392	7.599	18,88
	Homens	Total	15.340	16.382	6,79
		Urbana	11.923	12.318	3,31
		Rural	3.417	4.064	18,93
	Mulheres	Total	15.195	16.186	6,52
		Urbana	12.220	12.651	3,53
		Rural	2.975	3.535	18,82
Açu da Torre - Mata de São João - BA	Total	Total	3.040	6.142	102,04
		Urbana	1.881	3.290	74,91
		Rural	1.159	2.852	146,07
	Homens	Total	1.557	3.148	102,18
		Urbana	966	1.662	72,05
		Rural	591	1.486	151,44
	Mulheres	Total	1.483	2.994	101,89
		Urbana	915	1.628	77,92
		Rural	568	1.366	140,49

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Não foi possível obter-se os dados do Censo Demográfico do IBGE para os povoados de Santo Antônio e Praia do Forte, face aos dados estatísticos estarem agregados para a sede do município de Mata de São João. A situação de domicílio entre os homens, no ano de 2001, foi a seguinte: 11.923 residente na área urbana (77,72%) e 3.417 residentes na área rural (22,28%).

Quanto às mulheres registrou-se, em 2001, 12.220 na rede urbana (80,42%) e 2.975 na rede rural (19,58%). No ano de 2000, o município apresentou uma população

entre homens e mulheres, na rede urbana e rural, distribuída da seguinte forma: 12.318 homens na rede urbana (75,19%) e 4.064 na rede rural (24,81%); 12.651 mulheres na rede urbana (78,16%) e 3.535 na rede rural (21,84%).

A Tabela 2, apresenta ainda, com referência ao distrito Açú da Torre, de Mata de São João/BA., no ano de 1991, a situação do domicílio, dos homens na rede urbana-966 (62,04%), e na rede rural-591 (37,96%), e das mulheres na rede urbana-915 (61,70%), e na rede rural-568 (38,30%). Com relação ao ano de 2000, os homens apresentaram na rede urbana 1.662 pessoas (52,80%), e na rede rural 1.486 (47,20%). As mulheres, neste mesmo ano apresentaram os seguintes números: na rede urbana, 1628 pessoas (54,38%) e na rede rural 1.366 (45,62%). Neste distrito de Açú da Torre, as variações porcentual, entre os anos 2000 e 1991 entre homens e mulheres, na rede urbana e rural, situaram-se respectivamente, em: 72,05%; 151,44%; 77,92% e 140,49%. Chegando-se à conclusão de que houve um acréscimo maior, em termos relativos, na população rural do Distrito, a exemplo do que ocorreu na sede do município de Mata de São João.

No Anexo B, visualiza-se a população residente de, 2000 a 2008, conforme estimativas do IBGE, mostrando a evolução do número de habitantes do município de Mata de São João, neste período.

No Anexo C, originado do Censo Demográfico 2000, do município de Mata de São João – Resultados do Universo, é possível analisar-se a dimensão da população residente, por grupos de idade.

De acordo com os indicadores de longevidade, mortalidade infantil e fecundidade, entre os anos de 1991 e 2000, conforme a Tabela 03, p. 154, a taxa de mortalidade no município, envolvendo todos os povoados, diminuiu 30,11%, passando de 75,52 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 52,78 (por mil nascidos vivos) em 2000; com a esperança de vida ao nascer crescendo 3,50 anos passando de 58,64 anos em 1991 para 62,14 anos em 2000. A taxa de fecundidade total (filhos por mulher) em 1991 foi de 4,00, e em 2000 de 2,40. A variação 2000/1991 foi - 40,00% na taxa de fecundidade total (filhos por mulher). Tais resultados demonstram que o município está investindo na saúde, que é um fator prioritário para os municípios.

TABELA 3 - Indicadores de longevidade mortalidade e fecundidade de Mata de São João, 1991/2000

	1991	2000	VAR% 2000/1991
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos, 1991 e 2000)	75,52	52,78	-30,11
Esperança de vida ao nascer (anos)	58,64	62,14	5,97
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,00	2,40	-40,00

Fonte: IBGE, 2000.

Segundo a Secretaria do Planejamento e Urbanismo do município de Mata de São João/BA. (MATA DE SÃO JOÃO, 2008), a prefeitura local está empenhada em desenvolver os serviços básicos como água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e outros serviços básicos para a população, por isso os dados apresentados na Tabela 4, demonstram crescimento nesses serviços. A variação em, pontos percentuais, sobre os anos de 1991 e 2000 são, respectivamente, 10,2; 7,8 e 41,2.

TABELA 4 - Acesso a serviços básicos Município de Mata de São João/BA, 1991/2000

	1991	2000	VAR. 2000/1991 em pts. %
Água encanada (%)	42,5	52,7	10,2
Energia elétrica	85,2	93,0	7,8
Coleta de lixo*	29,7	70,9	41,2

Fonte: Mata de São João, 2008.

* Somente domicílios urbanos.

No momento existe um fator preocupante para a coleta do lixo no município de Mata de São João, porque, como visto na Tabela 4, houve uma melhoria bastante substancial na coleta do lixo, passando de 29,7 % em 1991 para 70,9 % em 2000. Considerando a região da APA-LN da Bahia, na qual se inserem alguns povoados com enorme relevância para atividades turísticas, ainda existe uma certa precariedade nesses serviços de utilidade pública, sendo visível muito lixo às margens da lagoa, com o próprio turista representando o maior desafio para a sustentabilidade do meio ambiente na APA-LN, desde quando muitos deles não têm a preocupação com o ecossistema sistema e a sustentabilidade da região.

Devido a novas atividades de empreendimentos em vários setores na região litorânea da Bahia, a população passa a ter um poder aquisitivo melhor, isto é, mais poder de compra e assim também um padrão de vida mais digno.

Segundo Mattedi (2002) a construção civil aparece na estrutura produtiva, ao longo de todo o litoral, atribuída à construção de casas de veraneio, mais especialmente em Mata de São João, tem ocupado 20% da população em função da demanda das construções ligadas diretamente ao turismo. E de acordo com o grau de importância econômica vem, em seguida, as atividades relacionadas à hospedagem e à alimentação. O turismo, apesar do incremento do número de empregos, destina à população local, em geral, funções menos qualificadas nas áreas de limpeza e segurança.

Pode-se observar, na Tabela 5, referente ao acesso a bens de consumo que, entre 1991 e 2000, houve um aumento considerável do poder aquisitivo da população de Mata de São João.

TABELA 5 - Acesso a bens de consumo Município de Mata de São João / BA, 1991/2000

	1991	2000	VAR. 2000/1991 em pts. %
Geladeira	50,0	69,7	19,7
Televisão	53,8	76,4	22,6
Telefone	7,7	18,6	10,9
Computador	ND	2,6	-

Fonte: IBGE, 2000.

A Tabela 5 apresenta dados estatísticos fornecidos pelo IBGE (2000), demonstrando que a população passou a ter uma melhoria no poder aquisitivo, devido às ações de investimento realizadas pelo Órgão Municipal em saúde e escolaridade, a um maior nível de emprego nos diversos segmentos da economia, durante o período entre os anos de 1991 e 2000.

Do ponto de vista social, pode se considerar que a população residente na região é na sua maioria, jovem, pobre e com baixo nível de escolaridade. Segundo relatório socioeconômico do PRODESU (2001a), mais da metade da população (53%) tem idade inferior a 20 anos. No âmbito social os indicadores estatísticos mostram que durante a década de 1990 houve uma melhoria no Indicador de Vulnerabilidade Familiar (ver Tabela 6).

TABELA 6 - Indicadores de vulnerabilidade familiar do Município de Mata de São João/BA, 1991/2000

	1991	2000	VAR. 2000/1991 em pts. %
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0,9	-
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	13,4	12,0	-1,4
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2sal.min	70,6	64,8	-5,8
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	11,6	8,3	-3,3

Fonte: IBGE, 2000.

A tabela 6 apresenta indicadores de vulnerabilidade familiar do município de Mata de São João/BA., entre 1991 e 2000, os quais demonstram que os mesmos reduziram-se no ano de 2000, em pontos percentuais, refletindo resultado sociais positivos devido às políticas públicas implantadas no Município nas áreas de educação, saúde e social, em seu conjunto.

Na Tabela 7, apresenta-se os dados referentes à área de segurança pública, entre os anos de 1994 e 2008, do Município de Mata de São João.

**TABELA 7 - Segurança Pública do Município de Mata de São João/BA,
1994/2008**

	1994	2008	VAR. 2008/1994 em %
Homicídios dolosos	-	02	-
Homicídios culposos	-	01	-
Tentativa de homicídio	01	04	300
Lesões corporais dolosas	-	08	-
Lesões corporais culposas	09	98	989
Suicídio	-	-	-
Outras ameaças	05	146	2.820

Fonte: Bahia, 2008.

Só foi possível se obter os números que se apresentam na Tabela 7, bastante difícil conseguir informações referentes à área da Segurança Pública. Os dados são alarmantes, principalmente os referentes às tentativas de homicídios – crescimento de 300%; lesões corporais culposas de 989% e outras ameaças – de 2.820%. Por ser uma região bastante convidativa, o fluxo de turistas, estimula as pessoas de má índole a freqüentá-la, facilitando as ações de delinqüências. Reserva-se, no entanto, a influência nesses percentuais da dificuldade e precariedade no levantamento, registro e acompanhamento dos respectivos dados, em 1994.

Na tabela 08, apresenta-se os dados referentes aos indicadores de renda, pobreza e desigualdade do município de Mata de São João, entre os anos de 1991 e 2000.

**TABELA 8 - Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade do Município de
Mata de São João/BA, 1991/2000**

	1991	2000	VAR. 2000/1991 %
Renda per capita (R\$ de 2000)	91,3	128,1	40,31
Proporção de pobres (%)	60,2	49,9	-10,30 (pts. %)
Índice de Gini	0,54	0,56	3,70

Fonte: IBGE, 2000.

A renda per capita do município cresceu 40,31% no período, passando de R\$ 91,30 em 1991 para R\$ 128,11 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em Agosto de 2000) diminuiu 10,30 pontos percentuais, passando de 60,2% em 1991 para 49,9% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,56 em 2000. Isso demonstra que apesar do aumento da renda per capita e da redução na proporção de pobres, o crescimento da desigualdade revela uma distribuição não equitativa da renda gerada em Mata de São João, durante a década de 1990.

A Tabela 9 mostra os indicadores de desenvolvimento humano no município de Mata de São João, segundo o IBGE – Censo Demográfico de 2000, entre 1991 e 2000.

TABELA 9 - Desenvolvimento Humano do Município de Mata de São João/BA, 1991/2000

	1991	2000	VAR. 2000/1991 %
Índice de desenvolvimento humano municipal	0,584	0,671	14,90
Educação	0,665	0,812	22,11
Longevidade	0,561	0,619	10,34
Renda	0,526	0,583	10,84

Fonte: IBGE, 2000.

No período entre os anos de 1991 e 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Mata de São João cresceu 14,90%, passando de 0,584 em 1991 para 0,671 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 22,11%, seguida pela Renda, com 10,84% e pela Longevidade, com 10,34%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 – IDH) foi reduzido em 20,91%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 19,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 11,4 anos para alcançar Salvador (BA), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,805), no ano 2000.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Mata de São João é 0,671. Segundo a classificação do PNUD, o Município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Mata de São João apresenta uma situação desfavorável: ocupa a 3.434ª posição, sendo que 3.433 municípios (62,3%) estão em situação melhor e 2.073 municípios (37,7%) estão em situação pior ou igual.

Ainda com relação ao IDH-M, em comparação com os demais municípios do Estado, Mata de São João apresenta uma situação boa: ocupa a 58ª posição, sendo que 57 municípios (13,7%) estão em situação melhor e 357 municípios (86,3%) estão em situação pior ou igual. Assim, quanto mais próximo o indicador de 1, maior o desenvolvimento humano na região do município de Mata de São João/BA. O poder público do município tem investido recursos financeiros, principalmente na região litorânea, visando reverter tais investimentos na melhoria de qualidade de vida da população do Município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do desenvolvimento sustentável e a importância da Agenda 21 desde a Rio 92, têm se mostrado cada vez mais essenciais nas discussões das organizações Federal, Estadual e Municipal, em todas as suas instâncias, e da sociedade de um modo geral, na busca de uma melhoria da qualidade de vida e de um crescimento econômico que não destrua os recursos da própria natureza e dos seres humanos. A sustentabilidade ambiental, assim, vem se tornando imprescindível para dar forma a questões decisórias, assim como às ações governamentais, especialmente no âmbito municipal.

Desenvolvimento sustentável, gestão ambiental ou Agenda 21 trabalham, especialmente, com os conceitos de conservação da natureza, qualidade de vida. Conservação, fundamentalmente dos recursos naturais e do meio ambiente como um todo; qualidade de vida, buscando a efetiva erradicação da pobreza, o respeito à cultura local e a diminuição das desigualdades; e parceria, realçando o aumento da autoridade local e da democracia em todas as esferas do poder, envolvendo de forma paritária governo, sociedade e empresas.

O desenvolvimento desta dissertação se concretizou para base teórica utilizada, incluindo-se os conceitos originados pela Comissão Brundtland, e os resultados da Rio 92, além das propostas de participação da comunidade no poder local.

O referencial deste estudo voltou-se para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia, nos povoadas de Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Fazenda Sapiranga, do município de Mata de São João - Bahia.

Buscou-se, através da pesquisa, analisar a efetividade dos programas de desenvolvimento sustentável na Área de Proteção Ambiental – APA – Litoral Norte da BAHIA, tendo como referência as ações do PRODESU, durante o período de 1992 a 2007.

A metodologia aplicada à pesquisa, mostrou-se adequada à sua proposta. O levantamento no município de Mata de João, trouxe subsídios para a elaboração desta dissertação.

Pela grande diversidade das atividades de desenvolvimento sustentável no município de Mata de São João, no qual estão inseridos diversos povoados no interior da APA-LN da BAHIA, a região e a temática merecem estudos mais aprofundados. Partindo deste ponto, pode-se afirmar que esta dissertação constitui apenas uma ação inicial para se explorar essa realidade, até porque com as diversas mudanças na política de governo tanto municipal como estadual, por ocasião de eleições e, com o crescimento da abordagem ambiental em todos os níveis, torna-se importante comparar resultados e identificar a evolução, ou não, das ações do Município sobre o assunto.

A região é bastante frágil, por ter uma dimensão bastante ampla se torna vulnerável ao desmatamento, à especulação imobiliária e outras agressões ao próprio meio da natureza. São evidentes as modificações socioeconômicas, culturais, nem sempre positivas, na Região do Litoral Norte da Bahia,

A associação do turismo com a questão ambiental teve sucesso, embora ainda de forma parcial, com a institucionalização da nova Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei nº 6938, em 31 de Agosto de 1981, que definiu com clareza as diretrizes capazes de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, a exemplo da criação das Unidades de Conservação.

Segundo Alban (2006, p. 13), “[...] complexo de Praia do Forte é um exemplo de desenvolvimento turístico sustentável”. Iniciado nos anos 1980, o complexo vem crescendo desde então, de maneira razoavelmente equilibrada. As razões para o sucesso de Praia do Forte decorrem pelo fato dela ter tido um único dono, o paulista e neto de alemão, Klaus Peter, que ao final dos anos 1970, comprou a antiga fazenda de Praia do Forte, desenvolvendo-se a partir daí o enorme potencial turístico da região. Este empresário, já nos anos 1980, não só construiu um resort à beira-mar, como criou a Fundação Garcia D’Ávila para planejar e gerenciar o desenvolvimento da área.

Hoje esse sucesso deve-se portanto, à ação da Fundação Garcia D'Ávila em toda a Praia do Forte, sob a administração de dois biólogos Adriano Paiva e Naíma Teixeira Pinto, que vêm desenvolvendo diversos projetos no campo de preservação ambiental.

Nos anos 1990, quando da implantação da BA-099, o Governo Estadual criou o Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Litoral Norte da Bahia – PRODESU - APA-LN/BA, como forma e estratégia de preservar o meio ambiente na região e para possibilitar o incremento do desenvolvimento do turismo, devido às características típicas da mata atlântica, propiciando o lazer e o conforto ao turista. Mas, até a década de 1990 a economia era bastante pobre, devido à dificuldade do acesso à região do Litoral Norte da Bahia.

Após a ampliação da BA-099, configurando a chamada Linha Verde, tudo mudou, deixando vulnerável todos os ecossistemas da região e, a partir desse momento, já com o programa desenvolvido, se resolveu colocá-lo em prática na APA-LN/BA para que as medidas efetivas pudessem garantir a sustentabilidade dos ecossistemas da região. Conforme a pesquisa de campo em 2008, verificou-se que a área mais protegida, e que levando a sério as diretrizes do programa do Prodesu, é a Praia do Forte, pela ação efetiva da Fundação Garcia D'Ávila.

Mas, ao longo da APA-LN/BA., vem crescendo a ação imobiliária, tanto em residências como em hotéis, restaurantes e pousadas. É notório, o desenvolvimento rápido do processo de ocupação da área litorânea, isso demanda uma ação efetiva das instituições públicas, municipais, estaduais e federais.

O município apresenta uma região litorânea bastante propícia à ambiência empreendedora local, face a grande demanda de turistas de diversas partes do país e também do exterior.

Por ser uma região localizada na APA-LN/BA, os empreendedores do setor turístico local precisarão disseminar cadeias produtivas comprometidas com práticas relativas ao meio ambiente, mantendo um relacionamento ético através de práticas

ambientalmente responsáveis, na tentativa de não acarretar o denominado “passeio ambiental”, por meio de multas, indenizações e outros gastos que possam comprometer a saúde econômica e financeira do empreendimento. Além disso, buscar a diminuição dos custos relativos ao desperdício e à má utilização dos recursos disponíveis, os empreendedores precisam estar atentos à questão ambiental, ampliando as oportunidades de obtenção de ganhos de imagem e marketing, divulgando a beleza e a ciência da paisagem e dos recursos naturais disponíveis no local, reconhecidos pela sociedade, e garantindo a própria sobrevivência no longo prazo, face aos recursos naturais serem finitos, exigindo atitudes com parâmetros de sustentabilidade.

Portanto, é necessário que a adoção de valores ambientais esteja inserida na responsabilidade social dos empreendimentos turísticos locais, representando uma mudança cultural e comportamental baseada na educação, no diálogo e na sua influência junto aos atores sociais locais, não se caracterizando apenas como o cumprimento de legislação e projetos de preservação do meio ambiente.

A implementação de práticas ambientais corretas pelos empreendedores da atividade turística são sempre interessantes e necessárias, até porque a legislação brasileira garante o direito do cidadão ao meio sadio. O meio ambiente é um bem público de uso comum. Segundo o Artigo 225 da Constituição Brasileira

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações. (VIEIRA, 1995, p. 49)

É notório a preferência dos governos municipal, estadual e federal, pelos grandes projetos de investimentos em todos os segmentos da economia nacional, mas também é válido sugerir que as diversas instâncias governamentais viabilizem programas e empreendimentos locais de menor estrutura, que sejam confiáveis e, responsáveis e que possam promover o desenvolvimento sustentável regional e local. Nesse contexto, há necessidade que os poderes municipal, estadual e federal, incorporem o compromisso de viabilizar os processos de implantação das Agendas

21, as ações são mencionadas no discurso político e esquecidas quando deveriam ser postas em marcha.

O CRA (Centro de Recursos Ambientais) assim como a CONDER (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, são responsáveis pela fiscalização da APA-LN/BA, e pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável, PRODESU.

Pelo crescente desenvolvimento turístico e econômico na região da APA, deve-se manter preservados e “intocáveis”, esses espaços considerados como ZPR – Zona de Proteção Rigorosa, no entanto, o governo esquece disso, e dá como prioridade o desenvolvimento turístico da região.

A fiscalização é bastante precária, não há condições de uma fiscalização ambiental e muito menos o respeito, a obediência e o caráter do cumprimento às leis vigentes, principalmente por parte dos pequenos, médios e grandes empreendimentos.

As fotos aéreas (ver Anexos 5 a 7/Figuras 36 a 38) mostram a dimensão da degradação ao meio ambiente da APA-LN/BA, fazendo jus às megas construções, com intuito econômico, deixando no esquecimento a sustentabilidade local ambiental. Caso as medidas não sejam tomadas de imediato, em poucos anos se terá o fim de mais uma APA e da própria riqueza cultural e ambiental que no momento atrai o turista. Nessa perspectiva, as ações do PRODESU não vêm sendo cumpridas em sua plenitude, como se planejou e se desejaria.

Recomenda-se uma maior fiscalização e empenho por parte dos poderes públicos, criando e melhorando os programas socioambientais, bem como que toda a sociedade seja trabalhada e esteja imbuída, conscientemente, na preservação da região do litoral norte da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALBAN, Marcus. A insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso da Praia do Forte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES EM GLOBALIZATION E TERRITÓRIO, 9., 2006, Bahia Blanca. [Anais...]. Bahia Blanca: UNS, 2006. 17p.

ANDRADE, J. C. S. et. al. **Conflitos socioambientais**: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. Salvador: NPGA/UFBA, 2002.

ANDRADE, R. O. Gestão ambiental e o ensino superior de administração no Brasil. **Revista Angrad**, v. 1, n. 1, p. 1-9., jul/set., 2000.

ANDRADE, R. O.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000. 206 p.

AZEVEDO, Marta de. **Turismo, o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

BAHIA. Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento e ordenamento territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia**. Salvador: Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos: Centro de Recursos Ambientais, 2005.

BAHIA. Governo do Estado. **Programa de desenvolvimento sustentável para a área de proteção ambiental do Litoral Norte da Bahia**. Salvador: ABC-MRE: DFID, 2001a. Disponível em: <<http://www.conder.ba.gov.br/prodesu.htm>>. Acesso em: 17 ago 2008.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. **Indicadores de Segurança Pública do Município de Mata de São João/BA**: 1994-2008. [Salvador], 2008.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BOEIRA, Sérgio Luis. Agenda 21 e política nacional de meio ambiente. **Jornal Estadão**. São Paulo, 26 out. 2001. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ciencia/colunas/aspas/2001/out/26/57.htm>>. Acesso em: 20 set. 2007.

BRANDON, K. **Ecotourism and conservation**: a review of key issuer. Washington, D. C.: The World Bank/Global Environment Division, 1996.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Educação ambiental no Brasil: informe geral. In: MEDINA, Nana Mininni; LEITE, Ana L. T. A. **Educação ambiental**: curso básico à distância : documentos e legislação da educação ambiental . Brasília: Programa Nacional de Educação Ambiental, 2000b.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 08 set. de 2005.

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000c. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 08 set. de 2005.

BRASIL. Lei nº 6.902, 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1981. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 08 set. de 2005.

BRASIL. Lei nº 6.938, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 1981b. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 08 set. de 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cidades Sustentáveis**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, 2000a. 155p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla**: fundamentos para a gestão integrada. Brasília, 2002b. Vol. 1. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/projetoorla>>. Acesso em: 17 ago. 2008

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla**: guia de implementação. Brasília: 2005. Vol. 4. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/projetoorla>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João. B. D. **Democratização e gestão ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. 3ª ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2002.

BUARQUE, S. C. **Agenda 21 brasileira**: encontro regional do Nordeste. Colaboração de Ester M. de Souza e Lucila Bezerra. Fortaleza: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

CAMAÇARI. Prefeitura Municipal. **Plano piloto da orla marítima**. Camaçari: Comissão de Planejamento da Orla Marítima, 1985.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991a. 430p.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. **26 princípios da Conferência Estocolmo**. 1991. Disponível em: http://www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/DirHumanos/dec_Estocolmo.htm. Acesso em: 28 dez. 2008.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Zoneamento ecológico econômico da APA do Litoral Norte da Bahia**. [Salvador], 1995b.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Área de proteção ambiental do Litoral Norte**: relatório síntese do plano de manejo. Salvador, 1995.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Macro zoneamento da APA do Litoral Norte da Bahia**. [Salvador], 2001.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992 jun. 03-14, Rio de Janeiro, RJ. **Agenda 21**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000. 598 p.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção Turismo).

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 2.ed. rev. e amp. São Paulo: Gaia, 1993.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

ECOREPORT. Departamento Ambiental. **Comunidade ecoturística: modelo do desenvolvimento sustentável**. Praia do Forte, BA: Fundação Garcia D'Ávila, 2005.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Totalmente rev. E ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza. Fundação Garcia D'Ávila. In: BAHIA. Prefeitura Municipal de Mata de São João. **Plano de manejo do Parque Natural Municipal da Restinga de Praia do Forte**. Brasília, 1987. 143p.

FUNDAÇÃO GARCIA D'ÁVILA. **Acervo literário para pesquisa científica**. Praia do Forte – BA, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. Cap.4, p.45-62.

GOTTMMAN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University of Virginia. 1973. 169 p.

GUIMARÃES, Jr., R. A. ECO-92 e o direito ecológico no Brasil. In: BEGOSSI, Alpina et al. **Eco-92 e o Brasil na CNUMAD-92: comentário sobre os subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional**. Campinas: Nepam-Unicamp. 1992.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **O IBAMA e sua história**. 2001. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/historico>>. Acesso em: 17 out. 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população do município de Entre Rios e Mata de São João, 1970, 1980, 1981, 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IUCN, Parks for biodiversity: policy guidance base don experience. Um século de favela. **IUCN**, Suíça, v. 2, n. 3, 1991.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002 (Coleção Turismo).

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995. p. 15-43.

LEROY, Jean-Pierre; ACSELRAD, Henri. Novas premissas para a construção de um Brasil sustentável. In: RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 183-210.

LOPES, Ignez et al. **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 12 ed. São Paulo: FGV, 2002.

LOPEZ, Gallero A. El impacto de la globalización sobre el turismo. In: RODRÍGUEZ, A. A. B. (Org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 33-38 (Geografia: teoria e realidade).

LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALHÃES, Denise Silva. **Cartografia e geoprocessamento na análise e gestão de sistemas rodoviários: BA-099 e sua área de influência direta**, 2003. 219 p. Dissertação (Mestrado em Análise Regional), Universidade Salvador, Salvador – BA.

MATA DE SÃO JOÃO. Lei municipal nº 181, de 01 de agosto de 2003. Cria a área urbana do litoral do Município de Mata de São João e dá outras providências. **[Diário Oficial do Estado da Bahia]**, Salvador, 04 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.cmmsj.ba.gov.br/legislacao.php?ano=0>>. Acesso em: 17 out. 2008.

MATA DE SÃO JOÃO. Secretaria de Planejamento e Urbanismo. **Acesso à serviços básicos do Município de Mata de São João/BA**. 2008.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **Diagnóstico socioambiental da área de proteção ambiental do Litoral Norte – APA LN**. relatório resumido. Salvador: Unifacs: Conder, 1999.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **Sociedade e meio ambiente no Litoral Norte da Bahia: transição para a (in) sustentabilidade**. Salvador: Unifacs, 2002. v. 7.

MENDES, Waleska. **Programa de educação ambiental utilizados em planos diretores de limpeza urbana: análise da sua implementação em cidades da Bahia**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Engenharia Ambiental Urbana. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. M. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-25.

MORAES, Walfrido. **A senhorial casa da torre**. Origem dos latifundiários da elite no

Brasil – Colônia, 2001.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Turismo y desarrollo local sostenible: elemento para un debate. In: **Noticias Delnet** – Centro Internacional de Formación de la OIT, n.24, 2004. Disponível em: <http://www.world-tourism.org>. Acesso em: 17 out. 2008.

PRODESU - Programa de Desenvolvimento Sustentável para Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia. **Relatório síntese**. [Salvador]: CONDER, 2001a. 56p.

PROJETO Tamar ICMBio, [Salvador]: Fundação Pró-Tamar, 2008. (folheto).

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

REVISTA aniversário da cidade: 162 anos de emancipação do Município de Mata de São João. Mata de São João (BA): Prefeitura Municipal, 2008.

RICKLEFS, R. E.; NAVEH, Z.; TURNER, R. E. **Conservation of ecological process**. Tradução Patrícia Mousinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastri (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2001.

SÁ, Rosa M. Lemos de; FERREIRA, Leandro (Coord.). **Áreas protegidas ou espaços ameaçados? o grau de implementação e vulnerabilidade das unidades de conservação federais brasileiras de uso indireto**. Brasília: WWF Brasil, 1999. (Série Técnica WWF Brasil, v.3).

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. Trad. por Dolores Martin Rodrigues Corner. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, Antonio R. dos. Tipos de pesquisa. In: _____. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. p.21-31.

SARNEY FILHO, J. Explicando a Agenda 21. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 02 set. 2001. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ciencia/coluna/aspa/2001/nov/02/15.htm>. Acesso em: 15 set. 2007.

SASAKI, Karen Michelly Moraes. **Turismo e sustentabilidade: a experiência da associação de artesãos de Porto de Sauípe – BA**. 2005. Dissertação. (Mestrado) - Análise Regional. Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2005.

SEABRA, Giovani de Farias. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

SILVA, Jorge A. S. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil: modelo do pólo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 17. n. especial, jan., 2006.

SILVA, Luiz Alberto Mattos. Piaçava – 500 anos de extrativismo. In: SIMÕES, L. L. e LINO, C. F. (Org.). **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: SENAC, 2002.

STIFELMAN, Golde Maria. **Sauípe em três tempos: em processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia**. 1997. 157f. Dissertação (Mestrado) – Sociologia. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 1997.

TAVARES JR, João Medeiros. **Uma aplicação da metodologia de análise do valor e a verificação dos valores ambientais do processo produtivo numa empresa setor cerâmico catarinense**. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TORMO, Cristina Garcia. O ecotyen. El papel de las organizaciones no gubernamentales anti la política ambiental. **El socialismo del futuro**, Madri, n. 8, p. 99-106, 1993.

TRANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational, concepts and terms. **Ecology**, v.16, n.3, p.284-307, jul., 1935.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. O levantamento de dados. In: _____. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. Cap.8, p.209-233.

UEDA, Vanda. Território, desenvolvimento local e turismo: discutindo conceitos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2., 2004, Caxias do Sul. **Anais....** Caxias do Sul: UCS, 2004.

UNESCO. **La educación ambiental: las grandes orientaciones de la Conferência de Tbilisi**. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1980.

VERA, F. (Dir). **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

VIEIRA, P. F. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E., et. al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995. p. 45-97.

VIOLA, Eduardo J. A problemática ambiental no Brasil (1971-1991): da proteção ambiental ao desenvolvimento sustentável. In: GRIMBERG, Elisabeth (org). **Ambiente Urbano e Qualidade de Vida**. São Paulo: Polis, 1991. (Publicações Polis, n.3). Edição Especial ECO 92, 120p.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO 1

Este questionário tem como objetivo conhecer um pouco mais esta região no presente e no passado, haja vista que ao longo de quase 15 anos após a construção da rodovia BA-099, muita coisa em nível de sustentabilidade ambiental, socioeconômica e cultural, vem sofrendo modificações, para isso gostaria de saber das pessoas aqui residentes (Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Sapiranga) que conhecem estes lugares há bastante tempo, as informações importantes deste questionário, que irão ser de grande valia na elaboração e desenvolvimento da minha dissertação de mestrado.

1. Seu nome:

2. Sua idade:

3. Residência:

4. Há quantos anos mora nesta região?

5. Como era a vida nesta região no período dos anos 1960 a 1990?

6. Na década de 1990, foi construída a rodovia BA-099, a chamada Linha Verde. Como ficou esta região após a chegada desta rodovia até os dias atuais?

7. Como era nesta região no período dos anos 1960 a 1980 os serviços da agricultura, pecuária, pesca, artesanato e outras atividades?

8. Qual é a atividade mais forte da região?

9. Como está o turismo na região?

10. Quais os serviços mais procurados nesta região?

11. A especulação imobiliária é muito grande nesta região? Existem conflitos com moradores locais e as pessoas que vêm de fora? O que você tem a dizer?

12. O que os moradores tem feito para proteger a APA-LN/BA?

13. Existem órgãos municipais, estaduais, ONGs ou outras entidades que buscam orientar, e informar a população no sentido da necessidade da conservação da APA? O que propõem esses órgãos e entidades?

14. Quais os programas implantados na região para a conservação e sustentabilidade da APA?

15. Quantas escolas a região de _____ possui? Quais são as séries e níveis atendidos?

16. Há falta de professores?

17. Os alunos dessas escolas recebem aulas, ou orientações para a preservação ambiental na região de _____?

18. Quais são os programas implantados para a conservação e sustentabilidade da APA?

19. A fiscalização ambiental, de que forma atua no sentido de manter a sustentabilidade local, e quais os recursos utilizados para este fim?

20. Existe algum posto do IBAMA, ou da Polícia Florestal na região?

21. Existem grandes áreas de desmatamento e agressão ao meio ambiente? Em caso afirmativo, como isso se dá? E qual a reação da população?

22. Qual o tipo de vegetação na região de _____?

23. Quais as espécies de animais silvestres na região? Existem animais na região que já estejam na linha de extinção?

24. Existem caçadores nesta região?

25. Já houve ou existem problemas com terras nesta região de _____? E o que acontece?

26. Quais os órgãos públicos aqui na região?

27. Há muitos desempregados?

28. Qual a atividade que as pessoas mais se dedicam para a sua sobrevivência?

29. As pessoas procuram mais desenvolver as suas atividades profissionais na região de Salvador, Sauipe, Praia do Sauipe ou Sergipe. Você sabe porquê isto acontece?

30. A segurança pública, como vem atuando na região? O que a população local tem a dizer?

31. Existe muita marginalidade na região de _____?

32. Como é feito o saneamento básico das residências?

33. Na região existe alguma estação de tratamento de resíduos?

34. A energia elétrica, chega a toda a população desta região?

35. O transporte público ou privado, tem prestado serviços condizentes com as necessidades da população local?

36. Quais os órgãos públicos na região?

37. Como é feita a coleta do lixo doméstico? Em quantas vezes por semana é realizado este serviço? Para onde é levado esse lixo?

38. Como é feita a manutenção e a limpeza nas ruas da cidade? Quem administra esses serviços?

39. Quantos postos de saúde e hospitais têm a região? Quais os períodos de funcionamento?

40. Qual a média de restaurantes e hotéis nesta região?

41. Existem outros meios de hospedagem oferecidos aos turistas que visitam esta região?

42. Quais os serviços imediatos que a Prefeitura oferece aos turistas?

43. Qual a maior atividade de atuação no sentido de melhorias e benfeitorias para esta região?

44. Quais as indústrias ou outras modalidades de serviços que empregam os moradores da região?

45. Quais as linhas no âmbito da sustentabilidade ambiental que existem nesta região?

46. Existem grandes estudos e pesquisas nesta região, realizados por universidades ou outros órgãos, com interesse científico?

47. A Fundação Tamar, se tornou um órgão relevante na preservação das tartarugas marinhas. Como é desenvolvido este papel, quais os recursos financeiros e materiais que esta instituição dispõe para levar avante este magnífico empreendimento, com reflexo na educação ambiental?

48. Existe algum órgão da marinha nesta região? Caso afirmativo, como este órgão atua na fiscalização de embarcações?

49. Existem ONGs trabalhando em parceria com o município de Mata de São João no sentido de manter a sustentabilidade ambiental na APA?

50. Como os órgãos municipais vêem a APA após 15 anos de construção da Linha Verde – rodovia BA- 099?

51. Quais são os desmembramentos (recursos, ações para fiscalização, frota, outros) no sentido de manter a sustentabilidade e preservação ambiental nas regiões de Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Sapiroanga?

52. Existe algum planejamento e ação de trabalho para o reflorestamento da APA nas regiões anteriormente citadas? Quais os territórios que vêm sendo alvo de impactos ambientais resultantes da ação das chuvas, erosão, desmatamento e outros?

53. Como os órgãos municipais vêm a implantação da BA-099 e quais as vantagens e desvantagens que essa rodovia trouxe dentro dos limites dos povoados de Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Sapiroanga?

54. Qual a importância do turismo para esta região, no aspecto econômico?

55. Que tipo de parceria existe entre o Prodesu e a Secretaria de Gestão Ambiental do Município de Mata de São João?

56. O que a prefeitura de Mata de São João tem feito para atrair turistas para estes povoados?

57. Qual a atividade de maior contribuição de renda econômica desses povoados para os cofres públicos de Mata de São João?

58. O que tem mais a dizer, sobre o município de Mata de São João e as regiões Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Sapiroanga?

59. Qual o apoio social e econômico que a Prefeitura oferece aos proprietários de transporte, à rede pesqueira, à agricultura, à pecuária e outros?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2

1. Quantos funcionários públicos a Prefeitura Municipal tem hoje nas regiões de Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Sapiroanga?

2. Qual a ação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente perante a especulação imobiliária?

3. Como vem sendo desenvolvida a urbanização litorânea?

4. Quais os problemas urbanos mais detectados nos quatro povoados do APA – “Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Sapiroanga”?

5. Como está sendo observado pelo órgão público do município de Mata de São João o modo de vida da população, a invasão de terras? E o que tem sido feito para levar o saneamento básico a toda a população?

6. Qual atuação do órgão público perante a mercantilização dos recursos naturais?

7. O que se está fazendo para se ir de encontro à degradação ambiental em alguns pontos da APA?

8. Existem impactos sobre os recursos hídricos na região? E quais são os principais?

9. Há necessidade de mudanças na gestão ambiental da APA?

10. O que a Prefeitura tem feito no auxílio aos pequenos investidores, na pesca, comércio, barraqueiros e ambulantes de praia, e outros, que buscam a sobrevivência?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 3: SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO (PRAIA DO FORTE; AÇU DA TORRE; DIOGO E SAPIRANGA). SITUAÇÃO ATUAL DA GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO

1. Existe, no âmbito da Prefeitura, órgão executivo de gestão ambiental (ex.: Secretaria, Departamento, Assessoria etc.)?

2. Em caso afirmativo, qual a estrutura de pessoal que possui – técnico-administrativo?

3. Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente?

() SIM NÃO ()

4. Em caso afirmativo:

Está em funcionamento?

() SIM NÃO ()

Quantos membros tem?

Tem caráter deliberativo?

() SIM NÃO ()

É composto paritariamente por membros do governo e da sociedade civil?

() SIM NÃO ()

5. O município tem lei municipal de Meio Ambiente?

() SIM NÃO ()

6. Existe, na legislação municipal, um Fundo Municipal de Meio Ambiente?

() SIM NÃO ()

7. Em caso afirmativo, quem administra o Fundo?

8. A Prefeitura emite licença ou autorização ambiental, para empreendimento com potencial de impacto ao meio ambiente?

() SIM NÃO ()

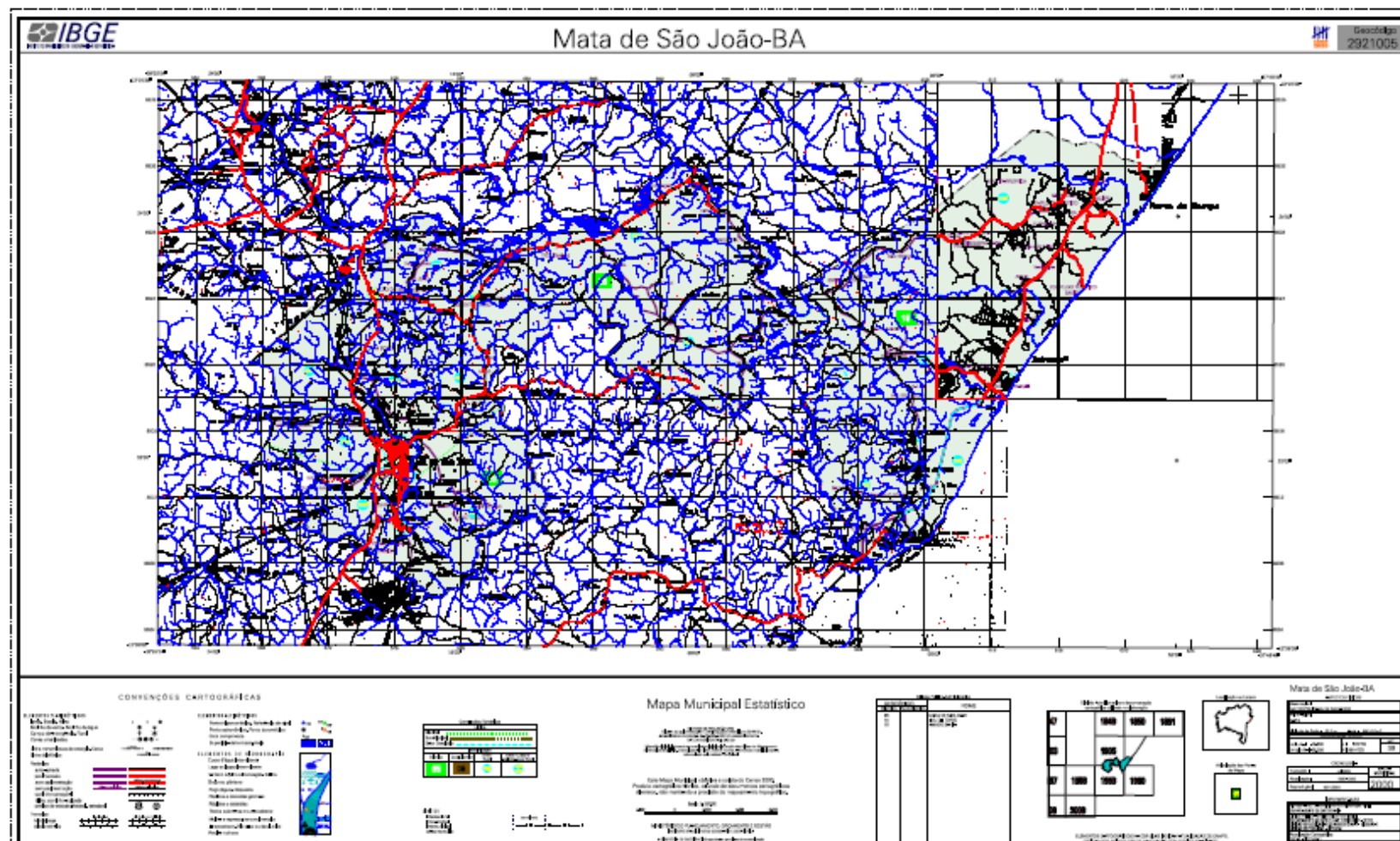
9. Em caso afirmativo, está amparado em que legislação?

10. Caso afirmativo, no item 8, quantas licenças ou autorizações ambientais para empreendimentos emite em média por ano, na região: Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Sapiranga?

11. Como a Prefeitura vê o turismo nos dias atuais nas regiões de Praia do Forte, Açú da Torre, Diogo e Sapiranga? E qual o impacto ambiental? Quais os instrumentos utilizados para manter a sustentabilidade nessas regiões da APA do Litoral Norte?

12. Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas na região, em que se revertem em importantes fontes de renda para o Município de Mata de São João?

ANEXO A - Figura 34 - MAPA GERAL DO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO - IBGE



ANEXO B - TABELA 10 - POPULAÇÃO RESIDENTE DE 2000 (CENSO) A 2008 (ESTIMATIVA) SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

POPULAÇÃO RESIDENTE DE 2000 (CENSO) a 2008 (ESTIMATIVA)														
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS														
MUNICÍPIOS				População	População	População	População	População	População	População	População	População	Var. %	Var. %
SIGLA	COD	COD.		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008/2000	2008/2007
U.F.	U.F.	MUNIC												
BA	29	2100	Mata de São João	32.568	32.800	32.996	33.194	33.611	33.842	34.065	37.201	38.962	19,63	4,73

22 **Fontes:** Para o ano de 2000: Censo Demográfico; Para os anos de 2001 a 2006 e 2008: Estimativa de População Residente em 1º de Julho; Para o ano de
 23 2007: Contagem de População
 24
 25
 26

ANEXO C - TABELA 11 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS DE IDADE SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES, OS MUNICÍPIOS, OS DISTRITOS, OS SUBDISTRITOS, OS BAIRROS E O SEXO – BAHIA.

ANEXO 3
Tabela 11

População residente, por grupos de idade,
segundo as Mesorregiões, as Microrregiões, os Municípios, os Distritos, os Subdistritos, os Bairros e o sexo - Bahia

Mesorregião, Microrregião, Município, Distrito, Subdistrito, Bairro ou [1]	População residente																								Cidade de Bahia Capital	
	Total	0 a 4 anos												5 a 14 anos										15 a 19 anos		
		0 a 1 anos	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	10	10 a 12	10 a 14	15 a 17	18 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69			70 a 74
Bahia.....	6.462.825	644.884	122.448	128.888	122.824	124.825	126.272	644.884	284.171	168.782	228.468	218.642	661.888	459.947	488.126	482.846	244.647	276.444	222.122	181.424	182.918	118.128	48.818	61.814	21.118	24
Municípios.....	6.688.212	647.883	128.847	126.861	128.918	121.248	121.828	672.827	228.271	189.848	214.817	288.972	682.272	618.818	474.888	428.982	262.288	292.118	246.868	288.884	178.118	126.442	186.224	21.626	46.888	24
Município de Salvador.....	22.868	2.148	892	647	622	642	621	2.216	2.678	821	1.786	1.718	2.782	2.684	2.248	2.828	1.681	1.282	1.112	874	718	674	484	246	288	282.888
Município de Ilhéus.....	16.282	1.874	281	226	228	221	216	1.692	1.916	422	821	914	1.926	1.288	1.141	964	884	628	872	412	218	218	286	122	141	282.888
Município de Vitória.....	16.188	1.886	281	221	287	222	218	1.627	1.784	288	288	884	1.886	1.286	1.187	1.886	857	248	848	481	488	286	248	172	289	282.888
Município de Feira.....	6.142	648	127	116	124	128	128	648	642	182	241	222	248	888	416	272	221	222	186	118	118	118	78	42	82	282.888
Município de Camaçari.....	2.148	222	84	72	68	68	68	228	222	88	188	164	486	282	212	172	124	82	76	46	88	22	24	21	282.888	
Município de Ilheus.....	2.954	262	78	74	71	67	72	282	248	72	182	182	224	226	287	288	144	186	92	72	66	68	42	19	22	282.888
Município de Brumalândia.....	2.221	228	62	67	68	74	62	282	242	81	286	176	281	226	181	182	188	188	127	116	82	68	84	27	28	282.888
Município de Itabuna.....	1.786	164	22	22	22	42	21	191	221	44	88	92	188	186	181	97	71	41	27	64	48	44	26	18	12	282.888
Município de Vitória.....	1.888	186	28	28	22	22	21	181	172	27	188	82	166	117	88	78	84	67	68	82	18	24	22	12	12	282.888
Município de São Paulo do Abaeté.....	22.188	2.128	242	424	422	421	2.227	2.618	817	1.162	1.228	2.411	1.828	1.418	1.418	1.178	1.842	2.414	618	818	442	228	226	272	282.888	
Município de Vitória.....	11.822	1.872	122	212	228	222	211	1.124	1.222	228	822	828	1.228	522	228	221	812	822	222	222	282	222	182	122	184	282.888

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
[1] Bairros de Belópolis e Mucuna foram ignorados para os Municípios por não possuírem dados.

ANEXO D - FOTO AÉREA DA FAZENDA RESERVA SAPIRANGA EM PRAIA DO FORTE/BA



Figura 35 - Foto Aérea da Fazenda Reserva Sapiroanga em Praia do Forte/BA.

Fonte: Arquivo pessoal de Adriano Paiva – 2008.

ANEXO E - FOTO AÉREA MOSTRANDO A AGRESSÃO AMBIENTAL NA APA-LN DA BAHIA



Figura 36 - Foto Aérea da construção civil do Hotel Iberostar Bahia em Praia do Forte/BA.
Fonte: Arquivo pessoal de Adriano Paiva – 2008.

ANEXO F - FOTO AÉREA MOSTRANDO A AGRESSÃO AMBIENTAL NA APA-LN DA BAHIA



Figura 37 - Foto Aérea da construção civil do Hotel Iberostar Bahia em Praia do Forte/BA.

Fonte: Arquivo pessoal de Adriano Paiva – 2008.

**ANEXO G - FOTO AÉREA MOSTRANDO A AGRESSÃO AMBIENTAL NA APA-
LN DA BAHIA**



Figura 38 - Foto Aérea da construção civil do Hotel Iberostar Bahia em Praia do Forte/BA.

Fonte: Arquivo pessoal de Adriano Paiva – 2008.

ANEXO H - FIGURA 39 – MAPA DE MATA DE SÃO JOÃO / PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

